

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
GESTÃO EDUCACIONAL
MESTRADO PROFISSIONAL

Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad

GLOSSÁRIO DE CIÊNCIA POLÍTICA: CONTRIBUIÇÕES PARA OS
ESTUDOS DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Santa Maria, RS.

2021

Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad

**GLOSSÁRIO DE CIÊNCIA POLÍTICA: CONTRIBUIÇÕES PARA OS
ESTUDOS DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional, do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Políticas Públicas e Gestão Educacional**.

Orientadora: Prof^a. Dra. Rosane Carneiro Sarturi

Santa Maria, RS.

2021

MOURAD, Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira
GLOSSÁRIO DE CIÊNCIA POLÍTICA: CONTRIBUIÇÕES PARA OS
ESTUDOS DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS / Leonice Aparecida
de Fátima Alves Pereira MOURAD.- 2021.
205 p.; 30 cm

Orientador: Rosane Carneiro Sarturi
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em
Políticas Públicas e Gestão Educacional, RS, 2021

1. Ciência Política 2. Políticas Públicas 3. Ensino de
Ciência Política 4. Glossário 5. PPPG-UFSM I. Sarturi,
Rosane Carneiro II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, LEONICE APARECIDA DE FÁTIMA ALVES PEREIRA MOURAD, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad

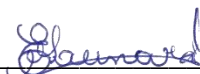
**GLOSSÁRIO DE CIÊNCIA POLÍTICA: CONTRIBUIÇÕES PARA OS ESTUDOS
DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional, do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Políticas Públicas e Gestão Educacional**.

Aprovada em 18 de dezembro de 2021:



Prof^a. Dra. Rosane Carneiro Sarturi (UFSM) - Orientadora



Prof^a. Dra. Elisiane Machado Lunardi (UFSM)- Avaliadora Interna



Prof^a. Dra. Celi Corrêa Neres (UEMS) - Avaliadora Externa

Santa Maria, RS

2021

Aos educadores e educadoras da educação básica. Meu respeito, reconhecimento e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço as(os) docentes e discentes do PPPG/UFSM pela oportunidade que me deram de exercitar a alteridade acadêmica, pensando a contribuição da Ciência Política para os debates e reflexões presentes naquele espaço.

Agradeço especialmente à orientadora e colega Prof^a.Dra. Rosane Carneiro Sarturi, sempre disponível e atenta.

Também sou grata pela oportunidade de realizar o curso em um momento bastante difícil da minha vida. Posso dizer que foi o meu trabalho e curso que permitiram que eu sobrevivesse.

Gratidão a Juarez, Solange, Clebes e Frida que fazem muito esforço para eu ser melhor!

Agradeço a “coleguinha” Juvelina, parceira de curso e colega de trabalho sempre tão atenta e gentil.

“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe
tudo. Todos nós sabemos alguma coisa.
Todos nós ignoramos alguma coisa. Por
isso aprendemos sempre”.

Paulo Freire

RESUMO

GLOSSÁRIO DE CIÊNCIA POLÍTICA: CONTRIBUIÇÕES PARA OS ESTUDOS DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

AUTORA: Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad
ORIENTADORA: Dra. Rosane Carneiro Sarturi

Esta dissertação, do Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional (PPPG), concebe as temáticas da Ciência Política como um instrumental analítico fundamental para a compreensão das discussões de Políticas Públicas e Gestão Educacional. Tem por objetivo geral evidenciar a inter-relação entre Ciência Política e Políticas Públicas Educacionais, com base em seus conceitos introdutórios. Por objetivos específicos prioriza: 1-Sistematizar a constituição do campo da Ciência Política e sua relação com as Políticas Públicas; 2- Descrever os cursos do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional da UFSM, enfatizando seu diálogo com o campo de conhecimento da Ciência Política; 3- Elaborar um Glossário de Ciência Política para auxiliar a compreensão de conteúdos de Políticas Públicas e Gestão Educacional. A investigação foi fundamentada em uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo aplicada, realizada no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, com discentes e docentes, utilizando-se das técnicas de pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo, caracterizando-se como um estudo de caso. O produto elaborado foi um Glossário de Ciência Política que tem por finalidade contribuir para viabilizar e potencializar a leitura e compreensão do campo de Políticas Públicas e Gestão Educacional no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional da UFSM. A pesquisa de campo e a pesquisa documental evidenciou a fragilidade da compreensão e do tratamento da temática de Ciência Política nas disciplinas dos Projetos Pedagógicos dos cursos do PPPG, bem como na formação dos(as) docentes e discentes que também assinalaram a importância dos mesmos, bem como a sua não disponibilização quando da sua formação inicial, de tal sorte a justificar a oferta do produto em tela. Espera-se que esta investigação possa contribuir com os estudos de Ciência Política aplicados à Educação, área de estudos pouco desenvolvida.

Palavras-chave: Ciência Política. Políticas Públicas. PPPG/UFSM. Ensino de Ciência Política. Pós-Graduação.

ABSTRACT

GLOSSARY OF POLITICAL SCIENCE: CONTRIBUTIONS TO EDUCATIONAL POLICY STUDIES

AUTHOR: Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad

SUPERVISOR: Dr. Rosane Sarturi

This dissertation, from the Professional Masters Course of the Postgraduate Program in Public Policy and Educational Management (PPPG), sees the themes of Political Science as a fundamental analytical tool for understanding the discussions of Public Policy and Educational Management. Its general objective is to highlight the interrelationship between Political Science and Educational Public Policies, based on its introductory concepts. For specific objectives, it prioritizes: 1-Systematize the constitution of the Political Science field and its relationship with Public Policies; 2- Describe the courses of the Graduate Program in Public Policy and Educational Management at UFSM, emphasizing its dialogue with the field of knowledge of Political Science; 3- Develop a Political Science Glossary to help understand the contents of Public Policy and Educational Management. The investigation was based on a qualitative approach research, of the applied type, carried out in the Graduate Program in Public Policies and Educational Management, with students and teachers, using the techniques of bibliographic, documentary and field research, featuring itself as a case study. The product created was a Political Science Glossary whose purpose is to contribute to enabling and enhancing the reading and understanding of the field of Public Policy and Educational Management in the Graduate Program in Public Policy and Educational Management at UFSM. The field research and documental research evidenced the weakness of understanding and treatment of the theme of Political Science in the disciplines of the Pedagogical Projects of the PPPG courses, as well as in the training of teachers and students, who also highlighted their importance, as well as its non-availability during its initial training, in such a way as to justify the offer of the product on screen. It is expected that this investigation can contribute to the studies of Political Science applied to Education, an underdeveloped field of studies.

Keywords: Political Science. Public policy. PPPG/UFSM. Teaching of Political Science. Postgraduate studies.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Incidência dos Descritores nas Quatro Bases de Dados	29
Tabela 2 - Incidência do Descritor Ensino de Ciência Política	29
Tabela 3 - Incidência do Descritor Educação e Ciência Política	29
Tabela 4 - Incidência do Descritor Ciência Política e Educação	29
Tabela 5 - Incidência do Descritor Ciência Política e Teoria	30
Tabela 6 - Incidência do Descritor Manual de Ciência Política	30
Tabela 7 - Incidência do Descritor Guia de Ciência Política	30
Tabela 8 - Docentes CEGE e formação inicial	59
Tabela 9 - Disciplinas CEGE	61
Tabela 10 - Disciplinas MP	67
Tabela 11 - Disciplinas Docentes MP e Formação Inicial	70

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCP	Associação Brasileira de Ciência Política
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEGE	Curso de Especialização em Gestão Educacional
CEPE	Conselho de Pesquisa, Ensino e Extensão
CF/88	Constituição Federal/88
CNE/CES	Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Superior
CONSU	Conselho Universitário
CP	Ciência Política
CED	Coordenadoria de Educação a Distância
DAV	Diretoria de Avaliação da CAPES
EaD	Educação a Distância

GAPI-UNICAMP	Grupo de Análise de Políticas de Inovação da Universidade de Campinas
IPUPERJ	Instituto Universitário de Pesquisas do RJ
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LP	Linha de Pesquisa
MP	Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educativa
MST	Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra
NA	Núcleo de Aprofundamento
NB	Núcleo Básico
NI	Núcleo Integrador
NTE	Núcleo de Tecnologia Educativa
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PPC	Projeto Político de Curso
PPPG	Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educativa
PROFHISTÓRIA	Mestrado Profissional em Ensino De História
REDAP	Rede de Advogados Populares

TAE	Técnico em Assuntos Educacionais
UERGS	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UnB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Questão 1	71
Imagem 2 - Questão 2	72
Imagem 3 - Questão 3	73
Imagem 4 - Questão 4	73
Imagem 5 - Questão 5	74
Imagem 6 - Nuvem de Incidência dos Conceitos Discentes	75
Imagem 7 - Questão 6	76
Imagem 8 - Questão 7	77

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	29
2	MEMORIAL: FRAGMENTOS DO VIVIDO	37
3	REFLEXÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS.....	43
3.1	CIÊNCIA POLÍTICA	45
4	O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO EDUCACIONAL – PPPG/UFSM	67
4.1	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL – CEGE	67
4.2	MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO EDUCACIONAL – MP	74
5	GLOSSÁRIO DE CIÊNCIA POLÍTICA	93
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	181
	REFERÊNCIAS	185
	APÊNDICES.....	193
	APÊNDICE 1 QUESTIONÁRIO DOCENTE	194
	APÊNDICE 2 QUESTIONÁRIO DISCENTE.....	199
	APÊNDICE 3 QUADRO DE AMARRAÇÃO	203

1 INTRODUÇÃO

A dissertação que agora apresentamos tem como tema a inter-relação entre Ciência Política e Políticas Públicas e Gestão Educacional, área de concentração do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional (PPPG) da UFSM.

A escolha pelo PPPG deve-se em razão do interesse pelos debates acerca da relação entre Estado e Sociedade Civil, com especial destaque as ações que dizem respeito e esfera educacional da sociedade contemporânea, daí resultando a opção pela área de concentração e pela linha de pesquisa – LP1 - Políticas e Gestão da Educação Básica e Superior.

Também destaco minha atuação como servidora da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e discente do PPPG, preocupada com a efetiva compreensão das leituras e discussões presentes nas disciplinas, cujo adequado entendimento pressupõe a apropriação de conceitos e categorias oriundas da Ciência Política e que não são do conhecimento de grande parte dos(as) pós-graduandos(as), na sua maioria, egressos(as) do curso de graduação em Pedagogia.

Umberto Eco, no que tange os elementos que viabilizam a escolha do tema, afirma que a mesma está assentada nos seguintes pressupostos:

- 1) Que o tema responda aos interesses do candidato (ligado tanto ao tipo de exame quanto às suas leituras, sua atitude política, cultural ou religiosa).
- 2) Que as fontes de consulta sejam acessíveis, isto é, estejam ao alcance material do candidato;
- 3) Que as fontes de consulta sejam manejáveis, ou seja, estejam ao alcance cultural do candidato;
- 4) Que o quadro metodológico da pesquisa esteja ao alcance da experiência do candidato (ECO, 2008, p. 6).

O texto de Silva e Jacomini ao apresentar os estudos sobre políticas públicas destaca o pouco rigor conceitual no trato das questões que envolvem a análise das mesmas, afirmando que:

Em alguns estudos não há diferenciação entre políticas públicas e programas, tomando-os um pelo outro. Tal indiferenciação também alcança a legislação, a qual é tomada como política e, algumas vezes, como referência. Essas situações denotam a simplificação da noção de políticas públicas como fato isolado, minimizando-a como série de comportamentos

que envolvem sujeitos e movimentos diversos (SILVA; JACOMINI, 2019, p. 12).

No mesmo sentido os autores seguem apontando a fragilidade teórica dos estudos identificados asseverando que:

Ao lado da diversificação dos temas, constatou-se, também, a heterogeneidade e o caráter difuso dos referenciais adotados, muitos dos quais oriundos de áreas de conhecimento fronteiriças, com ênfases que revelam mais dispersão do que afluências constantes de autores e categorias de análises. Tal constatação indica que a “rigidez de determinadas categorias pré estabelecidas”, questionada por Azevedo (1997, p. 58), não se destaca entre os estudos selecionados, os quais traduzem mais interseções teóricas (SILVA; JACOMINI, 2019, p. 14).

Mainardes e Tello ratificam tal afirmação, quando do trato epistemológico, referindo:

Por tais razões, reafirmamos: a ausência de posicionamento epistemológico explícito pode levar a níveis epistemológicos superficiais, com uma debilidade teórica que pode constituir uma perspectiva meramente descritiva, correndo o risco de assumir o dogmatismo e/ou ecletismo epistemológico. (MAINARDES; TELLO, 2015, p. 159).

Dessa forma, nossa investigação ganha relevo, ao apresentar a proposta de um Glossário que poderá auxiliar na leitura e interpretação de textos de materiais de Políticas Públicas Educacionais, com referências da Ciência Política.

Nesse sentido ganha expressão as leituras acerca da interdisciplinaridade da Educação e seu permanente diálogo com diferentes áreas do conhecimento.

Para Frigotto a interdisciplinaridade se impõe como um problema e uma necessidade. Ele discorre a necessidade da interdisciplinaridade como algo que deve imperar na produção e socialização do conhecimento, “[...] delimitar um objeto para investigação não é fragmentá-lo, ou limitá-lo [...] isto não significa que tenhamos que abandonar as múltiplas determinações que o constituem” (FRIGOTTO, 2010, p. 36).

Japiassu (1976,1981) afirma que a interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas no interior de um mesmo projeto, no caso em tela, os debates entre Ciência Política e Educação.

Ainda sobre a questão da complexidade do tratamento dado às Políticas Públicas, referimos passagem constante no texto de Silva e Jacomini:

As preocupações trazidas por Libâneo (2008) e Paro (2001) remetem à complexidade do objeto numa linha muito próxima daquilo que Melo (1999) problematizou acerca das dificuldades da institucionalização do campo e da heterogeneidade da produção em políticas públicas. (2019, p. 3)

Como bem menciona Eco: “Em qualquer caso, o estudioso deve produzir um trabalho que, teoricamente, os outros estudiosos do ramo não deveriam ignorar, porquanto diz algo de novo sobre o assunto” (2008, p. 4)

Toda nossa formação acadêmica e atuação profissional foram marcadas pela preocupação com o rigor na apropriação conceitual, especialmente de conceitos advindos de áreas diversas, pois entendemos que isso é uma exigência dos tempos em que vivemos, com destaque para uma área do conhecimento, tão plural e heterogênea quanto a Educação.

Em razão disso decorre o compromisso em auxiliar na compreensão de reflexões da área de Políticas Públicas e Gestão Educacional que envolva conhecimentos da Ciência Política, uma das nossas áreas de formação, com a elaboração de um Glossário.

No que tange a justificativa para a escolha do tema, podemos organizá-la em três níveis, a saber: pessoal, acadêmica e social.

A justificativa pessoal está intimamente ligada nossa trajetória pessoal e profissional exposta no memorial que será o primeiro capítulo, marcada pela busca do rigor conceitual e pela preocupação mais aguçada com a fragilidade da utilização dos conceitos, sinalizando inclusive uma despreocupação com o rigor da constituição dos campos de saber, havendo por assim dizer um uso permissivo e muitas vezes inadequado de conceitos, quando não um absoluto desuso, especialmente nas Ciências Humanas e Sociais, quer puras, quer aplicadas. Nesse sentido a construção de material que auxilie na compreensão e utilização mais rigorosa de conceitos de Ciência Política ganha relevo.

A justificativa acadêmica para a realização do produto proposto nesse projeto decorre da reduzida ou inexpressiva existência de trabalhos que tenham como foco a questão de ensino de Ciência Política, visto que o campo como ocorre com as

Ciências Sociais, só muito recentemente se aproxima da temática de ensino, e diferentemente da Antropologia e da Sociologia, a aproximação da Ciência Política é muito mais comedida. Isso ficará evidente quando apresentarmos o levantamento bibliométrico, na introdução do capítulo dois.

A justificativa social para a escolha do tema e do produto decorre do fato do mestrado demandar uma pesquisa *aplicada* e *implicada* devendo necessariamente contribuir para determinado coletivo social, no caso em tela o PPPG.

A escolha pelo produto justifica-se pelo intento de contribuir para os estudos da temática das Políticas Públicas e da Gestão Educacional qualificando e aprofundando a compreensão dessa matéria a partir do aporte da Ciência Política. Imaginamos que esse resultado se operacionalize ainda em decorrência da ausência de estudos de Ciência Política nas licenciaturas, com exceção a licenciatura em Ciências Sociais, sendo as licenciaturas, com especial destaque à Pedagogia, formação majoritária dos(as) discentes e docentes do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional (PPPG-UFSM).

O problema de pesquisa que pautou a presente investigação consistiu em: Como a Ciência Política pode ser uma chave de leitura para as Políticas Públicas Educacionais?

O *locus* de pesquisa foi a UFSM, mais especificamente, o Programa de Políticas Públicas e Gestão Educacional (MP e Curso de Especialização em Gestão Educacional- CEGE) em razão de ser aluna do mesmo, sendo ainda servidora da UFSM e por isso ter desejado contribuir com a qualificação do Programa.

O objetivo geral da pesquisa foi evidenciar a inter-relação entre Ciência Política e Políticas Públicas Educacionais, com base em seus conceitos introdutórios. Como objetivos específicos, apontamos:

- ✓ Sistematizar a constituição do campo da Ciência Política e sua relação com as Políticas Públicas;

- ✓ Descrever o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional da UFSM, enfatizando a sua relação com o campo de conhecimento da Ciência Política;

- ✓ Elaborar um Glossário de Ciência Política como material de apoio do

PPPG.

As questões norteadoras da pesquisa foram:

✓ Os conceitos e categorias da Ciência Política contribuem para a constituição do campo das políticas públicas educacionais?

✓ Os cursos de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional da UFSM na sua constituição e nos seus PPC's explicitam um diálogo com a Ciência Política?

✓ Como alguns conceitos e categorias da Ciência Política são fundamentais para a efetiva compreensão do campo das Políticas Públicas Educacionais?

No que diz respeito a metodologia de pesquisa utilizada na pesquisa cabe informar:

A presente pesquisa pode ser classificada, tomando como referência as definições retiradas da obra de Gil (2008), Triviños (1987, 2002) e Chizzoti (2006).

Em relação à sua natureza trata-se de uma *pesquisa aplicada*, que para Gil implica em um conjunto de conhecimentos passíveis de serem aplicados de imediato.

No que tange à abordagem do problema a pesquisa é do tipo *qualitativa*, pressupondo a compreensão dos diferentes fenômenos presentes na realidade estudada, sem a utilização de instrumentais de natureza estatística quantitativa. A pesquisa qualitativa para Bogdan (1982 apud TRIVIÑOS) tem as seguintes características:

1º) A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave; 2º) A pesquisa qualitativa é descritiva; 3º) Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto; 4º) Os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente; 5º) O significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa [...] (1987, p. 128-130).

Quanto aos objetivos da mesma é possível caracterizá-la como *exploratória*, uma vez que visa proporcionar maior familiaridade com o problema, além de *descritiva*, por ser essa a principal característica das pesquisas qualitativas.

Em relação aos procedimentos técnicos trata-se de uma *pesquisa bibliográfica*, que utilizará o material já produzido e publicado acerca do tema estudado. Para Gil: "A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já

elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (2008, p. 50) e *pesquisa documental* com ênfase em documentos do PPPG-UFSM.

Acerca da pesquisa documental Gil refere que:

A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. (2008, p. 52).

No que diz respeito às técnicas de construção de dados utilizamos, de forma muito significativa, a observação direta participante com registro em diário de campo, que consiste no observador assumir uma posição totalmente ativa, envolvendo-se com o fenômeno analisado, o que ocorre no caso em tela visto que com frequência me deparo com dificuldades do uso de conceitos de Ciência Política, em diferentes momentos da convivência com docentes e discentes durante as disciplinas e demais atividades do curso.

Na sequência fizemos uso do *Google forms* elaborando um questionário cujo propósito é averiguar a pertinência e a grau de conhecimento dos sujeitos da pesquisa acerca de Ciência Política e sua interrelação com políticas públicas e gestão educacional, aplicado a todos os sujeitos da pesquisa (docentes e discentes do PPPG-UFSM).

A metodologia utilizada na análise dos dados foi a análise de conteúdo na perspectiva de Bardin (2011) com a conseqüentemente a base teórica subsidia esse processo reflexivo/conclusivo.

Ainda quanto ao tipo de pesquisa cabe referir que a mesma é um *estudo de caso* que consiste em um como o estudo profundo de um objeto, de maneira a permitir amplo e detalhado conhecimento sobre este. Para Gil: “O estudo de caso é caracterizado pela investigação profunda e exaustiva de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, o que mediante os outros tipos de delineamentos é mais difícil de se atingir.” (2008, p. 57-8).

Gil e Alves-Mazzotti (2008) tecem um conjunto de críticas aos estudos de caso, sendo que eu destacaria a que diz respeito à dificuldade de generalização dessa modalidade de estudo. Com o propósito de neutralizar essa crítica no estudo que venho desenvolvendo utilizar a taxonomia de Robert Stake para os estudos de caso. Para esse autor os estudos de caso podem ser: intrínseco – que visa conhecer

melhor um caso particular em si, sem ser representativo de outro caso; instrumental – que visa o exame de um caso para “[...] explicar uma questão ou refinar uma teoria [...] orienta estudos subseqüentes apura ou corroborar hipóteses”(STAKE apud CHIZZOTI, 2006, p. 70); coletivo – significa estender o estudo a diversos estudos instrumentais.

A pesquisa que foi desenvolvida é um estudo de caso instrumental à medida que facilita a compreensão de um contexto mais amplo.

O contexto investigativo circunscreve-se ao Programa de Pós- Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, especificamente no que diz respeito à sistematização de conhecimento na área Ciência Política aplicada a Políticas Públicas e Gestão Educacional, sendo os sujeitos da pesquisa, quais sejam, 100 discentes (69 MP e 31 CEGE) 33 docentes do Programa.

A dissertação está organizada em quatro capítulos a saber:

No primeiro capítulo apresentamos nosso memorial escolar, sinalizando nossas relações com a instituição escolar em diferentes momentos uma vez que tal contexto auxilia na compreensão de nossas escolhas, como discentes de um Programa profissional que demanda pesquisa implicada e aplicada.

No capítulo dois, apresentamos uma breve discussão sobre Ciência Política apresentando sua constituição, objeto e institucionalização, além dos principais debates acerca do ensino da disciplina. O leitor encontrará também apontamentos sobre Políticas Públicas, Políticas Públicas Sociais e Políticas Públicas Educacionais.

Esse capítulo, que teve como base, a pesquisa bibliográfica e documental, foi concebido para compreensão da Educação como disciplina interdisciplinar que poderá se subsidiar de conhecimentos da área da CP, destacando principalmente as temáticas de Políticas Públicas e Gestão Educacional, área do PPPG e tema do Glossário apresentado no capítulo final.

No capítulo três descrevemos o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, a partir da pesquisa documental, que implicou na análise do PPC do PPPG-UFSM, bem como de dados coletados entre discentes e docentes do Programa através do google forms (Apêndice 1 e 2).

No quarto capítulo apresentamos o produto propriamente dito, qual seja, o Glossário de Ciência Política.

Por fim encontramos as Considerações Finais, Referências e Apêndices.

2 MEMORIAL: FRAGMENTOS DO VIVIDO

Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam. (PAULO FREIRE).

Início de março de 1976 teve aí o começo de uma trajetória escolar caracterizada por desencanto e desencontros, dando sequência a uma jovem vida marcada por perdas irreparáveis. Aos quatro anos perdi minha mãe e até hoje não compreendo bem isso, com 53 anos, imagine a época. Fiquei eu e meu bico. Éramos inseparáveis. Não consigo explicar o quanto era agradável chupar bico, só sei que fui proibida de chupar bico quando entrei na escola. As ameaças eram muitas: “escola é lugar de gente grande”, “ninguém chupa bico na escola”, “vão rir se tu aparecer com bico”. Eram ameaças de toda a ordem, aterrorizantes. Não me restou alternativa – como se uma criança de sete anos, em 1976, tivesse escolhas – a não ser largar o bico. Nunca me refiz disso. Outra perda. Que lugar era esse que me impunha perdas retirando o objeto que amenizava minha dor? Era a escola. Péssima primeira impressão e eu não me enganaria!

Durante toda a minha vida estudei em colégios de freiras, escolas tradicionais, de ordens religiosas tradicionais, que eram os colégios da elite das cidades onde morei. Típica educação bancária como assevera Paulo Freire:

Desta maneira, a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante. Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. Margem para serem colecionadores ou fichadores das coisas que arquivam (FREIRE, 1997, p. 62).

Desde sempre eu era a única aluna negra nas turmas, até o quanto minha memória alcança. Nunca fui bolsista, mas isso não fez muita diferença. Naquele momento, não conseguia avaliar o que aquilo representava no interior da escola. Por óbvio, não consegui verbalizar o que acontecia, mas sempre ouvia da minha família

que era um privilégio estudar nessas escolas, que eu deveria aproveitar o fato de ser a única negra na escola, meu pai trabalhava muito para me manter lá. Era uma dor insuportável para uma criança!

O preconceito racial cria uma ação perversa que desencadeia estímulos dolorosos e retira do sujeito toda possibilidade de reconhecimento e mérito, levando-o a utilizar mecanismos defensivos das mais diversas ordens, contra a identidade ou o pensamento persecutório que o despersonaliza e o enlouquece (MENEZES, 2003, p. 7).

Sentia como se aquele lugar não me pertencesse, como se eu sobrasse, como se muitas daquelas coisas não fossem para mim. Isso só aumentava o meu descontentamento com a escola, mas não com o conhecimento. Eu estudava muito, fora da escola e apesar da escola, pois sabia que isso me faria sair o mais rápido possível daquele lugar. Hoje pensando no ensino fundamental, em especial, no qual eu era extremamente introspectiva, consigo saber que fui vítima de preconceito racial e dolorosamente lembro de querer ser branca como minhas colegas, sem entender o que isso significava, pois minha família tão pouco era capaz de entender isso. Empoderamento negro, negritude não estava na pauta no meu contexto na década de 1970.

A escola, como menciona Paulo Freire, viabilizava diariamente em mim um processo de ‘ser menos’, um processo de ‘medo da liberdade’:

O “medo da liberdade”, de que se fazem objeto os oprimidos, medo da liberdade que tanto pode conduzi-los a pretender ser opressores também, quanto pode mantê-los atados ao status de oprimidos, é outro aspecto que merece igualmente nossa reflexão. (FREIRE, 1997, p. 21)

Os oprimidos, que introjetam a “sombra” dos opressores e seguem suas pautas, temem a liberdade, a medida em que esta, implicando na expulsão desta sombra, exigiria deles que “preenchessem” o “vazio” deixado pela expulsão, com outro “conteúdo” – o de sua autonomia. O de sua responsabilidade, sem o que não seriam livres. A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem. Não é também a liberdade um ponto ideal, fora dos homens, ao qual inclusive eles se alienam. Não é idéia que se faça mito. É condição indispensável ao movimento de busca em que estão inscritos os homens como seres inconclusos (FREIRE, 1997, p. 22).

Eu sabia que tinha que ter algo além daquela instituição que destroçava as pessoas, mas eu vivia nas palavras de Freire ‘imersa na cultura do silêncio’ tanto pela minha trajetória pessoal quanto pelo tipo de educação a qual fui exposta.

A opressão, que é um controle esmagador, é necrófila. Nutre-se do amor à morte e não do amor à vida. A concepção “bancária”, que a ela serve, também o é. No momento mesmo em que se funda num conceito mecânico, estático, especializado da consciência e em que transforma por isto mesmo, os educandos em recipientes, em quase coisas, não pode esconder sua marca necrófila. Não se deixa mover pelo ânimo de libertar tarefa comum de refazerem o mundo e de torná-la mais e mais humano. Seu ânimo é justamente o contrário – o de controlar o pensar e a ação, levando os homens ao ajustamento ao mundo. É inibir o poder de criar, de atuar. Mas, ao fazer isto, ao obstaculizar a atuação dos homens, como sujeitos de sua ação, como seres de opção, frustra-os. Quando, porém, por um motivo qualquer, os homens se sentem proibidos de atuar, quando se descobrem incapazes de usar suas faculdades, sofrem (FREIRE, 1997, p. 42).

Hoje tenho claro que o tipo de dominação que a escola exercia sobre mim impedia que eu pudesse ‘ler o mundo’ e principalmente ‘dizer a minha própria palavra’, demorei tanto tempo para poder dizer a minha palavra!!! A escola cumpria um papel silenciador, ainda que com seu caráter confessional revestido de humanismo. “A leitura do mundo precede a leitura da palavra” (PAULO FREIRE)

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar (FREIRE, 1997, p. 50).

Quando do meu ingresso no ensino médio, vivia o que Freire (1987, p. 60) denomina de “situação limite”, uma vez que passei a participar de grupos de jovens e ali naquele tempo, a demanda por ‘ler o mundo’ ganhava mais sentido, assim como a necessidade de ‘dizer a minha palavra’. O que me ajudou muito nesse processo decorre do fato de, mesmo detestando a escola, durante toda minha trajetória escolar eu ter estudado muito, fora e apesar da escola, especialmente as ciências humanas pelas quais sempre tive predileção.

As atividades fora da escola, as aprendizagens que ocorriam em outros espaços - aí já estávamos na década de 1980 - potencializaram um conjunto importante de aprendizagens, muito além do currículo no sentido estrito. A militância no movimento estudantil evidenciava o quão tradicional era a escola, o quão tradicional era o currículo, em uma época em que ares críticos e contestadores tomavam conta do país. Aqui cabe o conceito de “ato limite” e “inédito viável” de Paulo Freire.

Neste caso, os temas se encontram encobertos pelas “situações-limites” que se apresentam aos homens como se fossem determinantes históricas, esmagadoras, em face das quais não lhes cabe outra alternativa, senão adaptar-se. Desta forma, os homens não chegam a transcender as “situações-limites” e a descobrir ou a divisar, mais além delas e em relação com elas, o “inédito viável” (FREIRE, 1997, p. 60).

Por pressão familiar e por desencanto com a escola acabei fazendo a escolha, quando do ingresso na universidade pelo curso de direito, em que pese sempre pensar em história, sociologia, geografia, etc. Mas a dificuldade de me enxergar na docência, na escola, com toda a carga negativa que pesava sobre ela me afastava dessas opções.

Fiz direito em um período importante, em um período da constituinte que resultou na Constituição de 1988. Grandes inovações, direitos sociais materializados no texto constitucional, inegavelmente um período de euforia jurídica. Na sequência do curso matriculei-me numa especialização em educação popular, onde, de fato, descobri a educação popular, a educação transformadora e a escola e o conhecimento que te permite ‘ser mais’. Deslumbrei-me ainda quando descobri que Paulo Freire era advogado – olha a pretensão!! Eu que naquele meio sentia vergonha de dizer que era advogada e não educadora, fiquei envaidecida! Foi nesse momento que decidi pela docência, matriculando-me na licenciatura em história.

A libertação, por isto, é um parto. E um parto doloroso. O homem que nasce deste parto é um homem novo que só é viável na e pela, superação da contradição opressores-oprimidos, que é a libertação de todos. A superação da contradição é o parto que traz ao mundo este homem novo não mais opressor; não mais oprimido, mas homem libertando-se (FREIRE, 1997, p. 23).

Pela proximidade dos colegas da especialização, comecei a dar aula como professora leiga nas escolas do Movimento sem Terra (MST). Foi a partir dessa experiência que decidi que seria professora, e que trabalharia com a formação de professores, pois trabalhei na escola de magistério do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e, na sequência da Via Campesina, tendo ingressado no mestrado em história após a conclusão da graduação. Após acabar o mestrado comecei a trabalhar na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul-UERGS com a formação de professores das turmas conveniadas (MST e Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - FETRAF), sempre tentando imprimir a minha

prática uma orientação muito diversa daquela que eu havia vivido quando da minha escolarização, a questão do *didiscência* de Freire sempre me mobilizou. *Didiscência* é o conceito que expressa a mutualidade inseparável entre educador e educando no processo de ensino-aprendizagem (FREIRE, 1996, p. 25).

Mesmo diante de uma traumática trajetória escolar, descobri na Universidade uma possibilidade impressionante de encontrar conhecimentos que mediante a *didiscência* ajudam a me libertar e a “ser mais” diuturnamente. Minhas escolhas por ensino, história e ciências sociais através dessa perspectiva transformadora minimizam o estrago que a escola me causou e fazem com que eu contribua na formação de professores que, penso, não reproduzam escolas excludentes.

Minha formação como docente deu-se paralelamente ao trabalho como advogada em meu escritório particular, que financiava meus estudos, advogando para uma Rede de Advogados Populares - REDAP e ministrando aulas para as escolas do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST enquanto cursava história. Tão logo acabou o curso, ingressei no Mestrado em História a passo a fazer parte do coletivo regional de educação do MST. Acabando o mestrado mudei para o Mato Grosso para participar, com colegas indigenistas, antropólogos e militantes de uma experiência financiada pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO, qual seja a formação de um curso de direito intercultural com indígenas e camponeses, passando a investigar questões relativas à temática identitária e agrária.

Em 2002, retorno para o Sul para fazer os créditos do doutorado, trabalhando nas turmas dos movimentos sociais da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS, já pesquisando ensino agrônômico no Rio Grande do Sul e modernidade conservadora. Em 2004, presto concurso para a Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT e retorno para Cuiabá trabalhando na formação de professores de História e Ciências Sociais, o que faço desde então.

Nesse meio tempo senti a necessidade de qualificar minha formação, por isso acabei cursando Sociologia, Serviço Social, Pedagogia, Tecnólogo em Agricultura Familiar, Geografia, Letras, Filosofia, e Licenciatura em Educação do Campo, além do Mestrado em Geografia e Doutorado em Geografia, pois minhas pesquisas que tratavam da temática agrária de professores do campo demandam uma interface mais ampliada.

Desde 2008 pertenço a pós-graduação, inicialmente em História na UFMT, e atualmente no Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA do qual sou docente e coordenadora e no Mestrado Profissional em Ensino de Geografia no qual sou docente.

Minha opção por trabalhar com formação de professores decorre de um esforço para que o padrão de escola que me formou e que deixou marcas dolorosas na minha personalidade nunca mais destroe nenhuma criança ou jovem, ao contrário, faço um esforço permanente para que a escola construída por meus educandos(as) proponha a emancipação, o ser mais, a ruptura com a consciência intransitiva ingênua, coisas que eu precisei fazer fora da escola, e que agora como educadora faço um esforço para viabilizar para meus(minhas) educandos(as) dentro do espaço escolar, cobrando deles(as) que o façam na educação básica, o que não fizeram comigo. Pois: “O homem como um ser inconcluso, consciente de sua inconclusão, e seu permanente movimento de busca do ser mais” (FREIRE, 1987, p. 47).

3 REFLEXÕES TEÓRICAS E CONCEITUAIS

O esforço no sentido de responder as questões que nos desafiaram na pesquisa realizada, implica necessariamente na elucidação, ainda que preliminar, das principais categorias a serem utilizadas na pesquisa, merecendo destaque os conceitos de Ciência Política, Políticas Públicas e Ensino de Ciência Política.

Antes da apresentação de alguns dos conceitos que subsidiaram a pesquisa e formulação da dissertação/produto, apresentamos resumidamente o levantamento bibliométrico com base nos principais conceitos definidos para a pesquisa.

No caso em tela compreendendo o levantamento e análise de produções do tema: ensino de Ciência Política e Políticas Públicas Educacionais. A busca foi realizada no mês de fevereiro de 2020, determinando-se como filtro o período de cinco anos. Para sistematizar o estado do conhecimento inicial foi realizado um estudo bibliométrico descritivo, com abordagem quantiquantitativa, que visa alcançar um aprofundamento sobre as publicações relevantes presentes na literatura nacional sobre os descritores: Ensino de Ciência Política; Educação e Ciência Política; Ciência Política e Educação; Ciência Política e Teoria; Manual de Ciência Política; Guia de Ciência Política; Glossário de Ciência Política.

A base de dados utilizada foi *Scielo*, Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD e Periódicos Capes uma vez que, estas bases possuem um amplo espectro de publicações relacionadas às ciências humanas, com ênfase na Educação, sendo, por isso, escolhida como as que mais se adequa ao objetivo do trabalho. Nesse sentido cabe ressaltar que:

O corpus de análise pode ser constituído a partir de: livros – produção amadurecida; teses e dissertações – produção reconhecida junto aos órgãos de avaliação da produção nacional. Banco de todas as teses e dissertações produzidas no país com reconhecimento do governo – CAPES. As monografias constituidoras deste banco são advindas de programas legitimados pela comunidade científica da área. O corpus de análise pode ser constituído também por textos advindos de eventos da área, que congregam o novo, o emergente, e, na maioria das vezes, o pensamento da comunidade acadêmica (MOROSINI; FERNANDES, 2014, p. 156).

Os termos empregados na consulta são os descritores antes informados. Abaixo apresentamos em forma de tabela a incidência dos mesmos informando que foram muito poucos os trabalhos encontrados.

Tabela 1: Incidência dos Descritores nas quatro bases de dados

Descritores	Scielo	BDTD	Teses e Dissertações da Capes	Periódicos Capes
Ensino de Ciência Política	1	0	0	1
Educação e Ciência Política	0	0	1	0
Ciência Política e Educação	0	2039	2	0
Ciência Política e Teoria	0	0	2	15
Manual de Ciência Política	0	0	0	7
Guia de Ciência Política	0	0	0	0
Glossário de Ciência Política	0	0	0	0

Fonte: A autora, 2020.

Tabela 2: Incidência descritor Ensino de Ciência Política

Descritores	Scielo	BDTD	Teses e Dissertações da Capes	Periódicos Capes
Ensino de Ciência Política	1	0	0	1

Fonte: A autora, 2020.

Tabela 3: Incidência do descritor Educação e Ciência Política

Descritores	Scielo	BDTD	Teses e Dissertações da Capes	Periódicos Capes
Educação e Ciência Política	0	0	1	0

Fonte: A autora, 2020.

Descritores	Scielo	BDTD	Teses e Dissertações da Capes	Periódicos Capes
Ciência Política e Educação	0	2039	2	0

Tabela 4: Incidência do descritor Ciência Política e Educação

Fonte: A autora, 2020.

Descritores	Scielo	BDTD	Teses e Dissertações da Capes	Periódicos Capes
Ciência Política e Teoria	0	0	2	15

Tabela 5: Incidência do descritor Ciência Política e Teoria

Fonte: A autora, 2020.

Tabela 6: Incidência do descritor Manual de Ciência Política

Descritores	SciELO	BDTD	Teses e Dissertações da Capes	Periódicos Capes
Manual de Ciência Política	0	0	0	7

Fonte: A autora, 2020.

Tabela 7: Incidência do descritor Guia de Ciência Política

Descritores	SciELO	BDTD	Teses e Dissertações da Capes	Periódicos Capes
Guia de Ciência Política	0	0	0	0

Fonte: A autora, 2020.

3.1 CIÊNCIA POLÍTICA

A Ciência Política (CP) é uma área da denominada Ciências Sociais, sendo está composta também pela Antropologia e pela Sociologia. A CP tem como objeto de estudo o fenômeno do poder ocupando-se das noções de Estado, governo e organização política, podendo investigar outras instituições da sociedade que interferem direta ou indiretamente na organização política, como Organizações Não Governamentais (ONGs), Movimentos Sociais, Igrejas, empresas etc.

Acerca da constituição do campo de conhecimento devemos destacar que desde a antiguidade encontramos, em diferentes escritos (legislações, textos de filósofos, etc.) manifestações que denotam a preocupação humana com o poder e a organização da forma de conviver em sociedade e de conceber o meio político.

Na transição da Idade Média para a Modernidade devemos referir a importância da contribuição do filósofo e teórico político Nicolau Maquiavel, que sistematiza estudos sobre a arte de governar, constante no livro *O Príncipe*, obra de suma importância para a CP.

Ainda na modernidade os estudos do jurista e teórico político francês Jean Bodin, subsidiam a constituição dos Estados Absolutistas, elaborando uma importante discussão acerca do poder .

No século XVIII os filósofos franceses Montesquieu e Voltaire, propuseram renovações nas teorias políticas, apontando a ampliação do conceito de participação política. Sendo desse momento histórico a bandeira das liberdades individuais e a noção de tripartição do poder político dentro de um Estado democrático (ideia criada por Montesquieu), que subsidiaram ideologicamente a Revolução Francesa.

Mesmo diante das contribuições apontadas anteriormente a ciência política como campo autônomo e organizado ocorreu somente na segunda metade do século XIX, quando foram criadas as Ciências Sociais, em especial da Sociologia e da Antropologia, visto que os debates políticos de até então dialogavam muito mais com a Filosofia.

Devemos ao filósofo francês Auguste Comte o esforço de constituição de uma ciência humana com o propósito de estudar com rigor a sociedade compreendendo a sua complexidade.

Após a constituição da sociologia estávamos diante de algumas especificidades, sendo a primeira delas a antropologia, que surge, com os estudos de teóricos de Edward Burnet Tylor e Herbert Spencer, e na sequência a Ciência Política, termo criado pelo historiador estadunidense Herbert Baxter Adams, em 1880, quando a ciência política organiza-se como área autônoma de estudo, tendo iniciado nos Estados Unidos e se desenvolvido bastante na França e na Alemanha. No Brasil, a Ciência Política somente passou a ser estudada e praticada autonomamente, a partir da segunda metade do século XX (FORJAZ, 1997).

Tradicionalmente a CP teve seu objeto restrito ao fenômeno estatal orientada por uma tradição weberiana, sendo que, mais recentemente, a partir dos estudos de Foucault ocorreu a ampliação de seu objeto de investigação que passou a contemplar o fenômeno do poder em suas diferentes manifestações, com especial destaque a escala micro do fenômeno do poder.

A Ciência Política é o segmento das Ciências Sociais dedicada ao entendimento das formações políticas estruturais que as sociedades organizam para o convívio coletivo, sendo responsável pela configuração da mesma, quer na sua dimensão política, jurídica, social ou econômica, estabelecendo como ocorre a distribuição do poder na vida social.

Para Leo Maar:

[...] a política surge junto com a própria história, como resultado da [...] atividade dos próprios homens vivendo em sociedade, sendo que os homens têm todas as condições de interferir e de desafiar a história, pois [...] entre o voto e a força das armas está uma gama variada de formas de ação desenvolvidas historicamente visando resolver conflitos de interesses, configurando assim a atividade política em sua questão fundamental: sua relação com o poder. (LEO MAAR, 2004, p. 9)

Hoje a esfera de atuação da CP está relacionada a dois grandes espaços de expressão:

- 1) O poder político institucional associado à esfera da política institucional;
- 2) A ideia de política relacionada à ação de diversos grupos e organizações e às diversas formas de manifestação do conflito na sociedade.

Destacamos ainda a Ciência Política como uma disciplina que se dedica ao estudo da formação e da divisão do poder (DAHL, 1970), podendo ser definida, como aquele campo disciplinar encarregado do estudo científico do fenômeno do poder.

A CP se ocupa de qualquer manifestação que expresse o exercício do poder, analisando a relação entre indivíduos ou grupos dos quais alguns têm a capacidade de influenciar outros (ainda que contra a sua vontade).

Na sequência, e com base nos apontamentos de Norberto Bobbio, passamos a definir poder da forma que segue:

Vejamos, então, como podem ser conceituadas as três formas de poder (BOBBIO, 1987, p. 82–84):

Poder econômico: vale-se da posse de certos bens necessários ou percebidos como tais, numa situação de escassez, para induzir os que não os possuem a adotar certa conduta, consistente principalmente na execução de um trabalho útil. Na posse dos meios de produção, reside uma enorme fonte de poder por parte daqueles que os possuem contra os que não os possuem, exatamente no

sentido específico da capacidade de determinar o comportamento alheio. Em qualquer sociedade em que existam proprietários e não-proprietários, o poder deriva da possibilidade que a disposição exclusiva de um bem lhe dá de obter que o não-proprietário (ou proprietário apenas de sua força de trabalho) trabalhe para ele e apenas nas condições por ele estabelecidas.

Poder ideológico: vale-se da posse de certas formas de saber, doutrinas, conhecimentos, às vezes apenas de informações, ou de códigos de conduta, para exercer influência no comportamento alheio e induzir os membros do grupo a realizar ou não uma ação. Desse tipo de condicionamento deriva a importância social daqueles que sabem, sejam eles os sacerdotes nas sociedades tradicionais ou os literatos, os cientistas, os técnicos, os assim chamados “intelectuais”, nas sociedades secularizadas, porque mediante os conhecimentos por eles difundidos ou os valores por eles firmados e inculcados realiza-se o processo de socialização do qual todo grupo social necessita para poder estar junto.

Poder político: o caminho mais usual para diferenciar o poder político das outras formas de poder é quanto ao uso da força física. Em outras palavras, o detentor do poder político é aquele que tem exclusividade do direito de uso da força física sobre um determinado território. Quem tem o direito exclusivo de usar a força sobre um determinado território é o soberano. O sociólogo alemão Max Weber (1992) foi quem definiu essa especificidade do poder político. Weber define o Estado como detentor do monopólio da coação física legítima.

Ainda no que tange a definição do poder achamos pertinente referir a compreensão do sociólogo inglês Anthony Giddens que afirma que o poder consiste na “[...] habilidade de os indivíduos ou grupos fazerem valer os próprios interesses ou as próprias preocupações, mesmo diante das resistências de outras pessoas”. (2005, p. 342).

Como referimos no início do texto, o conceito de poder passa por uma importante mudança a partir das contribuições do filósofo francês Michel Foucault, que destacam a multidimensionalidade desse fenômeno, de tal sorte que qualquer relação social pode ser vista como uma relação de poder, o que faz com que as relações de poder ocorram também em uma micro escala.

As questões referentes à consolidação acadêmica e institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, têm seus primórdios em meados da década de 1930, momento em que são criados os primeiros cursos chamados de Ciências Sociais, ainda que seja importante destacar que o que chamamos de Ciências Sociais hoje, Antropologia, Ciência Política e Sociologia, é relativamente recente (KANTOR; MACIEL; SIMÕES, 2009)

Compreende-se, pois, que, a partir da trajetória de institucionalização da CP, é perceptível o seu esforço nos processos de autonomização frente a outras áreas.

É possível identificarmos um movimento de reconhecimento e busca de autonomia da Ciência Política em relação a outras áreas, que na perspectiva de Leite e Codato (2008), tanto de aspectos institucionais (com a criação de cursos de pós-graduação específicos na área, periódicos especializados e consolidação de órgãos representativos de classe), quanto de aspectos teórico-metodológicos (desenvolvimento e consolidação de teorias, métodos e abordagens próprios).

A história da Ciência Política no Brasil, ainda que relacionada com a história das Ciências Sociais, tem particularidades que viabilizam afirmar que foi em meados dos anos de 1960 que podemos afirmar que estávamos diante da consolidação da mesma como disciplina acadêmica.

A institucionalização tardia da área não é um fenômeno estritamente brasileiro (FORJAZ, 1997), estando relacionada ao desenvolvimento das pós-graduações. De outra sorte, afastando-se da hegemonia da escola sociológica paulista, a configuração da Ciência Política é orientada pela atuação de um grupo originário de Minas Gerais e Rio de Janeiro, fortemente influenciado pela tradição norte-americana.

Destacamos como marco da Ciência Política como disciplina científica dos anos 1960 em diante, a publicação da obra organizada por Bolívar Lamounieur (1982) ainda que o autor aponte a existência de uma tradição de pensamento político anterior aos surtos de crescimento econômico e urbanização e do estabelecimento das universidades, utilizando apontamentos de Wanderley Guilherme dos Santos (1967) que refere os primeiros intérpretes do Brasil, até os anos 1930, com especial destaque a Alberto Torres, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, que se ocupavam da formação do Estado e da Nação, discutidas em grandes narrativas históricas e de pensamento

“autoritário”.

Em um segundo estágio, pós 1930, temas como o aumento da participação e cidadania (entre eles eleição e partidos políticos), desenvolvimento econômico, etc, que perdurariam até 1964 ocupariam os intelectuais, tais como Victor Nunes Leal, Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe e outros (FORJAZ, 1997).

A constituição da Ciência Política no Brasil guarda uma estreita relação com o pensamento norte-americano, influenciando os estudiosos de Minas e do Rio que acabam se afastando de uma tradição das escolas francesa e alemã que são hegemônicas em São Paulo.

Destaca-se também os investimentos que ocorreram a partir dos anos 1960, com especial destaque a Fundação Ford, que priorizam a pesquisa em Ciência Política, investindo em bolsas de estudo e intercâmbio de docentes e discentes de pós-graduação, de tal sorte a fazer da mesma uma área estratégica para a formulação de políticas públicas e orientadora da agenda nacional (KEINERT E SILVA, 2010), de tal sorte que, “[...] formar elites e influenciar o *policy-making* no Brasil fez parte da estratégia política da Ford e de outras organizações americanas concatenadas com o projeto mais amplo de hegemonia na América Latina” (FORJAZ, 1997, p. 5).

Foi nesse contexto que em 1969 o Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) criou o primeiro mestrado em Ciência Política no Brasil, em 1969, o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IPUPERJ) e Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), em São Paulo receberam importantes recursos para o desenvolvimento da Ciência Política. (FORJAZ, 1997)

Diferentemente do que ocorre com a Sociologia e a Antropologia que possuem maior efetividade na sua constituição pela oferta graduação, o primeiro curso de bacharelado em Ciência Política foi ofertado no ano de 1989¹ pela Universidade de Brasília (UnB), momento em que a pós-graduação já estava plenamente consolidada.

¹ Dados disponibilizados pelo sistema e-Mec informam que existem atualmente 37 cursos de bacharelado em Ciência Política no Brasil.

Feitas essas considerações mais genéricas passaremos a descrever alguns apontamentos sobre o ensino de Ciência Política preconizado na Educação Básica.

O modelo educacional brasileiro vigente tem suas origens em profícuos debates, realizados no contexto da redemocratização em meados dos anos 80, após mais de vinte anos de Ditadura Civil-Militar. Esses debates se materializaram na Constituição Federal de 1988 que propaga a Educação como direito de todos e dever do Estado e da família, potencializadora do pleno desenvolvimento do ser humano, assim como o efetivo exercício da cidadania.

De outra sorte devemos referir a importância para a educação brasileira da Lei nº 9.394/1996, mais conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que disciplinou as determinações da Constituição Federal para o sistema educacional, também tendo como referência, a construção da cidadania.

Destaca-se que somente com a Lei nº 11.684/2008, a disciplina de Ciências Sociais, denominada de Sociologia foi ofertada no Ensino Médio, sendo novamente tornada opcional no ano de 2017.

A intermitência da presença da Sociologia nos currículos de Educação Básica, ao longo da história da educação no Brasil, resultando na escassez de material didático, na dificuldade de formação de professores e na dificuldade de definição de uma base curricular mínima para a disciplina, torna esse debate ainda mais imprescindível (BODART; LOPES, 2017).

Cumprе mencionar que, embora normalmente relegada a um segundo plano, se comparada com disciplinas como Matemática e Língua Portuguesa, as Ciências Sociais cumprem um papel primordial na formação dos educandos(as), contribuindo para o desenvolvimento do pensamento crítico (junto de outras disciplinas, como História, Geografia e Filosofia), ao contribuir para que os(as) mesmos(as) compreendam a realidade que o(a) cerca como algo social e historicamente construído.

Atualmente a Ciência Política é apresentada de forma facultativa aos alunos(as) do Ensino Médio brasileiro dentro do conteúdo programado para a disciplina de Sociologia, que também é responsável por abarcar conceitos e temas

da Antropologia e compõe as disciplinas das *Ciências Humanas e Sociais Aplicadas* (História, Geografia, Sociologia e Filosofia)².

A importância dos debates acerca da política na formação escolar dos(as) educandos(as) pela legislação educacional brasileira, remontam ao Ensino Médio, ainda que saibamos a fragilidade dessa formação, havendo um conjunto de dispositivos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), estabelecendo a necessidade da formação política na escola.

A título de ilustração trazemos os apontamentos que seguem:

Segundo a BNCC, a política “[...] é entendida enquanto ação e inserção do indivíduo na polis, na sociedade e no mundo, incluindo o viver coletivo e a cidadania” (BRASIL, 2021, p. 567), já “[...] a construção da cidadania é um exercício contínuo, dinâmico e que demanda a participação de todos para assegurar seus direitos e fazer cumprir deveres pactuados por princípios constitucionais e de respeito aos direitos humanos” (BRASIL, 2021, p. 578), considerando:

As discussões em torno do bem comum e do público, dos regimes políticos e das formas de organização em sociedade, as lógicas de poder estabelecidas em diferentes grupos, a micropolítica, as teorias em torno do Estado e suas estratégias de legitimação e a tecnologia interferindo nas formas de organização da sociedade são alguns dos temas que estimulam a produção de saberes nessa área (BRASIL, 2021, p.567).

Ainda conforme a BNCC, o estudo das categorias Política e Trabalho no Ensino Médio deve “[...] permitir aos estudantes compreender e analisar a diversidade de papéis dos múltiplos sujeitos e seus mecanismos de atuação e identificar os projetos políticos e econômicos em disputa nas diferentes sociedades” (BRASIL, 2021, p. 568).

Embora haja no Brasil um conjunto expressivo de cursos superiores de Ciência Política, não existem Diretrizes Curriculares para a área, sendo que à carga horária mínima e ao prazo de integralização, o curso segue as normatizações do curso de Ciências Sociais (Resolução CNE/CES nº 17 de 2002) (BRASIL, 2002). Os conhecimentos da Ciência Política têm uma tradição consolidada em vários cursos com especial destaque a Filosofia, Gestão Pública, Administração, Direito, Relações

² Informamos que na Câmara o Projeto de Lei 7746/10, do deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO), que inclui no currículo obrigatório do ensino médio brasileiro disciplina com noções básicas de ciência política.

Internacionais, etc., não tendo sido encontrada oferta da disciplina em cursos de licenciatura da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) salvo em Ciências Sociais. Cabe destacar a crescente importância da área na Pós-Graduação.

Dados constantes na Diretoria de Avaliação (DAV) da CAPES, apontam que a área de Ciência Política conheceu um período de grande expansão nos últimos 20 anos, sinalizando sua tendência interdisciplinar, uso que imaginamos mais apropriado no material proposto.

Ao final desse capítulo imaginamos ter apresentado ao leitor, de forma introdutória, a caracterização da Ciência Política como área de conhecimento específica, disponibilizando elementos para a compreensão de seus principais aportes, bem como da trajetória histórica até a constituição do campo. Apresentamos ainda a organização do campo de conhecimento no Brasil, tanto no que diz respeito a disciplina de forma autônoma em cursos superiores e pós-graduação, quanto a sua presença no currículos de educação básica em decorrência da Lei nº 11.684/2008 e sua condição de facultativa pós 2017, com a Reforma do Ensino Médio.

Cabe destacar ainda que, em 1986, foi criada a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). Não existe ainda a regulamentação da profissão de Cientista Político, sendo que a mesma está subentendida à profissão de Sociólogo, que abarca os bacharéis em Sociologia e Política, bem como em Ciências Sociais, conforme previsto na Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980.

No material da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) encontramos referência a questão da 'alfabetização política' entendida como a compreensão desde a infância dos principais conceitos da CP, como uma estratégia importante para transformar a sociedade, com a efetivação do exercício da cidadania.

Nesse sentido é fundamental compreendermos a CP como uma linguagem, um conjunto teórico conceitual, cuja compreensão e apropriação permitirão uma intervenção mais efetiva na sociedade.

A leitura do material apresentado evidencia a importância da CP na vida de cada cidadão, e com especial destaque àqueles que atuam no serviço/ gestão pública, sendo fundamental a compreensão efetiva do funcionamento da mesma, uma vez que é esse conhecimento que potencializará a efetiva transformação,

participação e democracia. As políticas são o mecanismo de resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos.

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS

A compreensão acerca do tema de Políticas Públicas implica no entendimento sumário de um determinado modelo de Estado.

As reflexões teóricas que foram capazes de viabilizar a superação da Crise de 29³, vivenciada pelos países capitalistas de tradição liberal, implicam na adoção dos estudos de John Maynard Keynes que sustentavam a ruptura com o capitalismo do tipo *laissez-faire*.

As proposições keynesianas sinalizavam para a necessidade de uma significativa intervenção do Estado na economia, sendo esta a origem daquilo que na década de 1950 seria denominado de *Welfare State* (Estado de Bem-Estar Social ou Estado-Providência), que é um arranjo político e econômico que concebe o Estado como agente da promoção (protetor e defensor) social e organizador da economia.

Tal modelo foi marcado pela ação intensiva do Estado na regulação do capitalismo e na garantia do bem estar dos(as) cidadãos(ãs) através de um conjunto de ações estatais denominadas de *políticas públicas sociais* cujo propósito é minimizar as desigualdades existentes na sociedade.

Cumprir referir que esse modelo de Estado foi hegemônico até meados da década de 1980, quando o mesmo passou a diminuir a sua intervenção na economia e, conseqüentemente, declinar de um conjunto expressivo de políticas sociais.

Dessa forma é importante termos presente que o Estado assume diferentes

³ A Crise de 1929, também chamada de Grande Depressão, foi uma forte recessão econômica que atingiu o capitalismo internacional no final da década de 1920, tendo iniciado nos EUA com a quebra da bolsa de Nova Iorque. Tal fato deu início ao declínio do liberalismo econômico orientado teoricamente pelos ensinamentos de Adam Smith.

configurações em diferentes períodos históricos e que, no século XX, presenciamos os processos de expansão (a partir dos anos 1930) e de retração do Estado (a partir da década de 1980) no que diz respeito a disponibilização de serviços públicos e na regulação das atividades econômicas, o que impactará diretamente a oferta de Políticas Públicas de natureza social como veremos na sequência.

Magalhães refere que:

O Estado como instituição surgiu para resolver os problemas da vida em coletividade e que a política é o meio pelo qual existe a expressão de procedimentos destinados à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos (2001, p. 18).

Feita essa breve contextualização passamos a apresentar uma discussão acerca da temática das Políticas Públicas em seu sentido *lato*, para na sequência apresentamos as políticas públicas sociais.

As discussões sobre Políticas Públicas têm sido feitas primordialmente a partir da Ciência Política podendo ser “[...] entendida como o conjunto de políticas, programas e ações do Estado, diretamente ou por meio de delegação, com objetivo de enfrentar desafios e aproveitar oportunidades de interesse coletivo” (CASTRO; OLIVEIRA, 2014, p. 22).

Desta feita, por Políticas Públicas entende-se a orientação para a realização de fins socialmente relevantes para a coletividade, dando-se visibilidade ao modo de funcionamento da máquina estatal, enfatizando-se o papel das agências públicas bem como dos atores que participam deste processo, seja direta ou indiretamente, merecendo destaque o papel de políticos e dos burocratas⁴ do lado do governo e de outro lado a sociedade.

Curiosamente encontramos referências a Políticas Públicas como sendo os processos, métodos e expedientes dos órgãos governamentais com vistas à permanência no poder (GOMES, 1989, p. 178).

Achamos pertinente citar aqui Reis (1987, p. 74): “Quando me refiro às Políticas Públicas (ou simplesmente políticas) tenho em mente as traduções

⁴ Para Max Weber, estudioso do fenômeno da burocracia, tanto políticos quanto burocratas são servidores do Estado, com a distinção de que os políticos são servidores em razão de seu mandato e por isso são pressionados pelos seus eleitores. Os burocratas são servidores de carreira que acessam o serviço público através de concurso e por isso pensam o Estado de forma técnica.

técnico-rationais de soluções específicas do referido jogo de interesses da política.”

A dimensão da política (politics) se refere ao conflito de interesses e de valores entre os membros de uma sociedade, o que se encontra potencializado nas sociedades contemporâneas, extremamente diferenciadas.

A atividade (ação) política produz decisões políticas que se constituem de uma escolha entre alternativas, conforme as preferências/possibilidades dos atores, para atingir objetivos, adequando fins aos meios disponíveis.

Klaus Frey (2009) assevera que existem três termos que compõem o conceito de políticas públicas:

- a) Policy que se refere aos conteúdos da política; “aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas”;
- b) Politics que se refere aos processos políticos; “freqüentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição”;
- c) Polity que se refere às instituições políticas; “à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político- administrativo” (KLAUS FREY, 2009, p. 31).

O mesmo autor destaca que as especificidades de tais dimensões demandam uma compreensão efetiva no terreno acadêmico, salientando que no cotidiano as mesmas estão permanentemente imbricadas.

Hogwood e Gunn apud Araújo e Rodrigues (2017) informam que há, pelo menos, sete perspectivas para analisar uma política, a saber:

- 1) Estudos de conteúdos políticos, em que o analista procura descrever e explicar a gênese e o desenvolvimento de políticas específicas;
- 2) Estudos do processo das políticas, em que se presta atenção às etapas pelas quais passa um assunto e se procura verificar a influência de diferentes setores no desenvolvimento desse assunto;
- 3) Estudos de produtos de uma política, que tratam de explicar por que os níveis de despesa ou o fornecimento de serviços variam entre áreas;
- 4) Estudos de avaliação, que se localizam entre a análise de política e as análises para a política e podem ser descritivos ou prescritivos;
- 5) Informação para a elaboração de políticas, em que os dados são organizados para ajudar os tomadores de decisão a adotar decisões;

6) Análise de processo, em que se procura melhorar a natureza dos sistemas de elaboração de políticas;

7) Análise de políticas, em que o analista pressiona, no processo de política, em favor de idéias ou opções específicas.

Também devemos apontar que é consenso na Ciência Política um conjunto de elementos definidores das Políticas Públicas, a saber:

a) Institucional: a política é elaborada ou decidida por autoridade formal legalmente constituída no âmbito da sua competência e é coletivamente vinculante;

b) Decisório: a política é um conjunto/seqüência de decisões, relativo à escolha de fins e/ou meios, de longo ou curto alcance, numa situação específica e como resposta a problemas e necessidades;

c) Comportamental, implica ação ou inação, fazer ou não fazer nada; mas uma política é, acima de tudo, um curso de ação e não apenas uma decisão singular;

d) Causal: são os produtos de ações que têm efeitos no sistema político e social.

As Políticas Públicas são implementadas, segundo os estudiosos da matéria, em quatro fases, a saber: a) construção de agendas; b) formulação de políticas; c) implementação de políticas e, d) avaliação de políticas.

A agenda nas Políticas Públicas é a constituição, a listagem de temas e problemas que chamam a atenção do poder público, em seus diferentes níveis, ou da sociedade.

Esta agenda pode ser *sistêmica ou não governamental*, que são aquelas que, há muito tempo são sentidas na sociedade, *ou governamentais e de decisão*, que são aquelas que merecem especial atenção do governo. O procedimento correto e que ocorra passagem da agenda sistêmica para a de decisão, sendo que tanto os atores sociais e políticos e a percepção dos administradores influenciam na construção de agendas.

A fase de formulação de políticas vem a ser a elaboração de alternativas e a escolha de uma delas, sendo pertinente mencionarmos a que:

A fase de formulação pode ser desmembrada em três fases: primeira, quando uma massa de dados transforma-se em informações relevantes; segunda, quando valores, idéias, princípios e ideologias se combinam com informações factuais para produzir conhecimento sobre ação orientada; e última quando o conhecimento empírico e normativo é transformado em ações públicas, aqui e agora. (VIANNA, 1996, p. 13)

A terceira fase, qual seja, a implementação de Políticas Públicas, é diretamente influenciada pela intensidade da mudança que tal política acarretará, visto que, quanto menor a quantidade de mudança, maior será o consenso obtido e vice-versa, ocorrendo uma relação inversamente proporcional entre as variáveis mudança e consenso. É importante mencionar, no entanto, que a maior possibilidade de consenso será influenciada pela participação do maior número de envolvidos durante a fase de formulação, pois estaremos aí diante de uma maior clareza da ação do Estado, o que determina uma menor resistência à mesma.

A quarta e última fase das Políticas Públicas diz respeito à avaliação das mesmas, que podem ser de diferentes tipos: investigação, investigação avaliativa, avaliação e monitoramento, diferenciando-se estas modalidades de acordo com a fase em que são realizadas, antes, durante ou depois da política.

Pode-se ainda avaliar o processo ou o impacto das Políticas Públicas, sendo que as principais variáveis a serem consideradas são: metas; metas planejadas; tempo real; tempo planejado; custo real e custo planejado.

Nos estudos da temática de Políticas Públicas ganham relevância abordagens que enfatizam os processos de formação de agendas, da formulação e da implementação de políticas, havendo basicamente duas perspectivas teóricas distintas que tratam desta temática.

A primeira enfatiza a forma da distribuição do poder na sociedade, que pode ser: nos grupos sociais, nas elites e nas classes sociais. A segunda perspectiva enfatiza a questão atinente ao grau de autonomia existente entre a sociedade e o Estado.

Com base nas diferentes interpretações destacamos as visões das relações entre Estado e sociedade, temos algumas teorias para a compreensão das Políticas Públicas. Passamos a descrevê-las com base em material elaborado pelo O Grupo de Análise de Políticas de Inovação (**GAPI**) - GAPI-UNICAMP (2002).

1. Pluralismo - Enfatiza as restrições impostas ao Estado por um amplo espectro de grupos e sustenta que a política pública é basicamente um reflexo das preferências destes grupos;

2. Marxismo - Destaca a influência de interesses econômicos sobre a ação política e vê o Estado como um importante meio de manutenção da dominação de classes sociais;

O paradigma marxista se subdivide em diferentes abordagens, a saber:

2.1 Instrumentalista: Entende o Estado liberal como um instrumento diretamente controlado “de fora” pela classe capitalista e compelido a agir de acordo com seus interesses (ela rege mas não governa). Capitalistas, burocratas do Estado e líderes políticos formam um grupo coeso em função de sua origem de classe comum, estilos de vida e valores semelhantes etc.. (afinidade com a visão elitista). O principal teórico dessa perspectiva é o sociólogo inglês Ralph Miliband, da escola marxista inglesa e contemporânea E. P. Thompson, Eric Hobsbawm, e Perry Anderson.

2.2 Estado como árbitro: Quando existe relativo equilíbrio entre forças sociais, a burocracia estatal e líderes político-militares podem intervir para impor políticas estabilizadoras que, embora não sejam controladas pela classe capitalista, servem aos seus interesses. Em situações normais (que não as de crise) o Estado atua como árbitro entre frações da classe dominante. A burocracia estatal é vista, diferentemente da corrente funcionalista, como um segmento independente/distinto da classe dominante, embora a serviço de seus interesses de longo prazo. O principal teórico dessa abordagem é o sociólogo e filósofo grego Nicos Poulantzas.

2.3 Funcionalista: A organização do Estado e a *policy making* é condicionada pelo imperativo da manutenção da acumulação capitalista. Funções: preservação da ordem, promoção da acumulação de capital, e criação de condições para a legitimação. Os gastos governamentais para manter essas funções são: “gastos sociais”, “investimento social” (para reduzir custos de produção), e “consumo social”. Enfatiza os processos macro e não, por exemplo, a questão do caráter da burocracia ou das elites. O principal teórico dessa abordagem é o sociólogo estadunidense James O'Connor.

2.4 Estruturalista: O Estado é visto como um fator de coesão social, com a função de organizar a classe dominante e desorganizar as classes subordinadas através do uso de aparatos repressivos ou ideológicos. O principal teórico dessa abordagem é o sociólogo francês L. Althusser.

2.5 Escola da “lógica do capital”: Deduz a necessidade funcional do Estado da análise do modo de produção capitalista. O Estado é entendido como um “capitalista coletivo ideal”. Ele provê as condições materiais gerais para a produção; estabelece as relações legais genéricas; regula e suprime os conflitos entre capital e trabalho; e protege o capital nacional no mercado mundial. O principal teórico dessa abordagem é o cientista político alemão Elmar Altvater.

2.6 Escola “de Frankfurt”: O Estado é entendido como uma “[...] forma institucionalizada de poder político que procura implementar e garantir o interesse coletivo de todos os membros de uma sociedade de classes dominada pelo capital”. Combina as visões funcional e organizacional.(GAPI-UNICAMP, 2002).O principal teórico dessa abordagem é o sociólogo alemão Claus Offe.

3 Neo-pluralismo ou Elitismo - Enfatiza o poder exercido por um pequeno número de interesses sociais bem organizados com habilidade para atingir seus objetivos;

4. Corporativismo - Destaca as mudanças econômicas nas sociedades industriais como tendo um significativo impacto no papel do Estado e na sua interação com outros atores políticos. (GAPI-UNICAMP, 2002).

Ainda é importante destacar a crescente importância do que denominamos de Análise de Políticas Públicas que podem ser feitas basicamente por três atores distintos:

1) Técnico: interessado em pesquisa *policy-oriented*, é um estudioso preocupado com a (ou atuando na) burocracia;

2) Político: interessado em Análise de Política pois a compreensão da mesma auxilia o crescimento da sua influência política;

3) Empreendedor: interessado em usar a Análise de Política para influenciar a política.

Neste trabalho, a construção de um produto, qual seja um Glossário de Ciência Política para auxiliar na compreensão de temas discutidos no PPPG, se orienta pela dimensão técnica, visto que a grande maioria dos(as) discentes e a totalidade dos(as) docentes do Programa configuram o que a bibliografia denomina de *burocrata de rua*, ou seja são aqueles(as) que implementam as políticas, uma vez que prestam seus serviços diretamente ao usuário-cidadão (LIPSKY, 2010).

Devemos destacar ainda outra classificação importante das Políticas Públicas que diz respeito a sua natureza. De forma sumária podemos classificar da forma que segue:

a) Políticas Sociais: destinadas a prover o exercício de direitos sociais como educação, seguridade social (saúde, previdência e assistência), habitação, etc.;

b) Políticas Econômicas: são orientadas para a gestão da economia interna e a promoção da inserção do país na economia externa. Ex.: política monetária, cambial, fiscal, agrícola, industrial, comércio exterior, etc.;

c) Políticas de Infraestrutura: visam assegurar as condições para a implementação e a consecução dos objetivos das políticas econômicas e sociais. Ex.: política de transporte rodoviário, hidroviário, ferroviário, marítimo e aéreo (aviação civil); energia elétrica; combustíveis; petróleo e gás; gestão estratégica da geologia, mineração e transformação mineral; oferta de água; gestão de riscos e resposta a desastres; comunicações; saneamento básico; mobilidade urbana e trânsito, etc.;

d) Políticas de Estado: garantem o exercício da cidadania, a ordem interna, a defesa externa e as condições essenciais à soberania nacional. Ex.: política de direitos humanos, segurança pública, defesa, relações exteriores, etc. (RUA; ROMANINI, 2013, p. 10).

No que diz respeito à alocação de recursos as mesmas podem ser:

a) Políticas Distributivas: aquelas que alocam bens ou serviços a frações específicas da sociedade (categorias de pessoas, localidades, regiões, grupos sociais, etc.) mediante recursos provenientes da coletividade como um todo. Podem relacionar-se ao exercício de direitos, ou não, podem ser assistencialistas, ou não, podem ser clientelistas, ou não. Ex.: implementação de hospitais e escolas, construção de pontes e estradas, revitalização de áreas urbanas, salário-desemprego, benefícios de prestação continuada, programas de renda mínima, subsídios a empreendimentos econômicos, etc.;

b) Políticas Redistributivas: aquelas que distribuem bens ou serviços a segmentos particularizados da população por intermédio de recursos oriundos de outros grupos específicos. São conflituosas e nem sempre virtuosas. Ex.: reforma agrária, distribuição de royalties do petróleo, política de transferência de recursos interregionais, política tributária, etc.

c) Políticas Regulatórias: aquelas que estabelecem imperativos (obrigatoriedades), interdições e condições por meio das quais podem e devem ser realizadas determinadas atividades ou admitidos certos comportamentos. Seus custos e benefícios podem ser disseminados equilibradamente ou podem privilegiar interesses restritos a depender dos recursos de poder dos atores abarcados. Elas podem variar de regulamentações simples e operacionais a regulações complexas, de

grande abrangência. Ex.: Código de Trânsito, Lei de Eficiência Energética, Código Florestal, Legislação Trabalhista, etc.;

d) Políticas Constitutivas ou Estruturadoras: aquelas que consolidam as regras do jogo político. São as normas e os procedimentos sobre as quais devem ser formuladas e implementadas as demais políticas públicas. Ex.: regras constitucionais diversas, regimentos das Casas Legislativas e do Congresso Nacional, etc. (LOWI, 1964, 1972, apud RUA; ROMANINI, 2013, p. 3-4).

Políticas Públicas distributivas e redistributivas são as que concentram a oferta de bens e serviços à população e atendem em grande medida as áreas de políticas sociais. Aqui priorizamos as denominadas políticas públicas sociais, visto que nosso propósito é contribuir com a compreensão das políticas educacionais que são um desdobramento das políticas sociais.

O Art. 6º da Constituição Federal CF/88 trata dos direitos sociais e garantias fundamentais da pessoa, sendo pois a conteúdos material das políticas sociais.

Por Políticas Sociais entende-se:

[...] aquelas políticas públicas voltadas para a oferta de bens e serviços básicos à população, compreendendo às áreas da educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, e assistência aos desamparados (BRASIL, CF, 1988).

Pedro Demo ao tratar da questão social relaciona a mesma com a noção de bem-estar humano em uma perspectiva assistencial ou humanista com enfoque na dignidade humana, caridade ou misericórdia. Ou seja, ações que incorporam uma dimensão assistencialista de cobertura imediata. (DEMO, 1978)

Sônia Draibe, importante estudiosa da matéria, relaciona as Políticas Sociais com o Estado de Bem-Estar sinalizando que o mesmo desmercantiliza as pessoas, ou seja, prioriza a sobrevivência dos indivíduos. O Estado assume a função de garantir aos cidadãos os requisitos básicos para que, ao se encontrarem desamparados pelo mercado, possam, de qualquer forma, sobreviverem:

Por Welfare State estamos entendendo, no âmbito do Estado capitalista, uma particular forma de regulação social que se expressa pela transformação das relações entre o Estado e a economia, entre o Estado e a sociedade, a um dado momento do desenvolvimento econômico. Tais transformações se manifestam na emergência de sistemas nacionais públicos ou estatalmente regulados de educação saúde, previdência social, integração e substituição da renda, assistência social e habitação que, a par das políticas de salário e emprego, regulam direta ou indiretamente o volume, as taxas e os comportamentos do emprego e do salário da economia, afetando, portanto, o nível de vida da população trabalhadora. (DRAIBE, 1990, p. 2- 3)

A necessidade de proteção social é consequência das transformações pelas quais passa o modo de produção capitalista que vulnerabiliza de forma cada vez mais intensa segmentos crescentes da população (POLANYI, 1980). Por fim destacamos que a educação foi a primeira temática a ganhar o *status* de Política Social, sendo importante destacar que estudos que tratam da avaliação de políticas públicas afirmam que a mesma pode ser identificada como a mais efetiva das políticas sociais pelos desdobramentos que ela pode provocar na economia, na saúde, na segurança pública e em outros setores, resultando daí sua importância.

As Políticas Públicas educacionais objetivam garantir o direito universal à educação e sua compreensão efetiva relaciona-se a um conjunto de questões bastante complexas, especialmente no contexto em que vivemos marcado pela retração da ação do Estado pela configuração do Estado mínimo, associada a emergência de um conjunto bastante amplo de atores interessados na temática educacional, com especial destaque a atores privados vinculados a setores empresariais interessados na formulação e gestão da políticas educacionais que tratam dos mais variados temas em todos os níveis da educação.

Ao final desse capítulo apresentamos ao leitor algumas questões referentes à temática da Análise de Políticas, questão que julgamos muito importante para o gestor educacional. A Análise de Políticas pode ser considerada como um conjunto de conhecimentos proporcionado por diversas disciplinas das Ciências Humanas utilizados para buscar resolver ou analisar problemas concretos em política (policy) pública (BARDACH apud DAGNINO, 2016, p. 134).

Wildavsky (apud DAGNINO et. al., 2016, p. 135) afirma que a “Análise de Política” subsidia-se das contribuições de uma série de disciplinas de sorte a interpretar as causas e conseqüências da ação governamental, em particular, ao voltar sua atenção ao processo de formulação de política.

Segundo Dye (apud DAGNINO et. al., 2016, p. 135), fazer: “Análise de Política é descobrir o que os governos fazem, porque fazem e que diferença isto faz”, sendo a descrição e explicação das causas e conseqüências da ação do governo.

A “Análise de Política” engloba um grande espectro de atividades, todas elas envolvidas de uma maneira ou de outra com o exame das causas e conseqüências da ação governamental.

Foi a partir de meados dos anos de 1970 que a temática da “Avaliação das Políticas” ganha relevo, especialmente em razão da crescente democratização dos processos constituintes e da implementação das Políticas Públicas. Nos anos de 1980, o tensionamento entre Estado e mercado, acentuaram o debate sobre avaliação das políticas públicas.

Hogwood e Gunn (apud DAGNINO et.al., 2016, p. 139) apresentam uma tipologia com sete tipos de “Análise Política”:

1) Estudo do conteúdo das políticas (*study of policy content*), no qual os analistas procuram descrever e explicar a gênese e o desenvolvimento de políticas, isto é, determinar como elas surgiram, como foram implementadas e quais os seus resultados;

2) Estudo do processo das políticas (*study of policy process*): nele, os analistas dirigem a atenção para os estágios pelos quais passam questões e avaliam a influência de diferentes fatores, sobretudo na formulação das políticas;

3) Estudo do resultado das políticas (*study of policy output*), no qual os analistas procuram explicar como os gastos e serviços variam em diferentes áreas, razão por que tomam as políticas como variáveis dependentes e tentam compreendê-las em termos de fatores sociais, econômicos, tecnológicos e outros;

4) Estudo de avaliação (*evaluation study*), no qual se procura identificar o impacto que as políticas têm sobre a população;

5) Informação para elaboração de políticas (*information for policy making*): neste caso, o governo e os analistas acadêmicos organizam os dados para auxiliar a elaboração de políticas e a tomada de decisões;

6) Defesa de processos (*process advocacy*): os analistas procuram melhorar os sistemas de elaboração de políticas e a máquina de governo, mediante a realocação de funções, tarefas e enfoques para avaliação de opções;

7) Defesa de políticas (*policy advocacy*), atividade exercida por intermédio de grupos de pressão, em defesa de idéias ou opções específicas no processo de políticas.

Por fim cabe destacar a existência de três tipos de analistas das políticas públicas:

a) O técnico que é motivado pela *pesquisa policy-oriented*, é um acadêmico preocupado com a (ou atuando na) burocracia;

b) O político interessado na análise, pois isso lhe permite aumentar sua influência política;

c) O empreendedor interessado em usar a análise de política para influenciar a política. Geralmente ligado ao mercado.

Ao final desse capítulo, a título de sistematização, informamos que foi feita uma breve descrição acerca de um tema tão complexo e multifacetado quanto Políticas Públicas.

Imaginamos que os elementos aqui disponibilizados sejam suficientes para evidenciar a necessidade premente de qualificar o gestor público, e especialmente o gestor educacional, que se constitui como um educador, para que o(a) mesmo(a) possa, conhecendo as configurações das relações entre Estado e Sociedade, potencializar a promoção/avaliação de Políticas Públicas capazes de auxiliar na construção de uma escola capaz de contribuir com uma sociedade mais justa e equânime, respeitando-se principalmente a gestão democrática, de sorte a permitir que consensos históricos sejam respeitados.

4 O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO EDUCACIONAL – PPPG/UFSM

O Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional – PPPG é um dos quatro programas do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria - Santa Maria, sendo classificado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES na grande área de Educação.

O Programa é organizado a partir de dois cursos, a saber: Curso de Especialização em Gestão Educacional – CEGE e o Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional – MP.

4.1 CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL – CEGE

O CEGE teve sua primeira oferta no ano de 1980, quando a Universidade Federal de Santa Maria, modificou as antigas habilitações de Administração, Supervisão Escolar e Orientação Educacional do curso de Pedagogia para o nível de pós-graduação na especialização *lato-sensu* em Educação. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2014, p. 7). Informações obtidas com a egressa do curso, professora Rosane Sarturi, referem a existência de uma turma fora da sede no município de Ijuí.

Em 1989 foi aprovado na UFSM o Curso de Especialização em Educação Pós-Graduação *lato sensu*, com as habilitações: Administração, Supervisão Escolar e Orientação Educacional, através do Parecer nº 1/89/CEPE e do Parecer nº06/89/CONSU. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2014, p. 8)

Suas habilitações justificavam a elevada carga horária: 300h/a para o Núcleo Básico; 360 h/a para o Núcleo Profissionalizante e 180 h/a para Estágio e Monografia totalizando 840 horas-aula (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2014, p. 8).

Acerca da elevada carga horária, Rosane Sarturi assevera que a mesma se devia ao fato do curso receber todos os licenciados e não somente pedagogos como era comum, o que implicava em uma procura expressiva.

Em razão da atual LDB (Lei nº. 9.394/96) ocorreu uma reformulação curricular, passando a denominar-se Curso de Especialização em Gestão Educacional, ênfases em: Administração/Supervisão Escolar e Orientação Educacional com a redução da carga horária para 435 horas, sendo que no ano de 2001 foi extinta a habilitação de sorte que o curso passou a denominar-se apenas Curso de Especialização em Gestão Educacional (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2014, p. 9)

Em 2005 o curso foi reformulado sendo seu objetivo proporcionar formação continuada aos profissionais da Educação no campo da gestão educacional a partir dos pressupostos da gestão democrática.

O curso é de caráter permanente, com carga horária de 375 horas totalizando 25 créditos.

No dia 01 de junho de 2007, foi aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFSM, em sua 669ª Sessão (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2014), o CEGE na modalidade à distância- EaD, vinculado a Universidade Aberta do Brasil (UAB), sob a administração do NTE - Núcleo de Tecnologia Educacional, hoje CTE - Coordenadoria de Tecnologia Educacional. O referido curso tem muita identidade com o CEGE presencial, tanto no que diz respeito à organização didática (disciplinas, ementas, carga horária), quanto ao próprio corpo docente, ainda que o CEGE EaD não pertença ao PPPG.

O propósito do curso é viabilizar uma formação que coaduna com experiências de gestão democrática que incentivem o desenvolvimento da co-responsabilidade e da construção de projetos coletivos (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2014, p. 10).

Os objetivos específicos do curso, constantes do PPC são:

Analisar e refletir aspectos político-pedagógicos do sistema educacional brasileiro a partir das Políticas Públicas, programas e ações vigentes.

Desenvolver uma compreensão crítica das redes/sistemas de ensino, e respectivas instituições, em seus aspectos administrativos, técnicos, pedagógicos, políticos, financeiros e culturais, com vistas a organização da gestão educacional/escolar mais democrática.

[Re]construir conhecimentos com vistas à produção de políticas públicas, programas e planos referentes às redes/sistemas de ensino.

Elaborar produção científica relevante na área de gestão educacional/escolar, como trabalho final de curso (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2014, p.12).

O CEGE é um curso muito reconhecido e procurado em Santa Maria e seu entorno pela formação qualificada de gestores, cujo objetivo é proporcionar formação continuada aos profissionais da Educação no campo da Gestão Educacional a partir dos pressupostos da gestão democrática.

O Curso é de caráter permanente, com carga horária de 375 horas totalizando 25 créditos, preparando e qualificando profissionais para atuar nas áreas da Gestão Escolar e Educacional. Dos 25 créditos, 75 horas (cinco créditos) podem ser cursadas a distância.

Das 375 horas de carga horária total do curso, 225 horas (15 créditos) são de disciplinas obrigatórias comuns a todos os discentes (cinco disciplinas de 45h) e 150 horas (dez créditos) são de disciplinas optativas (cinco disciplinas de 30h), vinculadas ao planejamento curricular do discente, de modo a constituir-se em aprofundamento e ou atualização de conhecimentos da área. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2014, p.15).

As cinco disciplinas obrigatórias têm carga horária à distância desenvolvida pelo Ambiente Moodle, sendo 15 horas (um crédito) de cada disciplina a ser desenvolvida a distância (EaD). Durante o Curso será oferecido um rol de disciplinas optativas do curso, com 30 horas cada, distribuídas nos três semestres, devendo o discente cursar obrigatoriamente pelo menos cinco (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2014, p. 15).

O período de duração do curso é de dezoito meses com a possibilidade de uma prorrogação de até seis meses, em caráter excepcional a critério do Colegiado, somente para a elaboração de Monografia. São ofertadas até 35 vagas anualmente, podendo este número ser inferior de acordo com a demanda.

O público alvo do CEGE são egressos de licenciaturas, ainda que excepcionalmente sejam aceitos candidatos(as) com outras graduações, sendo que a seleção ocorre através de análise do curriculum vitae; análise do anteprojeto de pesquisa e entrevista, cujos critérios são decididos pelo Colegiado.

O CEGE está organizado em duas linhas de pesquisa, a saber:

Gestão de Instituições Educacionais: se ocupa de investigar as Instituições Educacionais no que se refere a sua estrutura e cultura organizacional e suas formas de relações e integração com a comunidade interna e externa. Estão contempladas também a gestão administrativa, financeira e pedagógica, a formação e valorização do corpo docente e o desenvolvimento de seus planos/projetos e na gestão da avaliação.

Políticas Públicas e Gestão Educacional: investiga o sistema educacional brasileiro com base nas políticas públicas vigentes e suas relações com as transformações econômicas, políticas, sociais e tecnológicas e seus impactos na sociedade e no ensino.

Os(as) professores(as) credenciados(as) para ministrar aulas no CEGE são os(as) que seguem:

Tabela 8 - Docentes CEGE e formação inicial

Professores/as	Formação Inicial	
Andréa Forgiarini Cecchin	Pedagogia	P1
Daniele Rorato Sagrillo	Educação Física	
Débora Ortiz de Leão	Pedagogia	
Débora Teixeira de Mello	Pedagogia	
Elisiane Machado Lunardi	Pedagogia	
Fabiane Adela Tonetto Costas	Pedagogia	
Joacir Marques da Costa	Lic. Matemática	
Marilene Gabriel Dalla Corte	Pedagogia	
Adriana Moreira da Rocha Veiga	Pedagogia	P2
Ana Carla Hollweg Powaczuk	Pedagogia	
Andréa Tonini	Educação	

	Especial
Andréia Jaqueline Devalle Rech	Educação Especial
Dóris Pires Vargas Bolzan	Pedagogia
Eliana da Costa Pereira de Menezes	Educação Especial
Elisete Medianeira Tomazetti	Filosofia
Fabiane Romano de Souza Bridi	Educação Especial
Graziela Escandiel de Lima	Pedagogia
Juliana Sales Jacques	Letras
Leandra Bôer Possa	Educação Especial
Liane Camatti	Educação Especial
Liliana Soares Ferreira	Pedagogia
Liliane Gontan Timm Della Méa	Letras
Lorena Inês Peterini Marquezan	Pedagogia
Marcia Doralina Alves	Educação Especial
Maria Eliza Rosa Gama	Educação Física
Sílvia Maria de Oliveira Pavão	Educação Especial
Sueli Salva	Pedagogia
Taciana Camera Segat	Pedagogia
Taís Guareschi de Souza	Educação Especial
Tatiane Negrini	Educação Especial
Viviane Ache Cancian	Pedagogia

Elaborado pela autora com base no PPC e site do curso

Como é possível verificar pela tabela são 31 docentes distribuídos(as) de forma bastante desigual nas linhas do curso, visto que a L1 conta com oito docentes e a L2 conta com 23 docentes.

No curso predominam docentes com formação inicial em Pedagogia (15), seguido de Educação Especial (10), Educação Física e Letras com dois docentes de cada curso, além de um docente egresso da Matemática e outra da Filosofia.

Na L1 dos (as) oito docentes seis são pedagogos(as), não havendo nenhum(a) Educador(a) Especial, visto que os(as) mesmos(as) estão concentrados(as) na L2.

Analisando a formação inicial dos(as) docentes é possível afirmar que somente a docente egressa da Filosofia teve, na sua formação inicial, conhecimentos referentes à Ciência Política, uma vez que os demais cursos não se ocupam desses conteúdos.

Analisando o PPC do CEGE encontramos 14 disciplinas entre obrigatórias e optativas sendo que nenhuma delas tem em suas unidades temáticas específicas da Ciência Política, tão pouco na bibliografia, quer a básica quer a complementar. Não encontramos nem mesmo aquilo que chamamos de bibliografia de apoio, qual seja, dicionários, glossários, manuais e obras afins que podem ajudar os discentes com a compreensão de temas mais específicos que perpassam as discussões constituintes do curso.

Como perfil do(a) egresso(a) do CEGE, encontramos no PCC um sujeito capaz de dominar as competências e habilidades na área de Gestão Educacional, com destaque a democratização da educação; a autonomia nas instituições educacionais na escala micro e macro; a qualidade das atividades de ensino e da produção científica e o vínculo entre a educação básica e a educação superior (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2014, p.11).

Destacamos por fim que o CEGE cumpriu e cumpre um papel relevante para a consolidação da formação de gestores na região de Santa Maria, sendo importante para a concepção do Mestrado Profissional que descreveremos na sequência.

No PPC do CEGE foram encontradas 27 disciplinas entre obrigatórias e optativas, como segue:

Tabela 9 - Disciplinas CEGE

Disciplina

C.H.

Políticas Públicas e Gestão Educacional A	4 5h	Obrigatórias
Fundamentos Filosóficos, Políticos e Sociais da Gestão Educacional A	4 5h	
Gestão, Planejamento Educacional e Projeto Político Pedagógico	4 5h	
Organização Escolar e Curricular	4 5h	
Enfoques de Pesquisa A	4 5h	
Círculos de Diálogos: Gestão e Modalidades Educativas	3 0h	Optativas
Desenvolvimento Humano em Diferentes Abordagens	3 0h	
Financiamento da Educação	3 0h	
Política de Educação de Jovens e Adultos	3 0h	
Gestão da Avaliação Educacional	3 0h	
Escola, Inclusão e Práticas de Subjetivação		

Sistemas Educacionais: Organização e Representação Social	3 0h	
Tópicos Específicos em Gestão Educacional I	3 0h	Tópicos
Tópicos Específicos em Gestão Educacional II	3 0h	Manutenção de Vínculo
Tópicos Específicos em Gestão Educacional III	3 0h	
Elaboração de Defesa de Monografia	-	

Elaborado pela autora com base no PPC e site do curso

Ao analisar as disciplinas ofertadas no curso, considerando o ementário disponível no site, bem como o PPC, verificamos que nenhuma delas trata especificamente de uma questão central para o curso, qual seja, a teorização acerca do Estado e suas diferentes configurações, visto ser neste contexto que emergem as Políticas Públicas. Ademais a análise da bibliografia, quer a obrigatória, quer a complementar, também não evidencia referência a qualquer obra que trate desse tema ou ao menos subsidie eventuais leituras que tratam desse tema. Aqui me refiro a manuais de CP, Glossários, dicionários, etc.

4.2 MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO EDUCACIONAL – MP

O Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional – MP cuja principal demanda está voltada para os(as) profissionais da educação atuantes na Educação Básica, pretende contribuir para a análise mais acurada e compreensão das políticas educacionais impactando na qualificação da Gestão Educacional nos espaços escolares e não escolares.

O Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional está classificado na área base da Educação, com área de concentração em “Políticas Públicas e Gestão Educacional”.

O curso se orienta pela pesquisa aplicada e implicada em diferentes contextos educacionais, pressupondo o diagnóstico do contexto e a proposição de ações educativas de caráter administrativo-financeiro-pedagógico.

Por pesquisa implicada entende-se:

A implicação denuncia aquilo que a instituição deflagra em nós é sempre efeito de uma produção coletiva de valores, interesses, expectativas, desejos, crenças que estão imbricados nessa relação Assim, a análise da implicação que permite acessar a instituição, produzir conhecimento a partir de suas contradições (ROMAGNOLI, 2014, p. 47)

Também sobre a relação entre pesquisa implicada e nosso contexto achamos por bem citar Veiga-Neto:

É assim que a pesquisa implicada nos leva a problematizar o cotidiano e as coisas que pensamos e fazemos no dia a dia, coisas que parecem sempre iguais e que são colocadas em suspenso para que possam ser pensadas de outros modos (VEIGA NETO, 2016, p.28)

No ano de 2020 foi publicada uma obra organizada por duas docentes do PPPG acerca desse tema com o título *Pesquisa aplicada e implicada políticas e gestão da Educação Básica e Superior*⁵. Na obra encontramos a passagem que segue sobre a pesquisa implicada.

Nossa pesquisa tem a ver com o modo que nós nos mobilizamos a encontrar brechas para tencionar, pensar sobre o que já está naturalizado encontrar outras formas de problematizar e, assim, criar perguntas potentes, criar os arranjos que nos permitem, através da materialidade de dados, mostrar como as realidades institucionais e as práticas escolares estão sendo produzidas cotidianamente, inventando, a partir do que encontramos, a metodologia da pesquisa como um modo de operar, implicadas, outros modos de (re) existir e resistir (UECKER; POSSA, 2020 p. 55)

O MP tem como propósito qualificar prioritariamente às práticas da gestão administrativa, financeira e pedagógica dos profissionais atuantes na Educação Básica, a partir de estudos subsidiados em pesquisa-ação com produções orientadas para o desenvolvimento profissional em diversos contextos educacionais.

No PPC do curso encontramos referência expressa ao esforço do MP em fazer com que o *lócus* de trabalho dos mestrandos seja o cenário da investigação.

⁵ Pesquisa aplicada e implicada políticas e gestão da Educação Básica e Superior Série I volume 2 Ana Carla Hollweg Powaczuk Leandro Bôer Possa organizadoras São Paulo Pimenta Cultural, 2020 489

O mestrado, na perspectiva profissional, com o foco na área das Políticas Públicas e Gestão Educacional, considera, sobretudo, na atividade de pesquisa aplicada a captação de dados no contexto dos sistemas/redes de ensino, em especial da escola básica, a partir da análise dos mesmos e proposição de estratégias administrativas-financeiras-pedagógicas ancoradas na problematização, reflexão e busca de alternativas para a solução de problemas e [re]significação da ação dos profissionais da educação em seus respectivos contextos de atuação. Esta formação continuada, intermediada pelo curso, potencializará ao profissional da educação reconhecer-se no seu contexto específico de atuação, identificar as necessidades e especificidades dessa realidade educacional e seus envolvidos, bem como buscar com proatividade, conhecimento e reflexividade crítica a [re]construção de estratégias de ação qualificadas e inovadoras no exercício da profissão. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2015, p. 20).

O curso está organizado em duas linhas de pesquisa, de acordo com as informações disponibilizadas no site do curso:

1) Políticas e Gestão da Educação Básica (LP/1) na qual desenvolvem-se pesquisas aplicadas e projetos de intervenção no contexto social, econômico, das políticas públicas educacionais mais amplo (Redes de Ensino, Sistemas Educacionais e contextos educacionais governamentais e não governamentais). A linha propõe o estudo e a investigação-ação sob a perspectiva dos seguintes temas: políticas educacionais; planejamento e estratégias de gestão na educação básica; gestão estratégica de programas, projetos e planos institucionais; qualidade da avaliação das redes/sistemas e contextos educacionais; articulação da cultura organizacional (administrativa, financeira e pedagógica) e formação e desenvolvimento profissional (PPC do Curso);

2) Gestão Pedagógica e Inovação na Educação Básica (LP/2). Nesta linha desenvolvem-se pesquisas aplicadas e projetos de intervenção com o foco na gestão pedagógica e contextos educativos, em especial na gestão escolar. A linha propõe o estudo e a investigação-ação sob a perspectiva dos seguintes temas: políticas públicas e a gestão escolar; planejamento de programas, projetos e planos de ensino e aprendizagem; tecnologias educacionais e digitais; inclusão e diversidade; cultura escolar e formação continuada (PPC do Curso).

O objetivo geral do MP é promover formação continuada aos profissionais da Educação para atuação em processos de gestão administrativa, financeira e pedagógica das redes/sistemas e contextos educativos, considerando as políticas públicas da educação.

Como objetivos específicos, encontramos no PPC:

Reconhecer, se posicionar, articular e intervir na gestão das redes/sistemas e respectivos contextos educativos;

Compreender e articular as políticas educacionais, os princípios e os mecanismos de democratização da educação, assim como seus programas e projetos subjacentes;

Desenvolver a capacidade de planejamento, elaboração, organização, desenvolvimento e avaliação nos contextos educacionais;

Reconhecer e articular as diferentes formas de organização e cultura institucional, de planejamento, de financiamento e de avaliação;

Promover a articulação integrada da formação profissional com as redes/sistemas de ensino e respectivos contextos;

Reconhecer e aprimorar o manejo e utilização de materiais/recursos educacionais, em especial as tecnologias digitais/midiáticas, na gestão da educação básica; desenvolver estratégias criativas de gestão pedagógica;

Promover práticas de inovação na gestão da aula; [re]construir e [re]significar competências docentes a partir de processos de formação e valorização profissional (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2015, p.24).

O perfil de egresso(a), constante no PPC do curso, é que o(a) mesmo tenha atuação qualificada e inovadora em processos de gestão educacional e escolar, considerando as demandas as políticas públicas da Educação, os princípios e mecanismos de democratização, a [re]construção e gestão do conhecimento, a gestão da aula, assim como a produção e a utilização de materiais/recursos educacionais no contexto das redes/sistemas e respectivos contextos educativos.

A primeira oferta do MP ocorreu no ano de 2014. O mesmo tem uma carga horária de 375 horas totalizando 25 créditos, assim distribuídos: seis créditos obrigatórios do Núcleo Básico (NB); quatro créditos nos Seminários de Orientação I e II que são obrigatórios no curso; sete créditos do Núcleo Integrador (NI), de acordo com a linha de pesquisa; oito créditos do Núcleo de Aprofundamento (NA).

As disciplinas deverão ser cursadas com base na organização do curso que atenta para a seguinte configuração: núcleo básico, núcleo integrador e núcleo de aprofundamento, vinculados às linhas de pesquisa e promovendo a interlocução entre os professores e os estudantes, através dos projetos de pesquisa aplicada.

O Núcleo Básico objetiva dar conta: “da compreensão da inter-relação administrativo-financeira-pedagógica das políticas públicas na e da gestão educacional/escolar” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2015, p. 26). O estudante deverá cursar, no mínimo, duas disciplinas obrigatórias.

O Núcleo Integrador é quando o estudante desenvolve processos de pesquisa aplicada a partir da visão diagnóstica, da análise e da ação docente no âmbito da linha de pesquisa escolhida. Objetiva a reflexão, a elaboração e o desenvolvimento de produtos qualificados, através da pesquisa e da atuação/intervenção estratégica em diferentes âmbitos da gestão educacional e/ou escolar. O estudante deverá cursar, no mínimo, três disciplinas obrigatórias oferecidas nas respectivas linhas de pesquisa do curso.

O Núcleo de Aprofundamento contempla disciplinas identificadas como tópicos específicos que tratam de temas relacionados às especificidades das duas linhas de pesquisa, caracterizadas pela complexidade dos contextos educacionais, que poderão provocar a proposição de novas disciplinas e seminários. O estudante deverá cursar o mínimo de oito créditos.

A matrícula nas disciplinas de Seminário de Orientação I e Seminário de Orientação II são obrigatórias, sendo ainda exigida a aprovação no mínimo uma Língua Estrangeira Moderna, sendo o comprovante apresentado até a qualificação.

No que diz respeito ao trabalho final, encontramos no PPC que o mesmo tem por objetivo traduzir o aprendizado ao longo do percurso de formação, bem como gerar conhecimento que possa ser disseminado, analisado e utilizado por outros profissionais da Educação nos diferentes contextos de gestão educacional e escolar.

O trabalho pode ter diferentes formatos: texto dissertativo; material didático/midiático; projeto ou plano de trabalho de intervenção em contexto educativo.

As disciplinas do curso estão organizadas entre disciplinas obrigatórias e optativas, da forma que segue:

Tabela 10 - Disciplinas MP

Disciplinas	C.H.	
Seminário de Orientação I	30h	Obrigatórias
Seminário de Orientação II	30h	
Políticas e Gestão dos Sistemas Educacionais	45h	Núcleo básico
Políticas, Gestão e Democratização das Instituições Educativas	45h	
Currículo e Epistemologia das Práticas Educativas	45h	
Gestão da Educação e Inovação		
Processos Investigativos em Políticas e Gestão da Educação Básica	45h	Núcleo integrador
Seminário de Aprofundamento e Integração I: Práticas nas Políticas e Gestão da Educação Básica	30h	
Seminário de Aprofundamento e Integração II: Práticas nas Políticas e Gestão Da Educação Básica		
Processos Investigativos em Gestão Pedagógica e Contextos Educativos	30h	
Seminário de Aprofundamento e Integração I: Práticas de Gestão Pedagógica em Contextos Educativos	45h	
Seminário de Aprofundamento e Integração II: Práticas de Gestão Pedagógica em Contextos Educativos	30h	
Seminário de Aprofundamento e Integração I: Práticas nas Políticas e Gestão da Educação Básica e Superior	30h	
Seminário de Aprofundamento e Integração II: Práticas nas Políticas e Gestão da Educação Básica e Superior	30h	
Processos Investigativos em Políticas e Gestão da Educação Básica e Superior	45h	

		Básica
Desenvolvimento Profissional de Gestores e Professores da Educação	60h	
Organização Curricular e Práticas Educativas	60h	
Políticas e Mecanismos de Financiamento da Educação Básica	60h	
Gestão da Avaliação e Políticas Educacionais	60h	
Juventude e Políticas Públicas		
Políticas de Inclusão, Gestão Escolar e o Trabalho Docente	60h	
Aprendizagem e Inclusão Escolar	60h	
Cultura Digital, Mídias Sociais e Games	60h	
Tecnologias da Informação e Comunicação nos Processos de Gestão	60h	
Escola, Aprendizagem e Ação Pedagógica	60h	
Perspectivas Epistemológicas e Políticas Educacionais	60h	
Qualidade e Gestão Estratégica	60h	
Educação Básica e Educação Especial	60h	
Gestão do Trabalho Pedagógico		
Educação, Conhecimento e Práticas Sociais	60h	
Políticas e Práticas da Educação de Jovens e Adultos		
Planejamento e Gestão Estratégica da Educação	60h	
Educação Infantil Infâncias e Processos de Gestão	60h	
Gestão Pedagógica no Cotidiano	60h	
Escolar Currículo e Culturas Visuais		
Políticas Curriculares, Alfabetização e Formação de Professores para a Educação Básica	60h	
Culturas na Escola Infâncias e Juventudes e os Processos Educativos		
Desenvolvimento Profissional Através de Memoriais Autobiográficos de Gestores e Professores da Educação Básica e Superior		
Políticas e Práticas no Ensino Médio	60h	
Políticas e Gestão da Educação a Distância	60h	
Crianças e Infantis na Escola Processos e Contextos Educativos	60h	
Epistemologia da Prática e Trabalho Docente	60h	
Relações de Gênero, Infâncias e Práticas Educativas I	60h	
Educação, Pedagogia e Escola	60h	

Educação Infantil em Cena Reflexões Teórico-Metodológicas sobre Coordenação Pedagógica, Planejamento, Documentação e Avaliação	60h
Análise do Discurso na Pesquisa Implicada em Educação	60h
Seminário Especial: "Gubernamentalidad, Performatividad Y Racionalidade Neoliberales en la Políticas Educativas Globales"	
Políticas Públicas de Gênero e Sexualidade no Brasil e suas Implicações nos Processo Educativos	60h
Gestão e Contextos Pesquisa, Formação, Políticas e Cotidiano na Educação Infantil	60h
Contextos Emergentes e Docência Políticas Públicas, Saberes e Desenvolvimento Profissional	60h
Relações de Gênero, Infâncias e Práticas Educativas II	60h
Educador Artífice Formação e Docência na Educação Básica e Superior	
Epistemologia e Produção do Conhecimento em Políticas Educacionais	
Tecnologias Educacionais e Ensino Remoto	60h
Reinvenção da Docência, Redes de Conhecimento e seus Contextos Cotidiano, Docência e Infâncias	60h
Políticas Públicas e Inclusão	60h
Políticas Públicas e Inclusão	60h
Direitos Humanos, Educação e Infâncias	60h

Elaborado pela autora com base no PPC e site do curso

Analisando o PPC do MP encontramos um conjunto de disciplinas obrigatórias e optativas sendo que nenhuma delas têm em suas unidades, temáticas específicas da Ciência Política, primordialmente uma discussão sobre o Estado, tão pouco na bibliografia, quer na básica quer na complementar. Não encontramos nem mesmo aquilo que chamamos de bibliografia de apoio, qual seja, dicionários, glossários, manuais e obras afins que podem ajudar os discentes com a compreensão de temas mais específicos que perpassam as discussões constituintes do curso.

Os(as) docentes credenciados(as) no curso totalizam 20, com a formação inicial que abaixo segue descrita.

Tabela 11 - Docentes MP e Formação Inicial

Professores/as	Formação Inicial
Adriana Moreira da Rocha Veiga	Pedagogia
Ana Carla Hollweg Powaczuk	Pedagogia
Andréa Forgiarini Cecchin	Pedagogia
Celso Ilgo Henz	Filosofia
Debora Ortiz de Leão	Pedagogia
Debora Teixeira de Mello	Pedagogia
Doris Pires Vargas Bolzan	Pedagogia
Elisiane Machado Lunardi	Pedagogia
Fabiane Romano de Souza Bridi	Educação Especial
Graziela Escandiel de Lima	Pedagogia
Joacir Marques da Costa	Lic. Matemática
Leandra Boer Possa	Educação Especial
Lorena Inês Peterini Marquezan	Pedagogia
Luciana Bagolin Zambon	Lic. Física
Maria Eliza Rosa Gama	Ed. Física
Marilene Gabriel Dalla Corte	Pedagogia
Rosane Carneiro Sarturi	Pedagogia
Silvia Maria de Oliveira Pavão	Educação Especial
Taciana Camera Segat	Pedagogia
Tatiane Negrini	Educação Especial

Elaborado pela autora com base no PPC e site do curso

No que diz respeito à formação inicial dos(as) mesmos(as) predomina a graduação em Pedagogia (12 docentes); seguida de Educação Especial (quatro docentes); Educação Física (um docente); Matemática (um docente); Física (um docente) e Filosofia(um docente).

Analisando a formação inicial dos(as) docentes é possível afirmar que somente os(as) docentes egressos(as) da Filosofia tiveram, na sua formação inicial, conhecimentos referentes à Ciência Política, uma vez que os demais cursos não se ocupam desses conteúdos.

Além da análise documental elaboramos dois questionários disponibilizados no *google forms* e enviados pela secretaria do PPPG. O questionário discente é composto de sete questões objetivas e uma dissertativa não obrigatória.

O questionário docente é composto de 12 questões sendo objetivas e duas dissertativas, não obrigatórias.

Em ambos os questionários consta a apresentação sumária da pesquisa, com especial destaque aos objetivos. Da mesma forma consta o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

O questionário ficou disponível para ser respondido por 26 dias, tendo sido enviado, pela secretaria do PPPG, que, em dois momentos, a pedido da mestranda, reenviou avisos com o *link* solicitando que docentes/discentes respondessem ao mesmo.

A mestranda ainda enviou o *link* do questionário, bem como a solicitação de resposta, aos grupos de disciplinas aos quais a mesma está vinculada.

Ao final do prazo referido haviam sido respondidos 20 questionários pelos(as) 100 discentes (69 MP e 31 CEGE) e um questionário por umas das(os) 33 docentes do Pro grama.

O retorno inexpressivo das respostas do instrumento impede que se façam generalizações, recomendando inclusive o descarte dos dados obtidos com o mesmo pela ausência de representatividade quando da comparação entre universo e amostra, mas, mesmo diante disso, apresentaremos as síntese das respostas e teceremos alguns comentários, com base nesses dados.

Sobre as respostas dadas pela única docente que respondeu ao questionário (Apêndice 1), segue a sistematização:

A mesma tem graduação em Educação Especial, mestrado e doutorado em Educação, tendo informado que na pós-graduação teve acesso a disciplinas da

Ciência Política e/ou Teoria Geral do Estado motivo pela qual informa não ter sentido falta, na sua formação continuada, de disciplinas de Ciência Política e/ou Teoria Geral do Estado; Informou ainda que é capaz de identificar a importância da Ciência Política para a compreensão das Políticas Públicas e Gestão Educacional.

A mesma listou os dez conceitos solicitados, sendo eles: Sociedade, Estado, Legalidade, legitimidade, contrato social, povo/população, Governo e governo, poder e relações de poder, Democracia e direitos políticos.

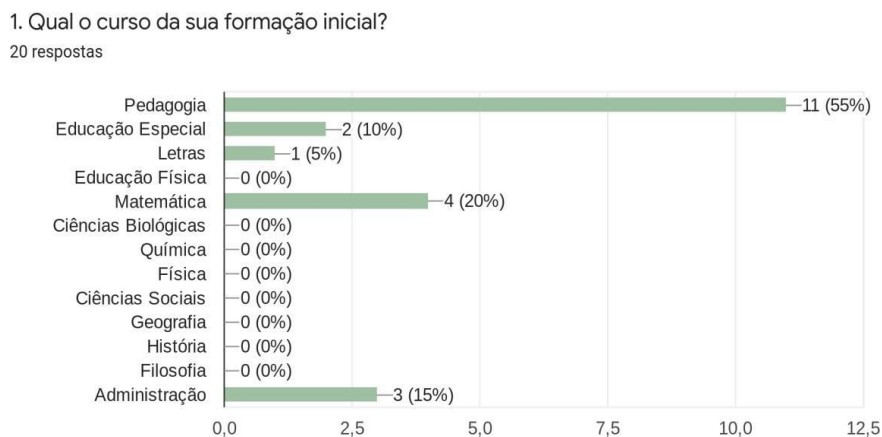
A docente afirma que os(as) discentes dominam parcialmente os conceitos de Ciência Política para a compreensão das temáticas de Políticas Públicas e Gestão Educacional, afirmando ainda que a falta de compreensão dos conceitos de Ciência Política compromete parcialmente o entendimento das discussões de Políticas Públicas e Gestão Educacional.

A docente afirma que durante suas aulas utiliza seus próprios conhecimentos para subsidiar os(as) discentes fazendo indicações de material de apoio. Por fim, afirma que uma disciplina de Ciência Política/Teoria Geral do Estado poderia auxiliar na articulação dos conteúdos ministrados no CEGE e no MP.

Nos conceitos da docente aparecem elementos centrais da Ciência Política com especial destaque ao conceito de Estado, legitimidade e contrato social, articulando as duas categorias dos cursos ofertados no PPPG: Políticas Públicas e Gestão Educacional.

Passaremos agora a apresentar a síntese das respostas obtidas dos(as) discentes (Apêndice 2).

Imagem 1 – Questão 1

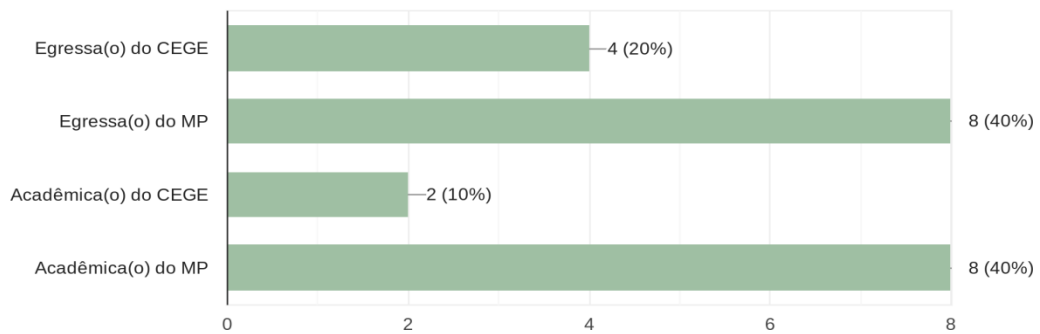


Elaborado pelo *Google forms*

Entre os(as) discentes predomina a formação inicial em Pedagogia, seguida de matemática e de administração, sendo que essa última formação deve estar relacionada ao significativo número de Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) que são discentes do Programa.

Imagem 2 – Questão 2

2) Identifique seu vínculo atual com o PPPG/UFSM:
20 respostas

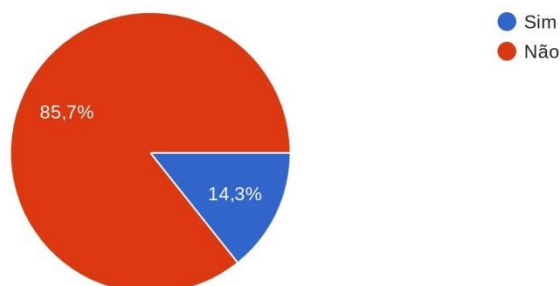


Elaborado pelo *Google forms*

Dos(as) discentes que responderam ao questionário predominou, de forma significativa, egressos(as) e discentes do MP.

Imagem 3 - Pergunta 3

3) Na sua formação inicial você teve a disciplina de Ciência Política geral ou aplicada à educação?
21 respostas

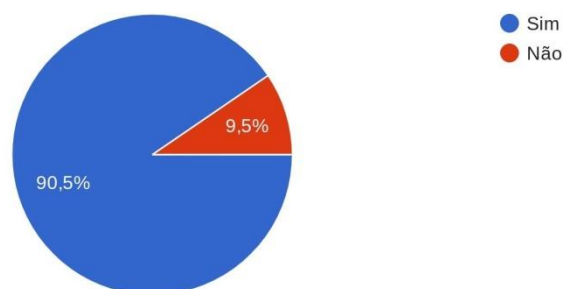


Elaborado pelo *Google forms*

No que diz respeito à presença de disciplinas de Ciência Política na formação inicial dos(as) discentes, 85% afirma que não teve a disciplina ou conteúdos.

Imagem 4 - Pergunta 4

4) Você é capaz de identificar a importância de conceitos da Ciência Política para a compreensão da temática das Políticas Públicas e da Gestão Educacional?
21 respostas

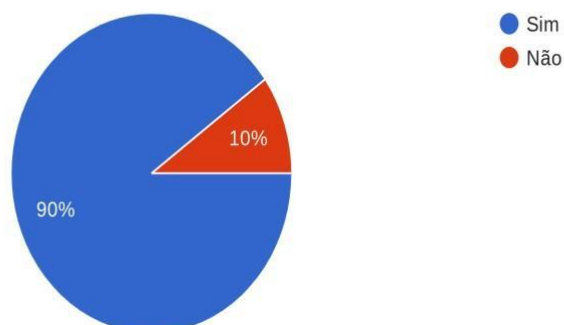


Elaborado pelo *Google forms*

Quando perguntados(as) sobre a importância da Ciência Política para a compreensão das temáticas relacionadas às Políticas Públicas e Gestão Educacional a quase totalidade, 95%, afirma que estes conhecimentos são importantes.

5) Você sente/sentiu falta, na sua formação continuada, da disciplina/conteúdos específicos da Ciência Política aplicada a educação?

20 respostas



Elaborado pelo *Google forms*

Da mesma forma, no que diz respeito à falta de disciplinas no PPPG, que tratem da temática de Ciência Política, 90% dos(as) que responderam o questionário afirmam que sentiram falta.

A questão número sete demandava dos(as) discentes que arrolassem pelo menos *sete conceitos da Ciência Política que você julga indispensável para a compreensão do tema de Políticas Públicas e da Gestão Educacional*. Essa questão não era obrigatória, tendo sido respondida por 11 pessoas da forma que segue:

No primeiro questionário foi respondido "Não tenho ideia"; no segundo foram disponibilizados seis conceitos (Estado de Direito; Política enquanto ciência; Política Pública num Estado de Direito; Gestão; Gestão Educacional num Estado de Direito). Uma terceira resposta define Ciência Política com base em um conceito retirado de um site facilmente identificado, sem efetivamente apresentar os conceitos.

Encontramos os conceitos que seguem em outro questionário: Estado, Cidadania, Governo, Iniciativa Privada, Organizações Públicas, Estruturas de poder, Democracia, Direito.

Outra resposta acerca do questionamento traz as seguintes questões: O que é política? O que é público/a? O que é Gestão? O que é educação? Como surgiu o termo público? O que é privado?

Encontramos ainda as seguintes questões:

Regras de convívio, organização política, funcionamento das instituições sociais, definição de Estado, diferença entre Estado e Governo, políticas públicas educacionais, Estado democrático.

Pensamento, democracia, sociedade, Estado, revolução, representação e liberdade.

Controle, autonomia, avaliação, formulação da política, institucionalização da política, organismos multilaterais, globalização.

Diferenciar o que é: estado, governo e organização política;

Controle, autonomia, avaliação, formulação da política, institucionalização da política, organismos multilaterais, globalização.

Democracia, políticas públicas educacionais, Sociologia, Relações internacionais, Ciências Sociais, poder.

Na sequência apresentamos uma 'nuvem' dos principais conceitos presentes nas respostas dos(as) discentes.

Imagem 6 - Nuvem de Incidência dos Conceitos Discente



Fonte: Elaborado pela autora

Podemos identificar a maior incidência do conceito de Estado, central para a Ciência Política e, conseqüentemente para o PPPG, merecendo destaque não aparecer o conceito de sociedade civil organizada, ação coletiva, ou qualquer um desses conceitos que são o fundamento da gestão democrática.

Imagem

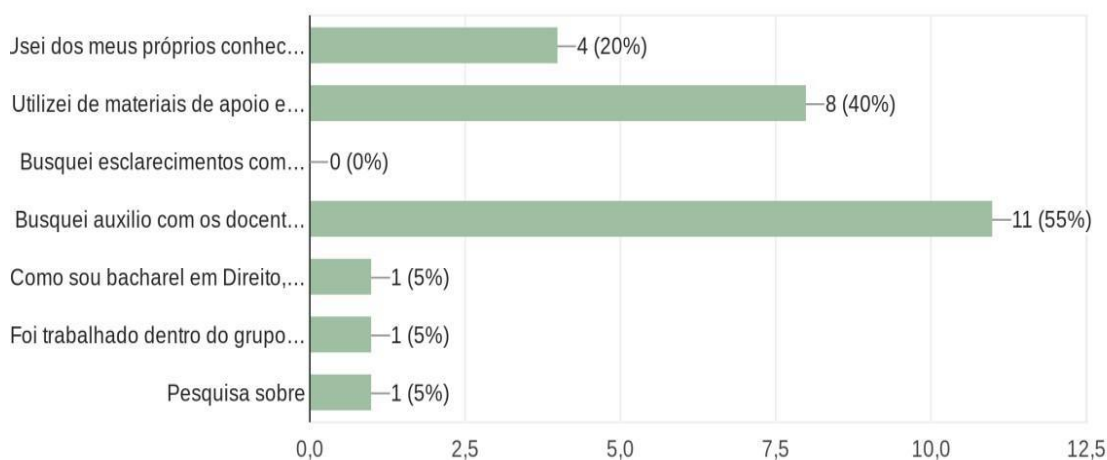
7

–

Pergunta

6

6) Durante do curso (especialização ou mestrado) como você se organiza/ou para dar conta das questões de Ciência Política que aparecem nos mat...ndicados para leitura nas diferentes disciplinas?
20 respostas



Elaborado pelo *Google forms*

Sobre a questão referente a como o(a) discente se organiza para dar conta dos conteúdos, 55% buscaram auxílio com os(as) docentes, sendo necessário destacar que 40% afirmam utilizar material de apoio, material esse que não aparece na bibliografia das disciplinas. Nesse sentido, a leitura dos dados permite inferir que 60% dos(as) discentes, por sua conta, buscaram estratégias para dar conta das questões de Ciência Política.

Imagem

8

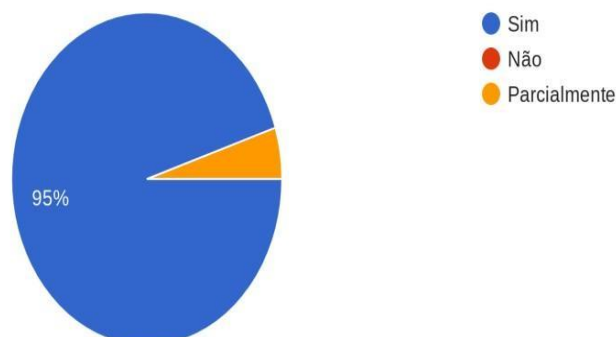
–

Pergunta

7

7) Na sua avaliação, uma disciplina específica de Ciência Política aplicada à educação contribuiria para articulação dos conteúdos ministrados no CEGE e/ou PPPG?

20 respostas



Elaborado pelo *Google forms*

A totalidade dos(as) discentes acredita que uma disciplina específica de Ciência Política aplicada à Educação contribuiria para a sua formação, sendo que desse universo 95% respondeu que sim e 5% parcialmente.

Somente a resposta da única discente a responder o instrumento traz os dois elementos estruturantes do PPPG e que tem na CP sua constituição, quais sejam. Estado e Sociedade Civil. Nas respostas dos(as) discentes apareceu a questão do Estado mas não a questão da sociedade civil que é o elemento central para a discussão da gestão democrática.

Ao final desse capítulo, com base na investigação realizada, com destaque a pesquisa documental realizada nos PPC's dos cursos que compõem o PPPG, na observação direta participante e aplicação de questionário discente e docente (Apêndice 1 e 2), é possível afirmar da importância de disponibilizar, de forma mais sistematizada, elementos de Ciência Política para os(as) discentes do PPPG que não têm discussões dessa natureza na sua formação inicial nem continuada, sendo apropriada a elaboração de material de apoio desta área para subsidiar reflexões da Educação.

5 GLOSSÁRIO DE CIÊNCIA POLÍTICA

Ao apresentar alguns conceitos de Ciência Política, o presente Glossário pretende subsidiar a compreensão de conceitos específicos das Políticas Públicas, com especial destaque àqueles de natureza educacional, articuladas ao conceito de gestão que constituem a área de concentração do PPPG, visto entendermos que as diferentes noções de Estado, governo e organização política, sociedade civil organizada, entre outros, podem interferir na conceituação, no ciclo das Políticas Públicas, com especial destaque na construção da agenda pública, na produção de soluções e/ou alternativas, na decisão pública, na análise e na avaliação, na implantação de programas de políticas educacionais, procedimentos esperados do(a) egresso(a) do PPPG.

Nesse contexto é de suma importância um conhecimento adequado de CP, exigindo-se do(a) operador(a) da política um conhecimento expressivo da dinâmica e da estruturação do poder político.

Na condição de discentes do PPPG podemos ser identificados, na grande maioria como burocratas, ou seja, ocupamos cargos públicos dentro de uma estrutura de carreira, de sorte que nossa atuação requer um conhecimento especializado seja sobre procedimentos burocráticos (burocracia), seja sobre questões técnicas (tecnocracia) de matéria educacional.

A definição que pensamos mais apropriada para definir nossa ação é aquela identificada pela bibliografia especializada, com especial destaque aos trabalhos de Michael Lipsky, como *burocratas em nível de rua*, cuja função implica em sermos os agentes responsáveis pela entrega direta de políticas e serviços públicos aos cidadãos, na condição de docentes, de sorte a termos o encargo de executar as políticas no contato direto com os beneficiários das políticas, personificando ou materializando a imagem do Estado e tomando decisões que impactam o bem-estar da população, envolvendo algum grau de discricionariedade no exercício das funções cotidianas.

[...] as decisões dos burocratas que desempenham atividades fim, as rotinas que eles estabelecem, os expedientes que eles criam para

contornar a incerteza e as pressões, é que vem a ser de fato as políticas públicas. Eu argumento que a política pública não é bem entendida se observada pelo ângulo da legislatura ou do alto nível da administração, porque em diversos aspectos importantes ela é realmente feita nos escritórios lotados e nos encontros diários da burocracia. [...] trabalhadores, clientes e os cidadãos em geral “experimentam” a burocracia que desempenha atividades-fim através dos conflitos que estes encontram para tornar o desempenho de suas funções mais consistente com suas próprias preferências e compromissos (LIPSKY, 1980, p. XII)

Nesse contexto as exigências de conhecimento do funcionamento da sociedade/Estado/Governo ganham cada vez mais relevo.

Outra questão importante que justifica a utilização do Glossário, como material de apoio para a leitura das questões referentes às Políticas Públicas e Gestão Educacional, diz respeito a crescente reconfiguração da sociedade contemporânea, com especial destaque ao papel da escola, que pode ganhar um protagonismo diante da progressiva perda, por parte do Estado, do monopólio dos processos de formulação e gestão das políticas públicas. Segmentos importantes da sociedade civil assumem um papel outrora ocupado pelo Estado, sendo que nesse cenário a escola, e nós educadores(as) podemos cumprir um papel significativo, sendo, portanto pertinente o conhecimento razoável de um conjunto de conceitos da CP.

Desta forma entendemos que os conteúdos ligados à Ciência Política apresentam uma contribuição substancial à formação dos educandos(as) do PPPG pois, ao “[...] trazer a dinâmica da política para perto dos alunos, os auxilia a compreender melhor o fenômeno complexo da política” (MAGALHÃES, 2012, p. 13), hoje compreendida majoritariamente sob a perspectiva do senso comum, apenas como a política partidária, a qual passa por um processo de descrédito e desconfiança por parte de uma parcela considerável da população brasileira.

Feitas essas considerações passamos a descrever o Glossário, escolhido por nós como o produto a ser apresentado para conclusão do curso.

O presente material de apoio pretende ser uma primeira aproximação do tema da Ciência Política aplicada à Educação, com especial destaque às Políticas Educacionais, decorrendo daí sua forma de Glossário.

O *Glossário de Ciência Política* está organizado a partir de termos simples e compostos, que apresentam conceitos e definições retirados da literatura especializada, bem como outras fontes vinculadas.

O objetivo é divulgar conhecimentos sobre a Ciência Política que possam auxiliar discentes e docentes do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional – PPPG, nas reflexões acerca das temáticas de Políticas Públicas, de tal sorte a potencializar a efetiva participação na vida da sociedade.

Em todo o Glossário, a correlação entre os vocábulos foi estruturada mediante remissivas simples e remissivas cruzadas.

O Glossário está organizado em 50 verbetes, identificados e selecionados a partir da relação que podem ter com o tema de Políticas Públicas e Gestão Educacional.

Cada verbete, além de trazer uma definição sumária sobre o tema que trata, apresenta possibilidades de aprofundamento, caso o(a) leitor(a) tenha interesse, com base em outros materiais, preferencialmente audiovisual, sempre que isso foi possível, no denominado *veja mais*;

Cabe destacar ainda que cada verbete indica outros verbetes correlatos no espaço *veja também*, caso o leitor tenha interesse em ampliar sua análise. Ao final do verbete o leitor encontrará as referências bibliográficas que viabilizaram a construção do mesmo, o que permite o efetivo aprofundamento do tema em tela.

Pelo exposto é possível identificarmos diferentes usos para o Glossário que pode ser um material de apoio para consulta pontual ou até mesmo uma referência para aprofundamento dos conceitos ali constantes.

O Glossário tem 85 páginas, ficha catalográfica elaborada por bibliotecária, registro no ISBN sob o número 978-65-89973-73-7, DOI nº 10.36599/qped-ed1.114, licença aberta Creative Commons sendo um REA – Recurso Educacional Aberto.

Foi publicado pela Editora Quipá na forma de ebook/PDF, sendo o *link* da publicação: <https://quipaeditora.com.br/glossario-ciencia>.

O material encontra-se na Plataforma EduCapes, no *link*: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/643322>, sendo acessível ainda através de QR Code. O produto ficará disponível ainda na forma de link e QR Code no *site* do PPPG (<https://www.ufsm.br/cursos/pos-graduacao/santamaria/pppg/>) para ser acessado por todos que tiverem interesse.

Na sequência segue o produto. Optamos por colocá-lo na forma de imagem
para fins estéticos

GLOSSÁRIO DE CIÊNCIA POLÍTICA PARA O PPPG/UFSM

Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad



GLOSSÁRIO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PARA O PPPG/UFSM



Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad

**GLOSSÁRIO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PARA O PPPG/UFMS**

1ª edição

Quijá Editora
2021

Copyright © por Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad.

Todos os direitos reservados.

Esta obra é publicada em acesso aberto. O conteúdo dos capítulos, os dados apresentados, bem como a revisão ortográfica e gramatical são de responsabilidade de sua autora, detentora de todos os Direitos Autorais, que permite o download e o compartilhamento, com a devida atribuição de crédito, mas sem que seja possível alterar a obra, de nenhuma forma, ou utilizá-la para fins comerciais.

Revisão e normalização: Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M929g Mourad, Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira
Glossário de Ciência Política para o PPPG/UFSM / Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad. — Iguatu, CE : Quipá Editora, 2021.

83 p.

ISBN 978-65-89973-73-7
DOI 10.36599/qped-ed1.114

1. Ciência Política – Glossário. I. Título.

CDD 320

Elaborada por Rosana de Vasconcelos Sousa — CRB-3/1409

Obra publicada pela Quipá Editora em novembro de 2021.

Dedico este Glossário aos educadores e educadoras da educação básica, que no contexto de pandemia, mesmo estando absolutamente sobrecarregados(as), buscam alternativas para viabilizar uma educação que contribua para a construção de um mundo mais justo e mais equânime. Meu respeito e reconhecimento.

AGRADECIMENTO

Agradeço as(os) docentes e discentes do PPPG/UFSM pela oportunidade que me deram de exercitar a alteridade acadêmica, pensando a contribuição da Ciência Política para os debates e reflexões presentes naquele espaço.

Também sou grata pela oportunidade de realizar o curso em um momento bastante difícil da minha vida. Posso dizer que foi o meu trabalho e curso que permitiram que eu sobrevivesse.

Gratidão a Juarez, Solange, Clebes e Frida que fazem muito esforço para eu ser melhor!

Agradeço a "coleguinha" Juvelina sempre tão atenta e gentil.

O Analfabeto Político, de Bertold Brecht.

"O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas. O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que da sua ignorância política nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos que é o político vigarista, pilantra, o corrupto e lacaios dos exploradores do povo."

APRESENTAÇÃO

Apresentar uma obra como um Glossário não é uma tarefa fácil. Nesse sentido optamos por, primeiramente, disponibilizar ao leitor alguns elementos introdutórios acerca da temática da Ciência Política (CP) e sua relação com o debate de Políticas Públicas e Gestão Educacional, áreas de concentração do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional- PPPG/UFMS, apresentando sumariamente o PPPG e, por fim, trazer algumas informações sobre a organização do presente Glossário, com o propósito de auxiliar o leitor no manuseio e utilização do mesmo.

Entre as diferentes áreas do conhecimento acreditamos que a Ciência Política é aquela que mais tem a contribuir para a construção de uma 'alfabetização política', que consiste em disponibilizar, para os diferentes grupos sociais, elementos que viabilizem a compreensão rigorosa e responsável da organização da sociedade e das relações de poder.

A centralidade dessa apropriação se justifica de forma mais evidente para egressos de um programa feito o PPPG, que se ocupam diretamente de políticas públicas de natureza educacional, além de desempenharem a função de educadores(as), o que demanda um conhecimento sistematizado da esfera política e de seu impacto na vida cidadã visto que, quanto maior a compreensão, maior a transparência e mais efetiva poderá ser a democracia.

SUMÁRIO

CONTEXTUALIZANDO	10
A	15
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	15
AGENDA (GOVERNAMENTAL, PÚBLICA, MIDIÁTICA E AGENDA-SETTING)	16
ARENA POLÍTICA	17
ATORES	18
B	19
BEM COMUM	19
BURGUESIA	20
BUROCRACIA	21
C	23
CAPITALISMO	23
CENTRALIZAÇÃO / DESCENTRALIZAÇÃO	24
CICLO DE VIDA DA POLÍTICA PÚBLICA	25
CONSTITUCIONALISMO	26
CORRUPÇÃO	27
CRISE	28
D	30
DEMOCRACIA	30
DESENVOLVIMENTO	31
DIREITOS HUMANOS	32
E	34
ESFERA PÚBLICA	34
ESTADO	35
ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL	36
F	38
FEDERALISMO	38
FINANCIAMENTO E GASTO	39
G	41
GESTÃO	41
GOVERNABILIDADE	42
GOVERNO	43
H	45
HEGEMONIA	45
I	47

INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO	47
INSTITUIÇÕES POLÍTICAS	49
L	51
LEGALIDADE	51
LEGISLAÇÃO	52
LOBBY	53
M	55
MERCADO	55
MERITOCRACIA	57
MOVIMENTOS SOCIAIS	58
O	59
ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E ORÇAMENTO PÚBLICO	59
ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGS)	60
P	62
PACTO SOCIAL	62
PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPP)	63
PARTICIPAÇÃO (POPULAR E POLÍTICA)	64
PATRIMONIALISMO	66
PODER	67
PRIVATIZAÇÃO	68
PROTEÇÃO SOCIAL	69
Q	70
QUALIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	70
R	72
REAL POLITIK	72
REGULAÇÃO/AGÊNCIAS REGULADORAS	73
S	75
SISTEMA POLÍTICO	75
SISTEMAS DE GOVERNO	76
SOCIEDADE CIVIL	77
T	79
TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA	79
W	81
WELFARE STATE	81
SOBRE A AUTORA	83

CONTEXTUALIZANDO

Antes de apresentarmos o Glossário propriamente dito, entendemos adequado disponibilizar ao leitor algumas informações gerais sobre o conceito de Ciência Política, tema do presente produto, bem como alguns dados do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional - PPPG/UFSM, programa para o qual o Glossário foi concebido.

Ciência Política

A Ciência Política (CP) é uma área da denominada Ciências Sociais, sendo composta também pela Antropologia e pela Sociologia. A CP tem como objeto de estudo o fenômeno do poder ocupando-se das noções de Estado, governo e organização política, podendo investigar outras instituições da sociedade que interferem direta ou indiretamente na organização política, como ONGs, Movimentos Sociais, Igrejas, empresas etc..

Tradicionalmente a CP tinha seu objeto de estudo restrito ao fenômeno estatal, orientada por uma tradição weberiana. Mais recentemente, com base nos estudos de Foucault, ocorreu a ampliação de seu objeto de investigação que passou a contemplar o poder em suas diferentes manifestações, com especial destaque a escala micro do mesmo.

A Ciência Política é o segmento das Ciências Sociais dedicada ao entendimento das formações políticas estruturais que as sociedades organizam para o convívio coletivo, sendo responsável pela configuração da mesma, quer na sua dimensão política, jurídica, social ou econômica, estabelecendo como ocorre a distribuição do poder na vida social.

Atualmente a Ciência Política é apresentada de forma facultativa aos estudantes do ensino médio brasileiro dentro do conteúdo programado para a disciplina de Sociologia, que também é responsável por abarcar conceitos e temas da Antropologia e compõe as disciplinas da área das ciências humanas e sociais (História, Geografia, Sociologia e Filosofia).

A constituição do campo disciplinar da Ciência Política ocorreu com a criação da sua associação científica, a Associação Brasileira de Ciência Política, fundada em 1986 (ABCP,

2021). Segundo Molin e Cigales, “o desenvolvimento do campo acadêmico e científico da Ciência Política no Brasil foi um processo lento e multifacetado” (MOLIM; CIGALES, 2016, p.4), pois esteve por muitos anos sob a “guarda” da Sociologia e os vários embates no cenário político, afetaram a institucionalização e rotinização do espaço de pesquisa e ensino no país. Somente a partir dos anos 90 iniciou-se o processo de consolidação da área com a ampliação das pesquisas e docência nos Programas de Pós-Graduação (MOLIM; CIGALES, 2016).

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional – PPPG

O Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional – PPPG é um dos quatro programas do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria - Santa Maria/RS, sendo classificado na grande área de Educação.

O Programa é organizado a partir de dois cursos, a saber: Curso de Especialização em Gestão Educacional – CEGE e Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional – MP, sendo esse último concebido a partir de duas linhas de pesquisa:

A) L 1 – Políticas e Gestão da Educação Básica e Superior: Nesta linha desenvolvem-se pesquisas aplicadas e projetos de intervenção no contexto social, econômico, das políticas públicas educacionais mais amplo, no qual as Redes de Ensino, os Sistemas Educacionais e contextos educacionais governamentais e não governamentais estão inseridos;

B) L 2 – Gestão Pedagógica e Contextos Educativos: Nesta linha desenvolvem-se pesquisas aplicadas e projetos de intervenção com o foco na gestão pedagógica e contextos educativos, em especial na gestão escolar.

O CEGE teve sua primeira oferta no ano de 1980, quando a Universidade Federal de Santa Maria, deslocou as antigas habilitações de administração, supervisão escolar e orientação educacional do curso de Pedagogia para o nível de pós-graduação na especialização lato-sensu. Informações obtidas com a egressa do curso, professora da UFSM, Rosane Sarturi, referem da existência inicialmente de uma turma fora da sede, no município de Ijuí.

Em 1989, foi aprovado na UFSM o Curso de Especialização em Educação Pós-Graduação *lato sensu*, com as habilitações: Administração, Supervisão Escolar e Orientação Educacional, através do Parecer nº 01/89/CEPE e do Parecer nº06/89/CONSU (PPC- CAGE-2014). Sua principal característica, elevada carga horária: 300h/a para o Núcleo Básico, 360 h/a para o Núcleo Profissionalizante e 180 h/a para Estágio e Monografia, totalizando 840 horas-aula se justificava, pois curso recebia licenciados de todas as áreas e não somente pedagogos como era comum, sendo pois muito procurado.

Em 2005, o curso foi reformulado reiterando seu objetivo de proporcionar formação continuada aos profissionais da educação no campo da gestão educacional a partir dos pressupostos da gestão democrática.

O curso é de caráter permanente, com carga horária de 375 horas totalizando 25 créditos. No dia 01 de junho de 2007, foi aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFSM, em sua 669ª Sessão, o CEGE EAD vinculado a Universidade Aberta do Brasil - UAB, sob a administração do NTE - Núcleo de Tecnologia Educacional, hoje CTE - Coordenadoria de Tecnologia Educacional.

O CAGE EAD tem muita identidade com o CEGE presencial, tanto no que diz respeito à organização didática (disciplinas, ementas, carga horária), quanto ao próprio corpo docente, ainda que o CEGE EAD não pertença ao PPPG.

Nesse contexto, destacamos que o CEGE cumpriu um papel importante para a consolidação da formação de gestores na região de Santa Maria e também para a concepção do Mestrado Profissional que passamos a descrever.

O Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional – MP, cuja principal demanda está voltada para os profissionais da educação atuantes na Educação Básica, pretende contribuir para a análise mais acurada e compreensão das políticas educacionais impactando na qualificação da gestão educacional nos espaços escolares e não escolares.

O Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional (MPPGE) está classificado na área base da Educação, com área de concentração em “Políticas Públicas e Gestão Educacional”. O curso se orienta pela pesquisa *aplicada e implicada* em

diferentes contextos educacionais, pressupondo o diagnóstico do contexto e a proposição de ações educativas de caráter administrativo-financeiro-pedagógico.

O curso pretende qualificar prioritariamente as práticas da gestão administrativa, financeira e pedagógica dos profissionais atuantes na Educação Básica, com base em subsídios da *pesquisa-ação* com produções orientadas para o desenvolvimento profissional em diversos contextos educacionais.

O MP tem uma carga horária de 375 horas totalizando 25 créditos.

Feitas essa breve explanação podemos afirmar que tanto as disciplinas do CEGE quanto as disciplinas do MP têm, na temática das políticas públicas, seu elemento constituinte a partir de diferentes abordagens.

Por políticas públicas, entende-se um conjunto de “procedimentos formais e informais de resolução pacífica de conflitos”, que caracterizam a política (RUA, 2009), de sorte a viabilizar respostas e satisfazer as demandas que são colocadas ao Estado pelos diferentes atores do sistema político. No caso do PPPG predominam análises de políticas de natureza educacional, ainda que não exclusivamente.

O presente material de apoio pretende ser uma primeira aproximação do tema da Ciência Política aplicada à Educação, com especial destaque às Políticas Educacionais, decorrendo daí sua forma de Glossário.

O *Glossário de Ciência Política* está organizado a partir de termos simples e compostos, que apresentam conceitos e definições retirados da literatura especializada, bem outras fontes vinculadas.

O objetivo é divulgar conhecimentos sobre a Ciência Política que possam auxiliar discentes e docentes do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional – PPPG, nas reflexões acerca das temáticas de políticas públicas, de tal sorte a potencializar a efetiva participação na vida da sociedade.

Em todo o Glossário, a correlação entre os vocábulos foi estruturada mediante remissivas simples e remissivas cruzadas.

O Glossário está organizado em 50 verbetes, identificados e selecionados a partir da relação que podem ter com o tema de Políticas Públicas e Gestão Educacional. Cada verbete, além de trazer uma definição sumária sobre o tema que trata, apresenta

possibilidades de aprofundamento com base em outros materiais, preferencialmente audiovisual, sempre que isso foi possível, no denominado *veja mais*;

Cabe destacar ainda que cada verbete indica outros verbetes correlatos no espaço *veja também*, caso o leitor tenha interesse em ampliar sua análise. Ao final do verbete o leitor encontrará as referências bibliográficas que viabilizaram a construção do mesmo.

Desejamos uma boa leitura e um bom uso desse material de apoio!

Referências

ABCP. Associação Brasileira de Ciência Política. 2021. Acessado em 26 de agosto de 2021. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/web/>

MOLIN, Naiara Dal; CIGALES, Marcelo Pinheiro. Trabalhando a ciência política em sala de aula: recursos didáticos e metodológicos. IX Encontro ABCP 1964-2014.

RUA, M. das G. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. 2009. Disponível em: . <http://portal.mda.gov.br/o/1635738> Acesso em: 19 jun. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Projeto Político de Curso de Especialização de Gestão Educacional, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Projeto Político do Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional, 2015.



ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Pode-se classificar a Administração Pública como uma junção das áreas de Ciência Política, Economia, Psicologia, Sociologia e Administração.

Dentro das políticas públicas, o termo é utilizado ao conjunto de órgãos que administram os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. No exemplo brasileiro, trata-se da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Veja também: burocracia; governo;

Veja mais em:

Caixa de Texto Administração Pública, site Brasil Escola: (link: <https://brasilecola.uol.com.br/politica/administracao-publica.htm>)

Administração pública brasileira entre o gerencialismo e a gestão social, Ana Paula Paes de Paula (link: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v45n1/v45n1a05.pdf>)

Referência Bibliográfica

MONTEIRO DE AGUIAR, Carlos Alberto. Estado Dicionário de Políticas Públicas/organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira. - 3. ed. - São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018.

AGENDA (GOVERNAMENTAL, PÚBLICA, MIDIÁTICA E AGENDA-SETTING)

A agenda governamental abrange uma soma de assuntos relevantes aos formuladores de políticas públicas governamentais e grupos adjacentes. É um processo complexo e volumoso, visto que o fluxo de questões apresentadas é grande, mas a atenção acaba sendo voltada àqueles assuntos considerados relevantes.

A Agenda midiática é configurada pela evidência, destaque e continuidade de certos temas na mídia (por exemplo, durante uma campanha eleitoral).

A Agenda Pública é determinada por aqueles assuntos ditos mais importantes e que retêm a atenção dos sujeitos.

A Agenda-setting é a agenda predominante de determinado momento, são questões que o governo volta sua atenção em certa ocasião. É desejável entender como certas questões prendem a atenção dos formuladores de políticas públicas, a ponto de fazê-las sobreviverem ao processo de seleção e se tornarem políticas públicas.

Veja também: Atores; Estado; Sociedade Civil;

Veja mais em:

A política de acesso à agenda governamental, Ana Cláudia Niedhart Capella (link: <https://cienciapolitica.org.br/index.php/system/files/documentos/eventos/2017/02/politica-acesso-agenda-governamental-196.pdf>)

Teoria do Agendamento / The Agenda Setting Theory (link: <https://www.youtube.com/watch?v=hEQ080ec4ug>)

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Fernando Antônio. Agenda Pública e Midiática. Dicionário de Políticas Públicas/organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira. - 3. ed. - São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018.

CAPELLA, Ana Cláudia. Agenda-Setting. Dicionário de Políticas Públicas/organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira. - 3. ed. - São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018.

ARENA POLÍTICA

Sendo a política algo que englobe tomada de decisões e disputas em torno delas, a Arena Política se refere ao local onde se travam essas disputas e se tomam essas decisões.

Assim sendo, as particularidades da Arena Política é que poderão ditar o exercício da política, de acordo com as instituições de decisão, a disposição, princípios e planos daqueles grupos que disputam.

Veja também: Instituições Políticas; Participação (política e popular); Sistema Político;

Veja mais em:

A gestão escolar como arena política: Impasses do novo gerencialismo, Débora Quetti Marques de Souza (link: [https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/18264/1/Débora %20Quetti%20Marques%20de%20Souza_TESE_190920161448.pdf](https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/18264/1/Débora%20Quetti%20Marques%20de%20Souza_TESE_190920161448.pdf))

Definindo a Arena Política Local: Sistemas Partidários Municipais na Federação Brasileira, Leandro Piquet Carneiro e Maria Hermínia Tavares de Almeida (link: <https://www.scielo.br/pdf/dados/v51n2/06.pdf>)

Referência Bibliográfica

P. W. REIS, Bruno. Arena Política. Dicionário de Políticas Públicas/organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira. - 3. ed. - São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018

ATORES

São os sujeitos, entidades e/ou coletividade interferem na formulação de políticas públicas em busca de um objetivo ou de um proveito. Podem ser integrantes de poderes da república, partidos políticos, organizações da sociedade civil, mídia etc. Não existem atores isolados, suas ações são sempre referenciadas a outros atores e suas relações.

Realizam escolhas mais ou menos livres e com uma racionalidade limitada, visto que são orientados por critérios variados, que são determinados por seus interesses, suas expectativas, seus poderes e pelas regras do jogo.

Veja também: Agenda (governamental, pública, midiática e agenda-setting); Instituições Políticas; Sistema Político;

Veja mais em:

“Políticas públicas, quem faz?” – Canal Politize! (link: https://www.youtube.com/watch?v=_73jrtCLJw0)

Construção de Políticas Públicas – processos, atores e papéis, de Agnaldo dos Santos (link: <https://www.polis.org.br/uploads/1244/1244.pdf>).

Conceito de Políticas Públicas e Atores Sociais, site OKConcursos (link: <https://www.okconcursos.com.br/apostilas/apostila-gratis/134-politicas-publicas/1175-conceito-de-politicas-publicas-e-atores-sociais>)

Referência Bibliográfica

DI GIOVANNI, Geraldo. Atores. Dicionário de Políticas Públicas/organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira. - 3. ed. - São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018.



BEM COMUM

O conceito de bem-comum tem sua base no pensamento político católico e está na essência da doutrina social da Igreja: a solidariedade.

No caso político, é tanto o começo – onde se deve sempre buscar o bem comum da sociedade – quanto o final – onde se deve chegar ao bem comum da sociedade. Distingue-se do bem individual e do bem público, uma vez que o primeiro é focado apenas na própria pessoa, enquanto o segundo é algo voltado ao bem de todos por estarem unidos, ao mesmo tempo em que o bem comum é um interesse que só pode ser perseguido em conjunto.

Para perseguir esse bem comum em conjunto, é necessário o consenso, ou seja, um mínimo de cultura homogênea e comum, além de um mínimo de concordância sobre os valores da sociedade e das regras de convivência harmoniosa.

Veja também: Democracia; Direitos (civis, humanos, políticos, sociais); Hegemonia; Proteção Social; WelfareState;

Veja mais em:

O que é o bem comum?, por Wambert Gomes Di Lorenzo no site Estado de Direito (link: <http://estadodedireito.com.br/o-que-e-o-bem-comum/>)

O que significa bem comum? – Minuto DOCAT #3, canal do YouTube PAULUS Editora Portugal (link:https://www.youtube.com/watch?v=_OLWamPAAHw)

Direitos Fundamentais e a Dogmática do Bem Comum Constitucional, e Orides Mezzaroba e Carlos Luiz Strapazzon (link: <https://www.scielo.br/pdf/seq/n64/n64a14.pdf>)

Referência Bibliográfica

MATEUCCI, Nicola. Bem comum. Dicionário de Política. Organizado por Norberto Bobbio, Nicola Mateucci, Gianfranco Pasquino. Trad. Carmen C, Varriale et al. Coord. Trad. João Ferreira; rev. Geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11ª ed.,1998. Vol. 1: 674 p. (total: 1330 p.). Vários Colaboradores. Obra em 2v.

BURGUESIA

Inicialmente, a burguesia era dita àquela classe que se situava entre a aristocracia (o governo dos nobres) e a nobreza (os nobres que não eram governo), e que detinha por herança poder e riqueza econômica, em contraponto ao proletariado, que era composto por aqueles que precisavam vender sua mão de obra para subsistir (assalariados).

Numa roupagem mais atualizada, principalmente após a Revolução Industrial, por definição, a burguesia seria aquela classe que detém os meios de produção, sendo, portanto, portadora do poder econômico e político, assim como sua oposição seria dada pelo proletariado, que só detinha sua força de trabalho resultante de sua mão de obra.

Veja também: Detentora dos meios de produção, elite;

Veja mais em:

Burguesia: quem é e qual sua origem?, site Politize! (link: <https://www.politize.com.br/burguesia/>)

Coisa de BURGUESES | 059, canal do YouTube Tese Onze (link: <https://www.youtube.com/watch?v=l1U3uANomXY>)

Quem é e como domina a burguesia brasileira?, canal do YouTube Jones Manoel (link: <https://www.youtube.com/watch?v=l1U3uANomXY>)

Referência Bibliográfica

BRAVO, Gian Mario. Burguesia. Dicionário de Política/organizado por Norberto Bobbio, Nicola Matteucci, Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et al.; coord. Trad. João Ferreira; rev. Geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11ª ed., 1998. Vol. 1: 674 p. (total: 1330 p.) Vários Colaboradores. Obra em 2v.

BUROCRACIA

É tida como o modelo organizacional típico da modernidade capitalista, na qual uma instituição voltada para a eficiência e produtividade não pode ser administrada por amadores, amigos ou diletantes. Trata-se da qualificação técnica para transferir racionalidade para a gestão, o funcionamento e a estrutura das organizações. Pode ser analisada como o resultado de um processo de racionalização paulatino durante a história das sociedades humanas.

Como um modelo de organização, apresenta características, tais como: atribuições oficiais; hierarquia funcional; documentação formal; aprendizagem profissional; desempenho como fator de avaliação; ausência de considerações pessoais; estruturação de carreiras.

Veja também: Administração Pública; Gestão;

Veja mais em:

Max Weber - Burocracia, canal do YouTube Prof. Anderson (link: <https://www.youtube.com/watch?v=trkDwqsRiNI>)

"O que é burocracia?", site Toda Matéria (link: <https://www.todamateria.com.br/o-que-e-burocracia/>)

Referência Bibliográfica

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Burocracia*. Dicionário de Políticas Públicas/organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira. - 3. ed. - São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018.

C

CAPITALISMO

Através do tempo, a concepção de Capitalismo flutuou entre duas noções, abaixo elencadas:

- A primeira diz respeito ao agir econômico específico, um modo de produção, um subsistema. Esse subsistema seria apenas uma parte de algo maior e mais complexo, a sociedade industrial (liberal-democrática), ou sociedade complexa.
- A segunda concepção contempla a sociedade como um todo, na sua formação social, pois fala do seu modo de produção, o modo Capitalista. Nessa concepção, o capitalismo denomina a interação social em termos gerais.

Veja também: Estado; Poder; Modo de produção;

Veja mais em:

História do capitalismo: uma visão panorâmica, de Marcelo WeishauptProni (link: <http://www.cesit.net.br/cesit/images/stories/25CadernosdoCESIT.pdf>)

Capitalismo à brasileira | 023, canal do YouTube Tese Onze (link: <https://www.youtube.com/watch?v=p9hbj8Z1Ttk>)

Uma alternativa ao capitalismo, de Luiz Carlos Bresser Pereira (link: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v28n80/24.pdf>)

Capitalismo, uma definição, de João Alexandre Peschanski no site *Blog da Boitempo*(<https://blogdaboitempo.com.br/2012/05/21/capitalismo-uma-definicao/>)

Referência Bibliográfica

RUSCONI, Gian Enrico. *Capitalismo*. Dicionário de Política/organizado por Norberto Bobbio, Nicola Matteucci, Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C. Varriale et al.; coord. Trad. João Ferreira; rev. Geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11ª ed.,1998. Vol. 1: 674 p. (total: 1330 p.). Vários Colaboradores. Obra em 2v.

CENTRALIZAÇÃO / DESCENTRALIZAÇÃO

São dois conceitos que acompanharam a formação dos Estados contemporâneos desde a Idade Média, sendo essenciais nos processos históricos. Enquanto o primeiro encontra-se na origem do Estado moderno que transformou o mundo feudal (ELIAS, 1993), o segundo acompanha a construção desse Estado (TOCQUEVILLE, 1997).

Dentro do escopo das políticas públicas, a descentralização significa a institucionalização no plano local de condições técnicas (financeiras e políticas) para a implementação de tarefas de gestão autônoma de políticas. Ela representaria uma conquista de poder por partes coletivas locais, não ficando o poder vinculado apenas a uma área do Estado.

Veja também: Estado Unitário; Estado federalista;

Veja mais em:

https://www.youtube.com/watch?v=L5j_GAXzpM0 – Conversa com professora Marta Arretche da ciência política da USP sobre o livro Democracia, Federalismo e Centralização no Brasil.

<https://doi.org/10.1590/S0102-64452007000200002> - Sobre as Origens do Estado Moderno. Modesto Florenzano.

Livro Democracia, federalismo e centralização no Brasil. Marta Arretche. Rio de Janeiro, Editora FGV/Editora Fiocruz, 2012, 232 p.

Referência Bibliográfica

RODRIGUEZ, Vicente. *Centralização/Descentralização*. Dicionário de Políticas Públicas/organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira. - 3. ed. - São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. V.2.
TOCQUEVILLE, Alexis de. *Democracia na América*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1997.

CICLO DE VIDA DA POLÍTICA PÚBLICA

Em geral, cada política pública passa por um caminho mais ou menos igual, que geralmente tem três etapas: formulação, implementação e avaliação. Porém, dadas as particularidades das administrações das repúblicas da América Latina, com uma visão mais atenta, podemos identificar mais fases, que são:

- i. Construção da agenda: inclusão da questão nas prioridades do poder público;
- ii. Elaboração: identificação e delimitação do problema (atual ou potencial);
- iii. Formulação: seleção e especificação da alternativa mais conveniente;
- iv. Implementação: sendo formada pelo planejamento e organização do aparelho administrativo e dos recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos;
- v. Execução: soma de ações que visam atingir os objetivos da política;
- vi. Acompanhamento: supervisão acompanhada de possíveis correções;
- vii. Avaliação: aferição e análise dos resultados da política.

Veja também: Fases da Política Pública

Veja mais em:

Conheça o ciclo das políticas públicas, site Politize! (link: <https://www.politize.com.br/ciclo-politicas-publicas/>)

Ciclo de Políticas Públicas, Prof.^a Dr.^a Claudia Souza Passador (link: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4483751/mod_resource/content/1/Apresentação%20Políticas%20Públicas_Palestra%20CIA%20DO%20RISO.pdf)

Ciclo de Políticas Públicas | Entenda o passo-a-passo, canal *CLP – Liderança Pública* (link: <https://www.youtube.com/watch?v=16p6MYJJKHM>)

Referência Bibliográfica

SARAIVA, Enrique. *Ciclo de Vida da Política Pública*. Dicionário de Políticas Públicas/organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira. - 3. ed. - São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018.

CONSTITUCIONALISMO

Uma constituição é a estrutura de uma população organizada politicamente, um ordenamento vital que designa poderes e órgãos que os exercem. Assim, “constitucional” é o termo que designa a forma de Estado baseada na separação de poderes. Logo, a função do constitucionalismo seria definir os princípios ideológicos da Constituição e sua organização interna, assegurando à população o livre exercício dos direitos individuais, além de impedir o Estado de violá-los.

O Constitucionalismo, portanto, representa o governo das leis, em detrimento ao governo dos homens, com prevalência da racionalidade do direito e não apenas o poder por si só.

Veja também: Democracia; Estado; Federalismo; Governo; Poder; Sistema Político; Sistemas de Governo;

Veja mais em:

O que é constitucionalismo?, canal do YouTube *Leonardo Felipe* (link: <https://www.youtube.com/watch?v=syPNaYu71yl>)

O que se entende por Constitucionalismo?, de Cláudio Campos no site *Jusbrasil*(link: <https://fg.jusbrasil.com.br/noticias/162907/o-que-se-entende-por-constitucionalismo-claudio-campo>)

Constitucionalismo – Concepções – Classificação – História das Constituições, canal do YouTube Direito em 8 minutos (link: <https://www.youtube.com/watch?v=w32l54DgwgE>)

Constitucionalismo: suas inspirações filosóficas, econômicas, jurídicas e sua influência na Europa e nas Américas, de HannaThó no site *Jus* (link: <https://jus.com.br/artigos/53472/constitucionalismo>)

Referência Bibliográfica

MATEUCCI, Nicola. *Bem comum*. Dicionário de Política/organizado por Norberto Bobbio, Nicola Mateucci, Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. Trad. João Ferreira; rev. Geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11ª ed.,1998. Vol. 1: 674 p. (total: 1330 p.) Vários Colaboradores. Obra em 2 v

CORRUPÇÃO

O sentido original de *corrupção* é ligado à putrefação, deterioração, destruição, ruína. No sentido político, é ligada ao suborno, à transgressão de regras, à obtenção de vantagem.

Quando se fala em Políticas Públicas, a corrupção é uma das preocupações centrais, pois afeta tanto a formulação quanto os resultados, visto que ela não custa apenas um valor financeiro, mas também abala frontalmente a credibilidade e legitimidade das instituições, além de afetar o próprio Estado e a sua aptidão para a execução dessas políticas.

Veja também: obtenção de vantagem ilícita

Veja mais em:

O que é corrupção?, *Stoodi* ([link:https://www.stoodi.com.br/guias/dicas/o-que-e- corrupcao/](https://www.stoodi.com.br/guias/dicas/o-que-e- corrupcao/))

O que é corrupção?, canal *Ministério Público do Rio Grande do Sul* ([link:https://www.youtube.com/watch?v=aGEutaTO2KQ](https://www.youtube.com/watch?v=aGEutaTO2KQ))

Referência Bibliográfica:

FILGUEIRAS, Fernando. *Corrupção*. Dicionário de Políticas Públicas/organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira. - 3. ed. - São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018.

CRISE

O conceito de crise remonta para o grego *krinein*, que significa separar, romper. Assim, é associado à uma situação de transformação, de término da ordem atual, mudando coisas de lugar, alterando sentidos, modificando fluxos e disposições.

São variadas as possibilidades de crise: econômica, jurídica, política, escolar, de representatividade etc. Em todas, ocorre um sentimento de ameaça, de estranhamento, pois aquilo que é conhecido entra em xeque, perde-se a sustentação. Uma crise pode enfraquecer a coesão e solidariedade entre a sociedade, além de poder ter efeitos na governabilidade, saúde e segurança pública. Também pode trazer à tona as misérias e as grandezas humanas. Nela, destacam-se tanto os líderes natos quanto os fajutos. E como diria Gramsci, temos uma crise quando aquilo que envelheceu já não dirige mais e o "novo" ainda não se qualificou.

Em geral, não há saída simples e fácil para uma crise, ao contrário, pode-se permanecer por anos seguidos, governos diferentes que pouco fazem ou literalmente fracassam em várias frentes importantes.

Crises não são favoráveis a grupos sociais subordinados, cultura democrática ou contestação do sistema, de maneira oposta, tendem a facilitar retrocessos autoritários, personalismo e arrojados passionais.

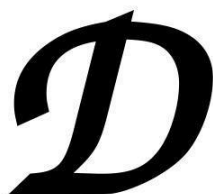
Veja mais em:

A Valsa Brasileira: Do boom ao caos econômico, de Laura Carvalho (disponível em diversas livrarias)

Representação, crise e mal-estar institucional, de Marco Aurélio Nogueira (link: <https://www.scielo.br/pdf/se/v29n1/06.pdf>)

Referência Bibliográfica

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Crise*. Dicionário de Políticas Públicas/organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira. - 3. ed. - São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018.



DEMOCRACIA

Também ligado aos gregos, o conceito de Democracia remonta à dois vocábulos: *demos*, que significa povo, e *kracia*, que significa governo (ou autoridade). A democracia surge em contraposição às práticas políticas da época – monarquia (governo de um sobre todos) e oligarquia (governo de poucos sobre muitos).

Se baseia em um conjunto de regras, leis e instituições, a Democracia também envolve um modo de convivência, atitudes, comportamentos e uma concepção moral – designados como cultura cívica. O voto é considerado um direito democrático de todos os indivíduos (diferente da democracia grega, onde eram considerados aptos a votar apenas aqueles que não fossem mulheres, escravos e trabalhadores braçais).

Trata-se de um sistema onde os governantes devem (ou deveriam) dar explicações de seus atos, o tempo todo, aos que elegeram ou a seus representantes, portanto, a envolve contestação e participação.

Veja também: Estado; Poder; Sociedade Civil; WelfareState;

Veja mais em:

O que é democracia?, canal EVC – Câmara dos Deputados
(link:<https://www.youtube.com/watch?v=jBKhYAFWQQk>)

Democracia e representação democrática, Antônio Baptista (link: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/aso/n196/n196a04.pdf>)

Referência Bibliográfica

MOISÉS, José Álvaro. *Democracia*. Dicionário de Políticas Públicas/organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira. - 3. ed. - São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018.

DESENVOLVIMENTO

Na economia clássica, iniciada no século XVIII, o desenvolvimento era tido como um processo duradouro de crescimento da produtividade do trabalho social e consequente redução do trabalho sofrido e das ausências materiais dos indivíduos de um determinado Estado.

A base da riqueza das nações é constituída pela grandeza do superávit social, assim, a reprodução do excesso dependia da sua repartição entre as classes sociais, além da legitimidade de sua apropriação garantida pelo Estado. Essa forma de apresentação do problema central do desenvolvimento constituiu um pilar central da economia política clássica.

Em geral, a maioria dos países na Ásia, América Latina e África não conseguiram, historicamente, condições sociais e políticas necessárias para a indução do desenvolvimento e superação de restrições estruturais provocadas pelas colonizações.

Veja também: Estado

Veja mais em:

Ministério do Desenvolvimento Social (link: desenvolvimentosocial.gov.br)

"Mas o que é Desenvolvimento Econômico?", canal Economisa (link: [#meEconomisa](https://www.instagram.com/meEconomisa/) - Mas o que é Desenvolvimento Econômico?)

Referência Bibliográfica

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. *Desenvolvimento*. Dicionário de Políticas Públicas/organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira. - 3. ed. - São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018.

DIREITOS HUMANOS

Os Direitos Humanos representam a garantia de convivência social pacífica. Caracterizam-se pela sua universalidade e essencialidade. São relativos, pois sua identificação e condicionada à mudança de condições históricas, além de terem natureza acumulativa, pois novos direitos se sucedem pela história.

A "Bill of Rights" da Inglaterra (1689), as Declarações de Direitos dos Estados Da Virgínia, Pensilvânia e Maryland (1776), a Constituição Americana de 1787 (e as nove primeiras emendas) e a Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 são as primeiras expressões dos Direitos Humanos.

Na sua primeira geração, os Direitos Humanos visaram limitar o poder do Estado moderno nacional. Na segunda geração, a igualdade foi o cerne dos direitos. Em sua terceira geração, os direitos que asseguram qualidade de vida foram o centro, chamados de *direitos de solidariedade*. Já na quarta geração, foram priorizados os direitos necessários à proteção contra avanços das tecnologias de comunicação, biotecnologia, perigos ecológicos e genéticos.

Quando se fala em eficácia jurídica, os direitos civis e políticos, instituídos há mais de trezentos anos, têm mais facilidade para recorrências ao Judiciário. Já os direitos econômicos, sociais e culturais, de composição mais recente, encontram mais dificuldade.

Veja também: Sociedade Civil; WelfareState;

Veja mais em:

O que são Direitos Humanos?, site das Nações Unidas
(link:<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/>)

Declaração Universal dos Direitos Humanos, site da Unicef (link: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>)

Gênese, evolução e universalidade dos direitos humanos frente à diversidade de culturas, Ettiene Richard Mbaya (link: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v11n30/v11n30a03.pdf>)

Referência Bibliográfica

STOCCO RANIERI, Nina Beatriz. *Direitos Humanos*. Dicionário de Políticas Públicas/organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira. - 3. ed. - São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018.



ESFERA PÚBLICA

Tendo origem na palavra alemã *Öffentlichkeit* (“público”, em tradução para o português brasileiro), o termo “esfera pública” é utilizado em diversas áreas humanas. É no filósofo e teórico social alemão Jürgen Habermas que vamos encontrar o conceito mais esmiuçado. Para o filósofo, trata-se de um “fenômeno social tão elementar quanto ação, ator associação ou coletividade”. Não pode ser confundida com a “ordem social” nem com uma instituição ou organização, muito menos com Estado ou Sociedade Civil.

Resumidamente, a Esfera Pública não está atrelada ao Estado e nem à Sociedade Civil, sendo um espaço aberto para o debate sobre problemas sociais, políticos e econômicos, e seus possíveis encaminhamentos. Para Habermas, os debates que constroem a Esfera Pública deveriam ser racionais, ou seja, onde não haveria vantagem pela posição social, econômica ou política, apenas os argumentos seriam considerados relevantes.

Ainda, para o filósofo alemão, as instituições democráticas (eleições, parlamentos, tripartição de poderes) são condicionantes para a vida democrática, mas não apenas elas, pois sem uma esfera pública ativa, a democracia seria vazia, incapaz de entender e emancipar sua sociedade.

Veja também: Estado; Sociedade Civil;

Veja mais em:

O conceito de “esfera pública”, de acordo com Giddens e Sutton, site da Editora Unesp (link: <http://editoraunesp.com.br/blog/confira-o-conceito-de-esfera-publica-de-acordo-com-giddens-e-sutton->)

A Esfera Pública 50 anos depois, de Jorge Adriano Lubenow (link: <https://www.scielo.br/pdf/trans/v35n3/10.pdf>)

Referência Bibliográfica

ANDREWS, Christina. *Esfera Pública*. Dicionário de Políticas Públicas/organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira. - 3. ed. - São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018.

HABERMAS, Jürgen. *Between facts and norms: contributions to a discourse theory of law and democracy*. Trad. William Rehg. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1998.

ESTADO

O conceito de Estado pode ser desmembrado em três partes de uma engrenagem que funcionam conjuntamente:

- A primeira versa sobre o instrumento de governo e a institucionalidade: o modelo no qual as sociedades modernas funcionam. É aqui onde é feita a administração, as regulações e são ouvidas (ou não) as demandas da sociedade.
- A segunda fala sobre o Estado como o reprodutor de dominação, onde ele reprime os que com ele não concordam e beneficia as classes economicamente dominantes, monopolizando o uso legítimo da força.
- A terceira parte fala sobre a dimensão onde o Estado é o sistema cultural, onde as normas, tradições e valores operam, como se fosse a imagem da sociedade organizada.

Veja também: administração pública, governo, sociedade civil;

Veja mais em:

Vídeo “O que é Estado?”, canal EVC – Câmara dos Deputados (link: https://youtu.be/P_X1zNTTGww)

O Estado segundo Marx, site Esquerda Diário: (link: <https://www.esquerdadiario.com.br/O-Estado-segundo-Marx>)

De Aristóteles a Weber – Definições e conceito de Estado, site Direito Legal. (link: <https://direito.legal/filosofia-do-direito/de-aristoteles-weber-definicoes-e-conceito-de-estado/>)

Referência Bibliográfica

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Estado* Dicionário de Políticas Públicas/organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira. - 3. ed. - São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018.

ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

Toda sociedade aloca seus cidadãos em posições sociais diferentes, algumas com mais, outras com menos prestígio, logo, a Estratificação social trata-se de um processo histórico, onde grupos, dentro de uma dada ordem social, apresentam condições diferentes, desiguais e por vezes conflituosas, que podem gerar distâncias sociais extremas.

A Estratificação Social é objeto de estudo de diversas áreas, tais como trabalho, cultura, gênero, raça, violência, dentre outras. Esses estudos buscam entender os processos das desigualdades e sua continuidade ao longo do tempo, mas o foco central é a compreensão da estrutura de posições sociais, pois são as oportunidades de alocação dessas posições que determinam o seu padrão de igualdade.

Veja também: divisão social, segregação social;

Veja mais em:

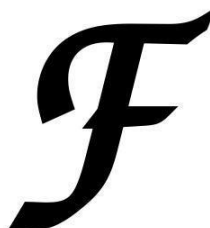
Estratificação Social, canal *TV Oficina* (link: <https://www.youtube.com/watch?v=Hn6-wSP6rmY>)

Estratificação social, site Stoodi (link: <https://www.stoodi.com.br/blog/2018/08/09/estratificacao-social/>)

Critérios de Estratificação Social, Graciete Borges da Silva (link: <https://www.scielo.br/pdf/rsp/v15n1/05.pdf>)

Referência Bibliográfica

SCALON, Celi; COSTA, Lygia Golçalves. *Estratificação Social*. Dicionário de Políticas Públicas/organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira. - 3. ed. - São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018.



FEDERALISMO

É a forma política pela qual o Estado se organiza para exercer suas funções. É capaz de combinar a centralização, com o governo central, com a descentralização, onde os governos locais são responsáveis pelo financiamento e oferta de bens e serviços públicos. O Estado se organiza de maneira a compartilhar as responsabilidades entre governos central e regionais. Pressupõe-se uma autonomia política dos governos locais e regionais ao governo central, e vice-versa, onde as competências são distribuídas conforme a constituição.

No caso brasileiro, os governos municipal, estadual e federal são independentes entre si, cada um com suas atribuições e responsabilidades, podendo partilhar algumas atribuições, sendo outras exclusivas de cada ente federativo.

Veja também: Divisão de competências, descentralização.

Veja mais em:

O federalismo: conceito e características, site Âmbito Jurídico
(link:<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-tributario/o-federalismo-conceito-e-caracteristicas/>)

O federalismo brasileiro, Antonio José Barbosa
(link:<https://www12.senado.leg.br/jovensenador/home/arquivos/textos-consultoria/o-federalismo-brasileiro>)

Federalismo – Federalismo brasileiro, canal Trilhante (link: [Federalismo - Federalismo Brasileiro](#))

Referência Bibliográfica

VAZQUEZ, Daniel Arias. *Federalismo*. Dicionário de Políticas Públicas/organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira. - 3. ed. - São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018.

FINANCIAMENTO E GASTO

Em geral, as políticas públicas têm seu financiamento em origens distintas. As políticas estatais podem ser financiadas por recursos fiscais (impostos) e contribuições sociais, além de, em países não desenvolvidos, elas podem ser financiadas por doações ou empréstimos internacionais. As políticas sociais não estatais normalmente são financiadas ou por capital privado das empresas (que investem em áreas sociais visando lucro), ou por recursos arrecadados por organizações do terceiro setor (por exemplo, ONGs).

Os impostos financiam predominantemente políticas que todos tem acesso, além das assistenciais, à medida que as contribuições sociais, como por exemplo, a taxaço sobre folha salarial, financiam benefícios àqueles que contribuem às mesmas.

O gasto social é dividido de duas formas: o gasto social público (que se relaciona com o orçamento público gasto nas áreas sociais) e o gasto social privado (que se refere ao gasto das famílias e empresas com serviços sociais destinados aos seus membros ou a outros agrupamentos sociais).

Veja também: Federalismo; ONGs; Proteção Social;

Veja mais em:

Gastos Sociais do Governo Central – Classificação dos Gastos Tributários, site *dados.gov.br* (link: <http://www.dados.gov.br/dataset/gastos-sociais-do-governo-central-dados-anuais>)

Financiamento e gasto público na educação básica no Brasil: 1995-2005, de Jorge Abrahão de Castro (link: <https://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1128100.pdf>)

Estruturas de financiamento e gasto do sistema público de saúde, de Sérgio Francisco Piola, Luciana Mendes Santos Severo, Edvaldo Batista Sá, Andrea Barreto de Paiva (link: <http://books.scielo.org/id/z9374/pdf/noronha-9788581100180-03.pdf>)

Referência Bibliográfica

DRAIBE, Sonia Miriam. *Financiamento e Gasto*. Dicionário de Políticas Públicas/organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira. - 3. ed. - São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018.

G

GESTÃO

O conceito de gestão é muito próximo ao conceito de administração. Enquanto o primeiro vem do latim *gestione* e frisa a importância do gerir, o segundo advém também do latim, *administratio*, e foca mais para o ato de governar, manter sob controle, dirigir.

No campo da ciência administrativa, a gestão designava alguns aspectos específicos da administração geral, logo, uma organização seria administrada por vários setores que seriam geridos por chefias.

Assim, a gestão seria a prática das decisões tomadas pelos vértices administrativos, sendo uma função de caráter executivo. A administração, por sua vez, considera o conjunto de uma organização, dirigindo-a conforme planos e projetos a serem implementados.

Veja também: Administração Pública; Burocracia;

Veja mais em:

Conheça a diferença entre gestão e administração, site *Mundo Carreira* (link: <https://www.mundocarreira.com.br/sem-categoria/conheca-diferenca-entre-gestao-e-administracao/>)

Gestão ou Administração: qual a diferença?, site *Administradores* (link: <https://administradores.com.br/artigos/gestao-ou-administracao-qual-e-a-diferenca>) O que

é a gestão administrativa escolar?, site SAE (link: <https://sae.digital/gestao-administrativa-escolar/>)

Referência Bibliográfica

SANT'ANNA, Vanya. *Gestão*. Dicionário de Políticas Públicas/organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira. - 3. ed. - São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018.

GOVERNABILIDADE

O conceito de governabilidade está atrelado à obra do cientista político Samuel Huntington, desde a década de 60, e para ele, o conceito remetia às condições para exercer o governo em circunstâncias onde havia ampla participação política. A centralidade da sua preocupação estava focada nas ameaças de ingovernabilidade e não na governabilidade propriamente dita. A ameaça de ingovernabilidade reside em situações onde havia uma participação política "excessiva", geralmente com democracias recentes ou instituições democráticas com pouca consistência.

Em geral, o uso do termo tem relação com condições de sustentação de governos, tanto na questão político-parlamentar quanto na legitimidade. Assim, as condições de governabilidade estão atreladas tanto aos recursos de poder localizados no interior do sistema político, como também algum nível de aceitação – ou ausência de oposição – por parte dos diferentes atores sociais.

Veja também: Estado; Governo; Sistema Político;

Veja mais em:

Saiba o que é Governabilidade e conheça o seu impacto na administração da cidade, canal *tvbrasil*(link: <https://www.youtube.com/watch?v=KETEhdPVlck>) Governabilidade, Governança e Democracia: Criação da capacidade governativa e relações executivo-legislativo no Brasil pós-constituente, de Maria Helena de Castro Santos (link: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000300003)

Referência Bibliográfica

LESSA, Renato. *Governabilidade/Governança*. Dicionário de Políticas Públicas/organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira. - 3. ed. - São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018.

GOVERNO

Antes de tudo, é necessário diferenciar “governo” de “Estado”. A ideia de Estado possui duas características preponderantes, que não se confundem com a ideia de governo: a primeira é que o Estado remete à algo mais permanente, onde, por exemplo, a ideia de extinção do Estado é muito mais alarmante do que uma crise no governo; a segunda é que no Estado residem todas as instituições públicas, fazendo parte do Estado, portanto, o Poder Judiciário e o Poder Legislativo (por mais que esse tenha grande interação com o Executivo), com ambos não fazendo parte do governo.

Assim, o governo refere-se da instância máxima da administração executiva. Trata-se de uma forma lícita de exercício da autoridade na qual estão fixadas as fontes do poder político quanto as formas de legitimação. Governantes, assim, governam Estados e, conseqüentemente, o conjunto de governados.

Os governos podem ser exercidos por meio de diferentes sistemas. A primeira distinção é entre a monarquia e a república, onde na primeira, soberano é o rei, enquanto na segunda o soberano é o povo – que elege o representante. Ainda que, atualmente, as monarquias convivam com governos assentados, tendo como exemplo as monarquias europeias, geralmente atuando em conjunto com um parlamentarismo. Fora da monarquia e dentro da república, também existe a diferenciação entre parlamentarismo e presidencialismo. Há ainda modelos mistos, onde o poder político é dividido entre um presidente eleito pelo voto popular e um governo que resulta da maioria do Legislativo.

Veja também: Estado; Governabilidade; Sistema Político;

Veja mais em:

POLÍTICA: conceitos básicos– Ep. 01: Estado e Governo, canal *HistóriaOnline*(link: <https://www.youtube.com/watch?v=V06HQQR5S3U>)

Das políticas de governo à política de Estado: Reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira, de Dalila Andrade Oliveira (link: <https://www.scielo.br/pdf/es/v32n115/v32n115a05.pdf>)

Referência Bibliográfica

LESSA, Renato. *Governo*. Dicionário de Políticas Públicas/organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira. - 3. ed. - São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018.



HEGEMONIA

Sua origem é da palavra grega *hegemon*, que mostrava preponderância militar e/ou política de uma Pólis (cidade-Estado grega) sobre outra, no interior da antiga Grécia, porém, o vocábulo ganhou novas facetas no vocabulário atual.

Originalmente usada no tratamento de relações entre Estados-nação, a sentença adquiriu forte conotação militar, tendo um fim na dimensão da força armada precisamente. Nesse contexto, tornou-se semelhante de dominação e de, frequentemente, supressão de espaços de liberdade e de oposição. Assim, uma situação hegemônica seria aquela onde alguém (pessoa, Estado) poderia impor seu domínio aos demais, que seriam estrangidos pela força a obedecer ou seria vedada sua manifestação e disputa pelo poder.

Ainda, após a publicação e disseminação dos *Cadernos do cárcere*, do marxista italiano Antonio Gramsci, essa expressão ganhou novo sentido. Passou a ser tratada como um conceito e ser usada em contextos de análises políticas, econômicas, sociais e culturais. O termo ficaria conhecido como a competência em produzir e construir consensos, não necessariamente dominar no sentido literal da palavra, mas fazendo parte de um amplo e estruturado sistema de conceitos com a finalidade de interpretar o Estado moderno e as lutas políticas que são travadas dentro dele (através do próprio Estado, da Sociedade Civil, dos Partidos Políticos, das ideologias, dos intelectuais etc).

Veja também: Estado; Sociedade Civil;

Veja mais em:

O conceito de hegemonia: De Gramsci a Laclau e Mouffe, de Ana Rodrigues Cavalcanti Alves (link:<https://www.scielo.br/pdf/ln/n80/04.pdf>).

EUA & China: Duas estratégias na luta pela hegemonia, site *Outras Palavras* (link: <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerrea/eua-china-duas-estrategias-na-luta-pela-hegemonia/>).

Hegemonia – Glossário de Sociologia – Prô Alex, canal do YouTube *Duvidando* (link: [Hegemonia - Glossário de Sociologia - Prô Alex](#)).

Referência Bibliográfica

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Hegemonia*. Dicionário de Políticas Públicas/organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira. - 3. ed. - São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018.

I

INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO

Tomando o lugar do "progresso material", é em torno da década de 20 do Século XX que o desenvolvimento passou a ser a grande ambição das nações. Porém, esse progresso permaneceu sendo medido por um aumento na produção bruta: seja pelo PIB (Produto Interno Bruto) ou pelo PNB (Produto Nacional Bruto).

O aferimento através desses índices é problemático e se deu por um par de razões. A primeira é que não havia maneira de comparar o desenvolvimento nacional objetivamente fora do sistema de contabilidade nacional (ou social), que só seria ajustado com precisão após a Segunda Guerra Mundial, quando as economias das nações foram destruídas e ninguém sentia necessidade de distinguir desenvolvimento de aumento de riqueza. A segunda é que havia uma dificuldade em achar conceitos que fossem aceitos pelas comunidades de cientistas sociais e que pudessem mostrar que existia diferença entre desenvolvimento e crescimento econômico.

Foi em 1990, quando o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), publicou o primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH), onde surgiu a ideia do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), proposta pelo diplomata paquistanês MahbubulHaq(1934-1998).

Por mais que tenha "resolvido" o problema do índice, o IDH por si só apresenta problemas. Um deles é o de usar o PIB *per capita* para medir a dimensão da vida, do indicador. O PIB é uma soma de bens e serviços vendidos e comprados, sem diferenciação entre os que são ou não benéficos para a sociedade, não fazendo distinção

do que é produtivo ou destrutivo, logo, não fazendo diferenciação daquilo que eleva ou rebaixa a condição humana.

Para a superação do PIB como variável, um relatório lançado ao final de 2009 e assinado pelos economistas Joseph Stiglitz, Amartya Sen e Jean-Paul Fitoussi, propõe 3 orientações: que o PIB seja substituído por uma medida de renda domiciliar disponível, e não de produto; que a qualidade de vida possa ser medida unicamente por um índice composto; que a sustentabilidade ambiental seja medida por indicadores físicos, não “malabarismos”. Resumindo, o relatório propunha um rígido pragmatismo com a sustentabilidade ambiental, a inauguração do conjunto da qualidade de vida e o fim da contabilidade voltada para a produção.

Veja também: WelfareState

Veja mais em:

Entenda o cálculo do IDH e seus indicadores, site Terra (link: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/entenda-o-calculo-do-idh-e-seus-indicadores,9b65120115dc0cc756b529832aa733d1nls36v2s.html>)

Os indicadores de desenvolvimento, site JornalGGN (link: <https://jornalggm.com.br/economia/os-indicadores-de-desenvolvimento/>)

Indicadores de desenvolvimento: uma resenha em construção, de Juliana Melo Oliveira, André Maia Gomes Lages e Niedja Figueiredo Dantas (link: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/rem/article/view/1459>)

Referência Bibliográfica

VEIGA, José Eli da. *Indicadores de Desenvolvimento*. Dicionário de Políticas Públicas/organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira. - 3. ed. - São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018.

INSTITUIÇÕES POLÍTICAS

Um Estado é um agrupamento de instituições, como os ramos de governo, a burocracia estatal e as leis. As instituições são construções sociais duradouras, que adequam as ações dos indivíduos e de seus grupos. Quando se fala em consistência, as práticas interativas reiteradas, as regras sociais de conduta, as normas formais e as organizações, também são consideradas instituições.

Existem instituições sociais, como a família, onde o desenvolvimento se dá de acordo com processos informais e pouco planejados de sociabilidade ao longo das gerações. Há também instituições econômicas, como o direito de propriedade, que, à sua maneira, interfere no investimento.

Ainda existem as instituições políticas que, ou visam ao Estado ou fazem parte dele. Sem fazer parte do Estado, existe os partidos políticos e os grupos de pressão – ou outras organizações sociais, buscam operá-lo, influenciá-lo, reformá-lo ou até mesmo tomá-lo. Dentro do Estado existe o Legislativo e o Executivo.

As instituições políticas afetam não apenas o comportamento imediato das pessoas, mas também suas interações e o resultado dessas. Se as instituições estão em dissonância, fica evidente a falta de neutralidade dos desenhos institucionais.

Veja também: Estado; Governo; Sistema político;

Veja mais em:

Instituições e políticas: o que são e por que importam?, site *CartaCapital*(link: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/vanguardas-do-conhecimento/instituicoes-e-politicas-o-que-sao-e-por-que-importam/>)

O que são instituições políticas?, site Portal Educação (link:<https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/o-que-sao-instituicoes-politicas/56309>)

As instituições políticas brasileiras funcionam?, de Carlos Ranulfo Melo (link: <https://www.scielo.br/pdf/rsocp/n25/31120.pdf>).

Referência Bibliográfica

COUTO, Cláudio Gonçalves. *Instituições Políticas*. Dicionário de Políticas Públicas/organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira. - 3. ed. - São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018.



LEGALIDADE

Trata-se de um conceito central do pensamento político e jurídico desde a fundação do Estado moderno. Por vezes se confundindo com a noção de direito positivo, o conceito remete a ideia de *regra do jogo*, visto que são as leis que determinam modelos de comportamentos, limitam as decisões, repartem os deveres, criam incentivos, instituem deveres e confirmam direitos.

A legalidade apresenta uma ideia de *império da lei*, protegendo valores e direitos fundamentais, garantindo liberdades públicas, disciplinando o exercício dos mecanismos coercitivos e limitando a competência das autoridades. É estruturada em torno de uma noção de poder que é difere o público do privado.

Por fim, tem um papel instrumental, sendo um conjunto de normas dispostas por hierarquia de critério de racionalidade lógica e formal, resguardando os governados contra abuso de poder dos governantes, limita o campo de ação dos dirigentes em relação à liberdade e interesse dos dirigidos, obriga o legislador a respeitar anseios ideias e valores dos legislados, além de definir regras de acumulação e distribuição de riqueza. Assim, torna-se uma garantia formal de que certas esperanças serão respeitadas e ajuda a definir o caráter de um ato concreto de autoridade.

Veja também: Direito; normatividade;

Veja mais em:

Princípios da Administração Pública: Legalidade, site *Sabedoria Política* (link: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/administraçãopublica/principios/legalidade/>)

Princípio da legalidade: uma garantia fundamental, site Politize (link: <https://www.politize.com.br/artigo-5/principio-da-legalidade/>)

O que é legalidade? |Roberto Romano|, canal do YouTube IREETV (link: <https://www.youtube.com/watch?v=UqjBDaj6RH4>)

Referência Bibliográfica

OLIVEIRA FARIA, José Eduardo Campos de. *Legalidade*. Dicionário de Políticas Públicas/organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira. - 3. ed. - São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018.

LEGISLAÇÃO

Nas democracias com tripartição de poderes, cada poder tem sua função. O Executivo comanda a nação, dentro dos limites impostos pela Constituição. O Judiciário aplica a lei com o objetivo de que ocorra a justiça, o exercício dos direitos individuais e coletivos, além de zelar pelo cumprimento da constituição. Ao Legislativo cabe a função de manter e produzir as leis, visando a justiça e soberania para todos (indivíduos e instituições públicas e privadas).

Assim, a legislação é uma coleção de leis que derivam de um processo de desenvolvimento legislativo, que visam garantir estabilidade para o governo e segurança jurídica para as relações sociais entre indivíduos, instituições públicas e empresas privadas.

Veja também: Burocracia; Esfera Pública; Governo;

Veja mais em:

A estrutura das leis, site *Politize!* (link: <https://www.politize.com.br/estrutura-das-leis-entenda/>)

Conceitos de legislação, site da Universidade Federal de Santa Catarina (link: <https://legislacao.ufsc.br/conceitos/>)

Referência Bibliográfica

O QUE É LEGISLAÇÃO. Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/normativas/oqueelegislacao.html>. Acesso em: 25 de maio de 2020

LOBBY

Tendo origem no termo inglês que designa o salão de entrada de edifícios, sua aplicação à política é dada de forma mais geral, não apenas designando aqueles que ficavam nos salões de entrada dos prédios, esperando a passagem dos decisores, mas também na forma da defesa de interesses junto à componentes do poder público.

A categorização do lobby pode se dar em duas formas: o legal e o ilegal. Dentro da esfera da legalidade, o lobby pode ser feito no âmbito dos três poderes – Legislativo, Executivo e Judiciário, visto que há tomadores de decisões em todos.

No Poder Legislativo, o lobby pode ser feito em nível nacional (Câmara de Deputados e Senado Federal) e subnacional (Nas Assembleias Legislativas estaduais e Câmaras de Vereadores municipais).

Quando feito no Executivo, o lobby tem como alvo as decisões administrativas e pode ser feito com os chefes de poder (Presidente, Governadores e Prefeitos), com auxiliares (Ministros e Secretários), bem como com diversos funcionários da administração pública direta e indireta.

No Judiciário, o lobby pode ser feito em órgãos de primeira instância (juízes singulares), assim como em órgãos de instâncias superiores (tribunais estaduais, tribunais

superiores e até STF), ocorrendo quando representantes de interesses sociais atuam para tentar instruir deliberações judiciais.

Veja também: Governo; Governabilidade; Sistema Político;

Veja mais em:

Lobby x Corrupção: entenda a diferença, site Politize! (link: <https://www.politize.com.br/lobby-ou-corrupcao/>)

Lobby: entenda o que significa e o que é permitido fazer no Brasil, site *Estadão* (link: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,lobby-entenda-o-que-significa-e-o-que-e-permitido-fazer-no-brasil,70003302707>)

Desmistificando o lobby: empresas e cidadãos podem ser lobistas, por Andréa Gozetto, canal do YouTube *Canal UM BRASIL* (link: <https://www.youtube.com/watch?v=UN5Lxjk1OgE>)

Referência Bibliográfica

MANCUSO, Wagner Pralon. *Lobby*. Dicionário de Políticas Públicas/organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira. - 3. ed. - São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018.



MERCADO

Sendo um conceito histórico e tendo forte importância, em termos gerais, o Mercado pode ser definido como um conjunto de relações entre produtores ou detentores dos bens de serviço que são produzidos visando a troca.

Quando falamos nesse conjunto de relações, é preciso entender que elas podem se dar de formas institucionalizadas ou não. Adam Smith em seu *A riqueza das nações* (1776) escolheu o mercado como o dirigente das ações dos indivíduos, assim, nessa economia de trocas, ficaria a cargo do mercado, através da – famosa – *mão invisível*, a regulação das mesmas, chegando a um resultado social ótimo, onde o Estado seria responsável por defender o funcionamento do mercado, além do direito de propriedade e a mobilidade do dinheiro entre diferentes setores.

Já David Ricardo, em *Princípios da economia política e tributação* (1817), contesta a teoria otimista de Smith, atentando para o problema do estado estacionário, que ocorreria em países como a Inglaterra (onde havia abundância de capital, mas escassez de terras férteis), quando o aumento do valor dos alimentos e o aumento da renda destinada aos proprietários de terras, levaria a um esmagamento dos lucros, ameaçando a acumulação de capital. Assim, para Ricardo, o papel do Estado deveria ser o de zelar pela livre movimentação de capitais e pela máxima extensão do mercado, um livre comércio internacional.

Karl Marx em *O Capital* (1867) faz o contraponto essencial à economia política de seus antecessores, desnaturalizando suas contribuições. Para Marx, a mercantilização e a

mercadorias são históricas e socialmente determinadas, sendo resultado de um processo histórico violento. Ainda, atenta para um aspecto crucial das economias mercantis: a crise. O Estado não tem papel, em Marx, uma vez que sua interpretação é que o mesmo é um defensor dos interesses da burguesia.

John Maynard Keynes, em *O fim do laissez-faire* (1926), afasta a ideia de que o mercado seria o melhor coordenador das ações humanas, aprofundando seu argumento em sua *Teoria Geral* (1936). Para ele, o empresário, detentor dos meios de produção, não estaria interessado na produção em si, mas apenas no seu lucro, assim, a produção seria uma forma de acumular mais e mais dinheiro. Logo, o mercado não seria um aperfeiçoador do sistema e nem visaria o “bem comum”, papéis que ficariam à cargo do Estado, que seria o responsável pela regulação permanente do mercado.

Veja também: Estado; Regulação;

Veja mais em:

Economia de mercado, site Brasil Escola (link: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/economia-mercado.htm>)

Conceito de Mercado, canal do YouTube AdmVille (link: <https://www.youtube.com/watch?v=SW9MXGcBGQE>)

O mercado mundial no pensamento de Karl Marx, de Rodrigo StraessliPinto Franklin (link: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/35943>)

Referência Bibliográfica

FERREIRA, Adriana Nunes; DE DEOS, Simone Silva. *Mercado*. Dicionário de Políticas Públicas/organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira. - 3. ed. - São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018.

MERITOCRACIA

Hoje incorporado à cultura da gestão pública, o conceito de meritocracia remete ao mérito, um sistema onde os papéis são conquistados com base na capacidade e habilidade.

Em tese, a meritocracia deveria ser ligada ao ideal de igualdade de oportunidades, onde todos sairiam do mesmo ponto, dependendo apenas de si para alcançar o objetivo, sendo vetados os privilégios advindos de parentesco, relações pessoais, ideologia ou indicação política.

Em teoria, a meritocracia está na base dos procedimentos de um Estado moderno ou de uma organização burocrática, adotando impessoalidade, racionalidade técnica e perfil profissional como critérios de seleção ou promoção. Um bom exemplo disso são os concursos públicos, além dos exames de acesso à universidade (vestibulares) e o Exame Nacional do Ensino Médio, que consideram que o desempenho obtido é por mérito pessoal.

Veja também: Burocracia; Gestão; WelfareState;

Veja mais em:

O que é meritocracia para o Google?, canal do YouTube *Endeavor Brasil* (link: <https://www.youtube.com/watch?v=slqHwqLBMsE>)

Meritocracia e sociedade brasileira, de Lívia Barbosa (link: <https://www.scielo.br/pdf/rae/v54n1/a08v54n1.pdf>)

O que é meritocracia?, site Portal Educação (link: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/o-que-e-meritocracia/30753>)

Referência Bibliográfica

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Meritocracia*. Dicionário de Políticas Públicas/organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira. - 3. ed. - São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Por volta de 1849, diante do entendimento de uma realidade conservadora, o economista e sociólogo alemão Lorenz Von Stein intercedia por uma ciência que estudasse a movimentação social, com foco no movimento operário francês e o socialismo.

Diante do acelerado processo de industrialização, o vocábulo interpretava o distanciamento e a perplexidade que as instituições públicas e alguns segmentos urbanos tinham. O termo por si só transmite um sentimento de mobilidade, mudança, e era assim encarado com perplexidade.

Constituídos por grupos de pessoas com uma causa em comum, os movimentos sociais são uma forma de organização popular para defender ou promover uma causa. Destacam-se, no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) – que luta pela reforma agrária, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) – que luta pelo direito à moradia, além do Movimento Negro – que luta contra o racismo.

Veja também: Sociedade Civil; ação coletiva;

Veja mais em:

O que são movimentos sociais?, site Politize! (link: <https://www.politize.com.br/movimentos-sociais/>)

Movimentos sociais na contemporaneidade, de Mariada Glória Gohn (link: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>)

Sociologia – Movimentos Sociais, canal do YouTube *Aulalivre – Enem 2020 e vestibulares* (link: <https://www.youtube.com/watch?v=HMnZdmEit74>)

Referência Bibliográfica

RICCI, Rudá. *Movimentos Sociais*. Dicionário de Políticas Públicas/organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira. - 3. ed. - São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018.

O

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E ORÇAMENTO PÚBLICO

O Orçamento Participativo nada mais é do que uma engenharia social e política voltada para a criação de espaços de comunicação e convívio entre os indivíduos que tiverem interesse em participar da administração pública (local ou estadual, em alguns casos), através do debate e deliberação, ajudar a decidir a prioridade do destino de verbas públicas.

O Orçamento público é a demonstração financeira dos recursos que um determinado ente público espera alcançar durante um determinado período de tempo. Advém do direito do Estado em tributar seus contribuintes, estando ligado ao gasto público, que por sua vez espelha as decisões políticas que explicam as ações governamentais para o atendimento ou não das demandas populares.

Veja também: Financiamento; Governo; Participação Política e Popular; Sociedade Civil

Veja mais em:

O que é Orçamento Participativo?, site *Café com Sociologia* (link: <https://cafecomsociologia.com/o-que-e-orcamento-participativo/>)

O orçamento público como instrumento de ação governamental: uma análise de suas redefinições no contexto da formulação de políticas públicas de infraestrutura, de Cilair Rodrigues de Abreu e Leonor Moreira Câmara (link: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v49n1/0034-7612-rap-49-01-00073.pdf>)

Referências Bibliográficas

NAVARRO, Zander. *Orçamento Participativo*. Dicionário de Políticas Públicas/organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira. - 3. ed. - São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018.

CORDEIRO, José Lucas; LEVI, Maria Luiza. *Orçamento Público*. Dicionário de Políticas Públicas/organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira. - 3. ed. - São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018.

ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGS)

Suas entidades costumam ser fundações ou associações, sem fins lucrativos, que estejam em compromisso com a consolidação dos movimentos sociais democráticos e com a construção de uma democracia participativa.

Como descrito no nome, essas organizações não fazem parte do Estado e não estão ligadas à sua administração, porém, dependem das políticas públicas e agências governamentais para conseguir seus recursos.

Fazendo parte do terceiro setor (iniciativas privadas de utilidade pública com origem na sociedade civil), em certa frequência, são confundidas com os movimentos sociais (feminista, ambientalista, negro, por reforma agrária, por moradia etc), dos quais muitas ONGs surgiram e ainda mantém relações. A maior diferença entre ambos é a estruturação formal, com recursos administrativos e funcionários, que as ONGs possuem.

No Brasil, podemos citar o exemplo da *APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais)* e a *Fundação SOS Mata Atlântica* como exemplo. À nível mundial, podemos citar a *Médicos sem Fronteiras* (organização humanitária de saúde), a *Wikimedia Foundation* (visa incentivar a produção e distribuição gratuita de conteúdo) e a *Mercy for Animals – MFA* (que visa acabar com a exploração de animais para a alimentação).

Veja também: WelfareState;

Veja mais em:

Tudo sobre Organizações Não Governamentais (ONGs), *Sebrae*(link: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-que-e-uma-organizacao-nao-governamental-ong,ba5f4e64c093d510VgnVCM1000004c00210aRCRD>)

As organizações da Sociedade Civil e as ONGs de Educação, de Anna Cynthia Oliveira e Sérgio Haddad (link: <https://www.scielo.br/pdf/cp/n112/16101.pdf>)

O Que é ONG?, canal *Elaborando Projetos – Sociais e Culturais*, do YouTube (link: <https://youtu.be/4qUpzks7x-g>)

Qual a Importância das ONGs?, canal do YouTube *Elaborando Projetos – Sociais e Culturais* (link: <https://youtu.be/INY3yzFwPT0>)

Referência Bibliográfica

MARTELLI, Carla Giani. *Organizações Não Governamentais (ONGs)*. Dicionário de Políticas Públicas/organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira. - 3. ed. - São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018.



PACTO SOCIAL

Podemos desmembrar esse conceito em dois, para um melhor entendimento:

- O Pacto Social instrumental é dado quando o acordo que firma as regras de convívio e controle das partes, pouco tendo importância a condição real ou os objetivos a longo prazo daqueles que vivem sob o contrato. Esse contrato pode ser entendido como circunstancial.
- Já no Pacto Social autêntico, ajustado na preponderância do bem comum e da igualdade substantiva (igualdade real, não apenas formal) daqueles que o contratam, incorpora grupos, classes e indivíduos, visando a rearticulação entre público e privado, Estado e sociedade.

Veja também: Esfera Pública; Estado; Lobby; Participação Política; Regulação;

Veja mais em:

Pacto social: um processo permanente de negociação; de Paulo Singer (link: <https://www.scielo.br/pdf/ln/v2n1/a22v2n1.pdf>)

Pacto social e inovação em políticas públicas; por Antônio Campos, no site *Diário de Pernambuco* (link: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/opiniao/2019/11/pacto-social-e-inovacao-em-politicas-publicas.html>)

Referência Bibliográfica

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Corporativismo*. Dicionário de Políticas Públicas/organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira. - 3. ed. - São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018.

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPP)

As PPPs são formas contratuais que contemplam a realização de investimentos e a prestação de serviços de interesse da administração pública. Esse tipo de contrato surgiu no Reino Unido, pelo início dos anos 1990 e desde então, ocorre um processo de aprendizado, havendo até a possibilidade de renegociação de contratos iniciais.

No Brasil, essas parcerias foram apresentadas em 2004 através da Lei nº. 11.079/2004, que flexibilizou a forma de contratações dispostas na Lei de Licitações (8.666/93), preservando a isonomia, a competição dos procedimentos de escolha e os pressupostos de publicidade.

A legislação de 2004 estabeleceu duas modalidades de contratos de parceria:

- Concessão patrocinada, onde o concessionário é remunerado pelo que é cobrado dos usuários, geralmente sendo utilizada nos projetos de transporte e saneamento;
- Concessão administrativa, onde é flexibilizada a contratação de serviços pela administração pública e destina-se, em suma, à própria administração pública, atendendo, por exemplo, projetos de construção e operação, tais como presídios, hospitais ou quaisquer outras edificações de uso público.

Veja também: Privatização;

Veja mais em:

Parcerias público-privadas: Conceito, princípios e situações práticas, por Bruno Sanna Camacho, no site Migalhas (link: <https://www.migalhas.com.br/depeso/62352/parcerias-publico-privadas-conceito-principios-e-situacoes-praticas>)

AGU Explica – Parceria Público-Privadas, canal do YouTube *Advocacia-Geral da União* – AGU(link <https://youtu.be/lhP9JyTUq8>)

Parcerias Público-Privadas: análise comparativa das experiências britânica e brasileira, de AlketaPeci e Filipe Sobral (link: <https://www.scielo.br/pdf/cebape/v5n2/v5n2a11.pdf>)

Referência Bibliográfica

ALTHUON, Margret; LANDI, Mônica. *Parcerias Público-Privadas (PPP)*. Dicionário de Políticas Públicas/organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira.-3. ed. - São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018.

PARTICIPAÇÃO (POPULAR E POLÍTICA)

A participação é dita como a capacidade de que tem os cidadãos, individualmente ou em coletividade, de influenciar os assuntos de interesse público.

A participação popular pode ser entendida como a participação daquele povo que tem uma relação de direitos e deveres para com um Estado, podendo ocorrer por meio de várias ferramentas, tais como: consulta pública, plebiscito, referendo, orçamento participativo, audiências públicas, assembleias, ouvidorias, conselhos políticos e conselhos representativos etc.

Para entender a participação política, vamos definir alguns tipos de participação: a assistencialista, a corporativa e a eleitoral. A participação assistencialista é de natureza solidária, onde se encaixam as práticas de auxílio recíproco, os mutirões, as ações que visem diminuir adversidades, aumentar a qualidade de vida, neutralizar conflitos, otimizar recursos ou resolver problemas. A participação corporativa é aquela onde são defendidos os interesses de determinados grupos sociais ou categorias profissionais, onde saem ganhando apenas aqueles que pertencem ao grupo, sendo o sindicalismo a sua origem. A participação eleitoral é aquela que visa a defesa de interesses particulares, porém interfere diretamente na governabilidade e tem resultados em toda a coletividade.

Assim, a participação política engloba, acrescenta e excede não apenas a participação eleitoral como também a participação corporativa. O ato de votar é tanto uma participação quanto uma defesa de interesses. É mediante a participação política que a “vontade geral” ocorre e o pacto social é celebrado, demonstrando um forte sentido cívico.

Veja também: Democracia; Estado; Orçamento (participativo e público); Sociedade Civil;

Veja mais em:

A importância da participação popular no processo de gestão pública, site *E-Gestão Pública* (link: <https://www.e-gestaopublica.com.br/a-importancia-da-participacao-popular-no-processo-de-gestao-publica/>)

Participação Popular – A construção da democracia participativa, site do *IPEA* (link: http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2493:catid=28&Itemid=23)

23 formas de exercer a cidadania além do voto, site *Politize!* (<https://www.politize.com.br/cidadania-23-formas-de-exercer/>)

Participação Política: uma revisão dos modelos de classificação, de Julian Borba (link: <https://www.scielo.br/pdf/se/v27n2/a04v27n2.pdf>)

Referências Bibliográficas

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Participação Política*. Dicionário de Políticas Públicas/organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira. - 3. ed. - São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018.

FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. *Participação Popular*. Dicionário de Políticas Públicas/organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira. - 3. ed. - São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018.

PATRIMONIALISMO

Em seu cerne, o patrimonialismo é a não distinção entre o patrimônio privado e o patrimônio público. Assim, a legitimidade do administrador está em sua tradição, logo, o preenchimento dos cargos administrativos é feito por afinidade (onde aqueles que são próximos ao gestor, como familiares e funcionários próximos, recebem um cargo) ou por confiança (onde aqueles que são de confiança de pessoas próximas também são beneficiados).

Ainda, compreende-se por patrimonialismo um dos tipos primários de dominação tradicional, o qual se desenvolveu no fundamento do poder doméstico descentralizado, mediante a cessão de terras e, ocasionalmente, de utensílios a filhos ou outros dependentes da comunidade doméstica (WEBER, 1999, p. 238).

Veja também: Administração Pública; Burocracia;

Veja mais em:

Patrimonialismo, site Brasil Escola (link: <https://brasilecola.uol.com.br/politica/patrimonialismo.htm>)

Glossário de política: patrimonialismo | Podcast #27, canal do YouTube do *Nexo Jornal* (link: <https://www.youtube.com/watch?v=SERAqSzIPzY>)

O Patrimonialismo em Faoro e Weber e a Sociologia Brasileira, de Rubens GoyatáCampante (link: <https://www.scielo.br/pdf/dados/v46n1/a05v46n1.pdf>)

A lenda do patrimonialismo brasileiro, canal d YouTube *Jones Manoel* (link:A lenda do patrimonialismo brasileiro)

Referências Bibliográficas

SACRAMETO, Ana Rita Silva; PINHO, José Antonio G. de. *Patrimonialismo*. Dicionário de Políticas Públicas/organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira. - 3. ed. - São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora UnB, 1999.

PODER

É um tema clássico, amado e odiado. Ele reprime, incomoda e prejudica, mas também acalenta, protege e beneficia. Pode ser utilizado para conversar e para revolucionar. É um fenômeno integrado à vida, podendo ser entendido como a capacidade de fazer, agir e mandar, além de, em certos casos, exercer a autoridade.

O poder do homem sobre o homem remonta à uma situação da vitória do mais forte sobre o mais fraco, do superior sobre o inferior. Já o poder político – tema central da ciência política – tem a ver com a capacidade de escolher, onde também vale a lei do mais forte.

O poder político apoia-se em um Estado para cumprir suas metas, detendo, como falava Weber, o “monopólio da coerção física legítima”, tornando-se, assim, o poder supremo ao qual os membros de uma comunidade se submetem.

É preciso ainda distinguir poder de autoridade. Nesse sentido, a autoridade seria o poder autorizado, onde o seu detentor o exerce amparado por um conjunto de normas, tornando-se um poder tutelado por algum tipo de aparato jurídico.

Veja também: Democracia; Estado;

Veja mais em:

O que é poder, de Gerard Lebrun (link: <https://dynamicon.com.br/wp-content/uploads/2017/02/O-que-é-o-Poder-de-Gerard-Lebrun.pdf>)

Poder, site *Brasil Escola* (link: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/poder.htm>)

Sociologia – O Poder da Política, canal do Youtube Stoodi (link: [Sociologia - O Poder da Política](#))

Referência Bibliográfica

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Poder*. Dicionário de Políticas Públicas/organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira. - 3. ed. - São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018.

PRIVATIZAÇÃO

Pode ser interpretada como a alienação de participação acionária, mediante a transferência do controle acionário de empresas estatais ao setor privado, por meio de oferta pública. Difere-se da desestatização no sentido de que esta contempla mais modalidades, como a concessão, permissão ou autorização de serviços públicos, além da abertura social mediante a pulverização de ações.

No Brasil, os maiores exemplos de privatização são a Vale (antiga Vale do Rio Doce), maior produtora mundial de minério de ferro (e protagonista as tragédias de Mariana e Brumadinho), A Companhia Siderúrgica Nacional – CSN e a Telebras, sendo esta a maior privatização ocorrida no Brasil, onde foram arrecadados 22 bilhões de reais através da divisão em 12 empresas, para o leilão ocorrido na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

Veja também: Regulação

Veja mais em:

Privatizar é bom ou ruim?, canal do YouTube BBC News Brasil (link: <https://www.youtube.com/watch?v=dbl0ZE7i4Co>)

Sete mitos sobre as privatizações, site Esquerda Diário (link: <https://esquerdaonline.com.br/2019/08/21/sete-mitos-sobre-privatizacoes/>)

Privatização: Uma Análise de Bem-Estar, de Ricardo A. Castro Pereira e Pedro Cavalcanti Ferreira (link: <https://www.scielo.br/pdf/ee/v48n3/0101-4161-ee-48-03-0391.pdf>)

Referência Bibliográfica

ALTHUON, Margret; LANDI, Mônica. *Estatização/Desestatização*. Dicionário de Políticas Públicas/organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira. - 3. ed. - São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018.

PROTEÇÃO SOCIAL

Sendo um conceito complicado, pode ser entendido de algumas formas. Uma delas é que a proteção social é um conjunto de programas que expandem as chances das camadas pobres de escapar da pobreza. Para isso, a Organização Internacional do Trabalho sugere um “piso social básico”, onde seriam ofertados serviços de saúde, programas de transferência de renda para crianças e famílias, benefícios assistenciais para pobres e desempregados etc.

Numa concepção mais ampla, a proteção social incluiria também serviços sociais privados, em especial aqueles que pudessem contribuir para a formação humana, tais como educação, infraestrutura sanitária e o desenvolvimento de recursos locais que impactassem a vida e o desenvolvimento humano. Indo assim desde o seguro social (previdência social), passando para a seguridade social (previdência, com pensões e auxílios individuais e familiares; saúde e assistência social), englobando também a educação (financiada publicamente), programas relativos ao trabalho (treinamentos, serviços e promoções de emprego) e habitação (subsídios e auxílios).

Veja também: Financiamento e Gasto; WelfareState;

Veja mais em:

O que é Proteção Social, canal do YouTube Prêmio Itaú-Unicef (link:<https://www.youtube.com/watch?v=w1KIk8bb-E4>)

Proteção Social Básica, site da Prefeitura de Porto Alegre (link:http://www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_secao=115)

O Sistema de Proteção Social Brasileiro, Política de Assistência Social e Atenção à Família, de Izabel Herika Gomes Matias Cronemberger e Solange Maria Teixeira (link:<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v19n2/v19n2a11.pdf>)

Referência Bibliográfica

DRAIBE, Sonia Miriam. *Proteção Social*. Dicionário de Políticas Públicas/organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira. - 3. ed. - São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018.

Q

QUALIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Adaptada do conceito de “gestão pela qualidade”, adotada pelo setor privado, a qualidade na administração pública foi incorporada ao meio público. Trata-se de um sistema de gestão que estabelece a prestação adequada de serviços e a satisfação do cidadão como seus principais objetivos.

No Brasil, tendo sua visão compartilhada por Governo Federal, Estados e municípios, segue alguns princípios, que são:

- Foco na satisfação do cidadão;
- Amplo envolvimento dos servidores;
- Gestão participativa;
- Gestão por processos;
- Valorização do servidor;
- Continuidade de propósitos dos dirigentes;
- Melhoria contínua, redução de custos e busca pela inovação;
- Esforço permanente para eliminação dos erros;

Ainda, não se pode despolitizar a discussão sobre a qualidade do serviço público, dando ênfase apenas em uma racionalidade da qualidade, deixando de lado a administração dos conflitos econômicos e sociais, visto que estes são partes fundamentais para a construção de políticas públicas.

Veja também: Administração Pública; Gestão;

Veja mais em:

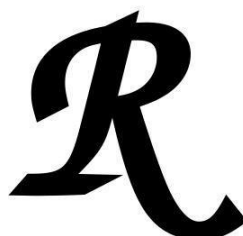
Gestão Pública no século XXI – As reformas pendentes, de Ricardo Carneiro e Telma Maria Gonçalves Menicucci (link: <http://books.scielo.org/id/895sg/pdf/noronha-9788581100159-06.pdf>)

Indicadores de qualidade no setor público, site *E-Gestão Pública* (link: <https://www.e-gestaopublica.com.br/indicadores-da-qualidade-no-setor-publico/>)

Administração Pública – Aula 07 – Qualidade na Administração Pública, canal do YouTube Agora Vai Concursos (link: [Administração Pública - Aula 07 - Qualidade na Administração Pública](#))

Referência Bibliográfica

FORGHIERI, Cláudio Cintrão. *Qualidade na Administração Pública*. Dicionário de Políticas Públicas/organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira. - 3. ed. - São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018.

**REAL POLITIK**

Trata-se da política baseada apenas em resultados, não em princípios. Uma política de adaptação às coisas conforme necessário.

Portanto, tem-se uma visão voltada para o pragmatismo das coisas, sem sentido definido e sem respeito às questões éticas.

Na diplomacia, é comumente associada à busca incessante, embora realista, de um interesse nacional.

Veja também: Democracia; Estado; Governo; Poder;

Veja mais em:

Principismo e realpolitik – duas visões da política, site Jornal GGN (link: <https://jornalggn.com.br/crise/principismo-e-realpolitik-duas-visoes-da-politica-por-motta-araujo/>)

La real politik española, por Kike Borba no site infobae (link: <https://www.infobae.com/america/opinion/2020/05/22/la-realpolitik-espanola/>)

Referência Bibliográfica

REALPOLITIK. EncyclopediBrittanica, 2017. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/realpolitik>. Acesso em: 25 de maio de 2021.

REGULAÇÃO/AGÊNCIAS REGULADORAS

Em termos amplos, a regulação diz respeito ao domínio governamental do comportamento de pessoas, entidades e até mesmo níveis governamentais. Também pode-se falar que a regulação visa a constituição de situações para o funcionamento eficiente dos mercados.

Todos os governos regulam, o que difere são duas estruturas e culturas de regulação. Assim, a regulação pode ser utilizada para controlar a entrada em um dado mercado; para estabelecer os preços cobrados aos usuários (no caso de serviços de infraestrutura ditos como monopólios naturais, como a energia elétrica); para limitar práticas competitivas, através das leis de defesa de concorrência; quanto para melhorar a qualidade de certos trabalhos ou produtos.

No Brasil, tendo as primeiras agências reguladoras sido criadas no período de 1995-1998, o avanço da reforma regulatória salta aos olhos a partir de 1997, quando as agências começam a aparecer em nível estadual e municipal.

Veja também: Estado; Mercado;

Veja mais em:

Agência reguladoras e o seu papel no Brasil, site *Âmbito Jurídico* (link: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-administrativo/agencias-reguladoras-e-o-seu-papel-no-brasil/>)

AGU Explica – Agências Reguladoras, canal do YouTube *Advocacia-Geral da União – AGU* (link:<https://www.youtube.com/watch?v=lgJ4H6aEBTs>)

O papel e o funcionamento das Agências Reguladoras no contexto do Estado brasileiro – Problemas e Soluções, de Alvaro Augusto Pereira Mesquita (link: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/42/166/ril_v42_n166_p23.pdf)

Agências Reguladoras e o Estado no Brasil: reformas e reestruturação neoliberal nos anos 90, de Ádima Domingues da Rosa (link: https://www.marilia.unesp.br/Home/PosGraduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/rosa_ad_ms_mar.pdf)

Referência Bibliográfica

PECI, Alketa. *Regulação/Agências Reguladoras*. Dicionário de Políticas Públicas/organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira. - 3. ed. - São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018.



SISTEMA POLÍTICO

Há três entendimentos sobre a concepção de sistema político:

1. Aquele que se refere o sistema de governo e suas mais importantes variações: presidencialismo e parlamentarismo. Igualmente, é utilizado para dar nome a tipos de regimes políticos: totalitarismo, autoritarismo, democracia, além de suas variantes. Ainda, pode-se falar em sistemas políticos *capitalistas*, tão como em sistemas políticos *socialistas* (ou *comunistas*), onde se mistura economia com política e ideologia.
2. Aquele que se refere ao conjunto de instituições governamentais, valores políticos, grupos de interesse e suas associações.
3. Ainda, aquele que diz que o conceito de sistema político é mais acurado do que *Estado*, para descrever a instituição que relaciona o *poder* e a *tomada de decisão* para uma comunidade.

Veja também: Estado; Governo;

Veja mais em:

Como funciona o sistema político brasileiro?, site Mundo Educação (link: <https://mundoeducacao.uol.com.br/politica/como-funciona-sistema-politico-brasileiro.htm>)

Entenda o sistema político no Brasil – OS 3 PODERES – de um jeito SIMPLES, canal do YouTube Nostalgia (link: <https://www.youtube.com/watch?v=90N6xRU58Vo>)

O sistema político brasileiro falhou e precisa ser reinventado, de Antônio Augusto De Queiroz no site Congresso em Foco (<https://congressoemfoco.uol.com.br/opiniaocolumnas/o-sistema-politico-brasileiro-falhou-e-precisa-ser-reinventado/>)

Referência Bibliográfica

CODATO, Adriano. *Sistema Político*. Dicionário de Políticas Públicas/organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira. - 3. ed. - São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018.

SISTEMAS DE GOVERNO

O verbete diz respeito aos diversos arranjos de órgãos de governo destinados a efetivar a responsabilidade dos governantes perante o eleitorado e representantes, nos regimes democrático-representativos.

Assim, podem-se destacar, nas democracias atuais, três sistemas de governo: presidencialismo, parlamentarismo e sistemas mistos.

O presidencialismo está em vigor especialmente nos Estados Unidos da América, América Latina e em alguns países asiáticos e africanos e nele, o chefe do Poder Executivo é eleito por voto, não dependendo da confiança parlamentar, mesmo que o funcionamento do governo dependa de apoio do Legislativo. Há casos onde existe bipartidarismo (EUA) e multipartidarismo (Brasil). No bipartidarismo americano, geralmente o presidente tem maioria parlamentar, o que lhe facilita o governo. Já no multipartidarismo brasileiro, com a finalidade de obter apoio para o governo, é normal ocorrerem alianças, o que caracteriza o "presidencialismo de coalizão", onde há múltiplos interesses e partidos no governo.

No parlamentarismo, que funciona principalmente na Grã-Bretanha (Inglaterra, Escócia e País de Gales) e suas ex-colônias, o representante do executivo, chamado de primeiro-ministro (ou *premier*), vem da maioria parlamentar. Em geral, o bipartidarismo e a disciplina partidária geralmente dão apoio parlamentar ao representante do parlamento. No

exemplo citado, o monarca acaba tendo funções mais simbólicas, enquanto o *premierata* como chefe político.

Nos regimes mistos, ou sistema semipresidencial, há tanto um presidente quanto um primeiro ministro. Ambos compartilham competências significativas, onde o presidente não é apenas um chefe de estado, mas também um governante, enquanto o primeiro-ministro responde ao parlamento e comanda o cotidiano do governo, tocando a máquina administrativa e, sobretudo, a política interna.

Veja também: Estado; Governo; Sistema Político;

Veja mais em:

Sistemas de governo, site *Politize!* (link: <https://www.politize.com.br/trilhas/sistemas-de-governo/>)

Presidencialismo, parlamentarismo e etc | Nerdologia, canal do YouTube *Nerdologia* (link: <https://www.youtube.com/watch?v=TADF7PiWwE>)

Referência Bibliográfica

CINTRA, Antonio Octávio. *Sistemas de Governo*. Dicionário de Políticas Públicas/organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira. - 3. ed. - São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018.

SOCIEDADE CIVIL

Levando em conta o ponto de vista histórico, a ideia de sociedade civil refere-se a um numeroso grupo de escolas e tradições de pensamento, tais como:

- Jusnaturalismo, com Thomas Hobbes, onde era sinônimo de Estado;
- Pensadores relacionados à economia política, como Adam Smith, viam como sinônimo de sociedade burguesa ou sociedade capitalista;

- Liberais, como John Locke, associavam o conceito à propriedade privada capitalista, à medida que Immanuel Kant relacionava-o à moral da liberdade; G. F. Hegel, por sua vez, dizia que a sociedade civil era construída pelas organizações, coletividades e corporações que intermediavam as relações entre povo e Estado;
- Para Karl Marx, tratava-se do local de luta entre burguesia e proletariado, além dos embates de classes em geral;
- Para Antonio Gramsci, o conceito pode ser entendido como o terreno onde pode ser realizada a hegemonia política e cultural de um certo grupo social sobre toda a sociedade, visto que ele entendia o Estado como a soma da sociedade política com a sociedade civil;

Assim, por fim, baseando-nos nos conceitos acima, podemos entender a sociedade civil como um agrupamento de organizações que atuam como mecanismos de articulação de uma sociedade.

Veja também: Democracia; Estado; Hegemonia;

Veja mais em:

Sociedade civil, de Virgínia Fontes (link: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/socciv.html>)

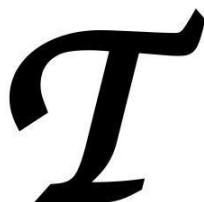
Dicionário Político – Sociedade Civil, canal do YouTube *Vestibular em cena* (link: <https://www.youtube.com/watch?v=ihg5Edo3VW0>)

Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política, de Leonardo Avritzer (link: <https://www.scielo.br/pdf/op/v18n2/a06v18n2.pdf>)

Mapa das Organizações da Sociedade Civil, site do IPEA (link: <https://mapaosc.ipea.gov.br>)

Referência Bibliográfica

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Sociedade Civil*. Dicionário de Políticas Públicas/organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira. - 3. ed. - São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018.



TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA

Trata-se de uma divisão da teoria econômica onde os conceitos de uma economia de mercado (onde os agentes econômicos agem livremente) são utilizados na política e nos serviços públicos. Assim, a teoria usa esses conceitos para identificar problemas em decisões coletivas e sugerir soluções ou correções.

Assim, o impasse entre uma democracia (e toda sua burocracia) e o conceito de eficiência são resolvidos por essa teoria, que atua na defesa de um Estado liberal que seja capaz de facilitar o funcionamento do livre mercado, intervindo o mínimo possível, pois acha-se que os mercados que tenham livre concorrência incentivam a eficiência econômica e fomentariam a própria democracia.

O livre mercado é visto como a contraposição inevitável à força coercitiva institucionalizada do Estado, pois ele poderia garantir o livre exercício de liberdade do indivíduo.

Veja mais em: Decisão;

Veja também:

A Teoria da Escolha Pública (publicchoice): uma abordagem neoliberal?, de Paulo Trigo Pereira (link: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1221841484T5sAW2pw7Dh10FX8.pdf>)

O que é Escolha Pública? – Uma introdução (#1), canal do YouTube *Economista do Bem* (link: https://www.youtube.com/watch?v=5f5QFck_fCE)

Teoria da Escolha Pública – uma introdução crítica, de Rodolpho Talaisys Bernabel (link: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-23112009-124613/publico/RODOLPHO_TALAISYS_BERNABEL.pdf)

Referência Bibliográfica

SILVEIRA, José Maria F. J. da; BARROS, Paulo Berti de Azevedo. *Ação Coletiva*. Dicionário de Políticas Públicas/organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira. - 3. ed. - São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018.

BORGES, André. *Democracia vs. Eficiência: a Teoria da Escolha Pública*. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, nº 53, p. 159-179, 2001.



WELFARE STATE

Também conhecido como *Estado de Bem-Estar Social* é uma configuração do Estado capitalista pós-Segunda Guerra. Nele, além de haverem limites para os efeitos socialmente diferenciadores do mercado, havia proteções dos riscos sociais iminentes, além da possibilidade de concretização dos direitos sociais, através do sistema de proteção social, que é a essência desse modelo de Estado.

O assegurar de direitos àqueles que perderam a renda do trabalho (seguro-desemprego, seguro-saúde, indenizações por acidente de trabalho, aposentadoria, pensões) juntamente com a disponibilização de bens e serviços sociais (alimentação, habitação, assistência à saúde, educação, transporte) faz com que o WelfareState garanta o direito às condições básicas de vida, tirando força do mercado.

Previamente à essa configuração, já haviam programas e políticas sociais. A novidade agora é que há uma maneira consolidada de reduzir as desigualdades sociais produzidas pelo mercado, através de um sistema de direitos e políticas sociais implementadas pelo próprio Estado, caracterizando uma espécie de regulação social do capitalismo.

Veja também: Direitos (civis, humanos, políticos, sociais); Estado; Proteção Social;

Veja mais em:

Estado de Bem-Estar Social, site *Toda Matéria* (link: <https://www.todamateria.com.br/estado-de-bem-estar-social/>)

Crise: Coronavírus e o Futuro do WelfareState com CeliaKerstenetzky, canal do YouTube *Canal IE – Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro* (link: <https://www.youtube.com/watch?v=FUIH1KI6Bbc>)

Conflito social e WelfareState: Estado e desenvolvimento social no Brasil, de Fábio Guedes Gomes (link: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v40n2/v40n2a03.pdf>)

Europa – Aula 03 (WelfareState) – ENEM, canal do YouTube *Professor Baglini*(link: [Europa- Aula 03 \(WelfareState\) - ENEM](#))

Referência Bibliográfica

DRAIBE, Sonia Miriam. *WelfareState*. Dicionário de Políticas Públicas/organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira. - 3. ed. - São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação dedicou-se a evidenciar a inter-relação entre Ciência Política e Políticas Públicas e Gestão Educacional, área de concentração do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional-PPPG, da Universidade Federal de Santa Maria, salientando a necessidade da compreensão, ainda que introdutória de alguns conceitos de CP, com especial destaque aos basilares e estruturantes: Estado e suas derivações, bem como sociedade civil e suas derivações.

A questão central que orientou este estudo diz respeito ao entendimento/premissa que o adequado entendimento dos conteúdos ministrados nos dois cursos do PPPG pressupõe a apropriação de conceitos e categorias oriundas da Ciência Política, categorias estas que, não são do conhecimento de grande parte dos(as) pós-graduandos, na sua maioria, egressos(as) do curso de graduação de Pedagogia, de sorte a não terem sido expostos(as) a essas questões na sua formação inicial.

A observação direta participante, ferramenta importante durante a investigação, apontou desde o início do curso, o que alguns autores asseveram, que nos estudos sobre Políticas Públicas identifica-se pouco rigor conceitual no trato das questões que envolvem a análise das mesmas.

Essa situação é agravada quando de estudos denominados fronteirços como é o caso da educação (SILVA; JACOMINI, 2019).

Feitos esses apontamentos, os principais resultados encontrados, agregados em torno das questões traçadas, das técnicas de investigação adotadas, do campo teórico mobilizado e dos objetivos propostos, são apresentados de acordo com os capítulos desta dissertação.

No primeiro capítulo apresentamos nosso memorial escolar com o propósito de apresentar a(o) leitor(a) elementos para a compreensão de nossas escolhas, o que se faz importante quando falamos de pesquisa aplicada/implicada.

O segundo capítulo, que foi elaborado com base na pesquisa documental e bibliográfica, inicia apresentando uma sistematização realizada no mês de fevereiro de 2020, para a qualificação, constituindo-se em uma busca bibliométrica descritiva com base nos descritores: Ensino de Ciência Política; Educação e Ciência Política;

Ciência Política e Educação; Ciência Política e Teoria; Manual de Ciência Política; Guia de Ciência Política; Glossário de Ciência Política.

A base de dados utilizada foi *Scielo*, Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPEs, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD e Periódicos Capes. O resultado foi muito próximo ao que nossa vivência como docente de Ciências Sociais demonstra e o que a bibliografia utilizada nesta investigação corrobora, qual seja, o frágil diálogo entre Educação e Ciência Política.

Na sequência sistematizamos conceitualmente o campo da Ciência Política, bem como sua relação com as Políticas Públicas apresentando as diferentes teorias que explicam a emergência do fenômeno das Políticas Públicas, das Políticas Sociais e das políticas educacionais.

No terceiro capítulo, a partir da pesquisa documental, da observação direta participante com registro em diário de campo, bem como com a sistematização de questionários enviados através do *Google forms* à docentes e discentes do PPPG, fizemos a descrição e análise do Programa de Pós- Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional da UFSM, enfatizando a sua relação com o campo de conhecimento da Ciência Política, que foi nosso objeto de investigação.

A análise documental dos PPC's dos cursos do PPPG corroboram nossas observações, que não tratam explicitamente de temáticas da Ciência Política. Nenhuma das disciplinas em suas unidades traz conceitos de Ciência Política ou mesmo de uma discussão teórica instrumental sobre Estado, Políticas Públicas ou Políticas Sociais.

Da mesma forma não encontramos nas bibliografias - obrigatórias ou complementares-, indicações de leituras sobre os referidos temas, nem obras específicas, nem obras de apoio, aqui consideradas dicionários, glossários, manuais, etc.

A observação direta participante corrobora essa assertiva derivada da pesquisa documental, de sorte que os conceitos antes indicados quando aparecem são naturalizados, não sendo enfrentados teoricamente na sua complexidade.

Ao longo deste estudo foi possível confirmar os pressupostos analisados empírica e teoricamente acerca do distanciamento entre Ciência Política e Educação, o que pode decorrer da pendularidade da oferta das Ciências Sociais na Educação Básica (obrigatória em 2007 e facultativa pós 2017) o que impacta a

graduação/pós-graduação, provocando um distanciamento do campo das temáticas educacionais.

Destacamos ainda que a Ciência Política não aparece como disciplina nos cursos de licenciatura e tão pouco no PPPG, não aparecendo nem mesmo como conteúdo ou bibliografia.

Na busca do enfrentamento às questões antes suscitadas e com base nos elementos empíricos descritos, no capítulo cinco apresentamos o *Glossário de Ciência Política*, como produto final elaborado a partir do diagnóstico referido, de sorte que o mesmo pode constituir-se como material de apoio para potencializar a compreensão de conceitos e categorias presentes nas discussões, debates e leituras presentes no PPPG.

O material foi organizado com a seleção de 50 conceitos retirados da literatura especializada, apresentando outras fontes de consulta e aprofundamento. Seu propósito é difundir conhecimentos sobre a Ciência Política que possam auxiliar discentes e docentes do Programa de Pós- Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional – PPPG da UFSM na efetiva compreensão dos debates que são específicos da Educação, mas que possuem uma importante interface com a Ciência Política.

Acreditamos ser de suma importância o efetivo conhecimento de conceitos da Ciência Política, para além do acompanhamento e compreensão de debates no interior dos cursos do PPPG.

É importante aos gestores educacionais, perfil preponderante no Programa, deterem esse conhecimento para a adequada tomada de decisões administrativas/pedagógicas nas organizações onde atuam, uma vez que a política afeta diretamente a dinâmica das organizações e, por essa razão, é fundamental que os mesmos conheçam, ainda que parcialmente, esse universo para o bom exercício de suas funções.

Destacamos ainda que a dimensão política tem autonomia tendo uma importância expressiva na vida de cada um(a) de nós, sendo pois imprescindível que saibamos, de modo rigoroso, como ocorre o funcionamento dessa esfera, especialmente por atuarmos no espaço escolar, o que demanda uma efetiva aproximação entre Educação e Ciência Política naquilo que a literatura internacional denomina de *Educação Política* ou também *Alfabetização Política*.

Considerando que toda investigação/conhecimento está em permanente processo de transformação, podemos asseverar que os resultados obtidos neste estudo refletem a forma como o desenho teórico-metodológico foi traçado, bem como os dados foram coletados, de tal sorte que em estudos futuros é recomendável avaliar-se a utilização do produto apresentado.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA - ABCP. 2021. Disponível em: <<https://cienciapolitica.org.br/web/>>. Acesso em: 26 ago. 2021.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. Usos e abusos dos estudos de caso. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 129, p. 637-651, set./dez. 2006. São Paulo. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/BdSdmX3TsKKF3Q3X8Xf3SZw/?format=pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2021.

AMORIM NETO, O.; SANTOS, F. La ciencia política en Brasil: el desafío de la expansión. **Revista de Ciência Política**, Santiago, v. 25, n. 1, p. 101-110, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.4067/s0718-090x2005000100007>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

ARAÚJO FILHO, T. P. **Burocratas do nível de rua: uma análise interacionista sobre a atuação dos burocratas na linha de frente do Estado**. X Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales. Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2013.

ARAÚJO, L.; RODRIGUES, M. de L. Modelos de análise das políticas públicas. **Sociologia, Problemas e Práticas** [Online]. V. 83, p. 11-35, 2017. Disponível: <<http://journals.openedition.org/spp/2662>>. Acesso em: 06 nov. 2021.

BARBERIA, L. G. et al. Novas experiências com o ensino de métodos em Ciência Política. In: ENCONTRO DA ABCP-AT ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 9, 2014, Brasília. Anais [...]. Brasília: [s.n.], 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.17951/al.2014.1.0.155>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BOBBIO, N. **Dicionário de Política**. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et al; Coord. Trad. João Ferreira; Rev. Geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. V. 1 e 2. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOBBIO, N.; BOVERO, M. **Sociedade e estado na filosofia política moderna**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOBBIO, N. **A Teoria das formas de governo**. Brasília: Ed. UNB, 1982.

_____. **O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do Jogo**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1986.

_____. **Estado, Governo e Sociedade: para uma teoria geral da política**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. et al. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1992. 2 volumes.

_____. **Liberalismo e Democracia**. 3. ed. Brasília: UNB, 1990.

BODART, C. das N.; LOPES, G. M. A Ciência Política nas Propostas Curriculares Estaduais de Sociologia para o Ensino Médio. In: CADERNOS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Vol. 1, n.1, jan./jun. 2017. Rio de Janeiro: _____ 2017. Disponível em: <https://abecs.com.br/revista/index.php/cabecs/article/view/36> . Acesso em: 12 abril 2018.

BRASIL, F. G.; CAPELLA, A. C. N. Os estudos das políticas públicas no Brasil: passado, presente e caminhos futuros da pesquisa sobre análise de políticas. **Revista Política Hoje**.V. 25, n. 1, p. 71-90, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 ago. 2021.

_____. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **DOU**. Brasília, 1996.

_____. LEI Nº 11.684, DE 2 DE JUNHO DE 2008. - inclui a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. **DOU**. Brasília, 2008.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11684.htm>. Acesso em 23 jul. 2020.

_____. LEI Nº 6.888, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1980. Dispõe sobre o exercício da profissão de Sociólogo e dá outras providências. **DOU**. Brasília, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/l6888.htm>. Acesso em 12 jul. 2020.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio**. Brasília, 1999. 394 p.

_____. Resolução CNE/CES N. 17, de 13 de março de 2002. Estabelece cadastro nacional de cursos e instituições de educação superior: Cadastro E-MEC (2019). **DOU**. Brasília, 2002. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 30 jul. 2021.

_____. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **PCNs+ Ensino Médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, 2002. 144p.

CASTRO, J. A. de. Política social, distribuição de renda e crescimento. In: FONSECA, A. FAGNANI, E. (Orgs.). **POLÍTICAS SOCIAIS, DESENVOLVIMENTO E CIDADANIA**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

CASTRO, J. A. de; OLIVEIRA, M. G. de. Políticas públicas e desenvolvimento. IN: MADEIRA, L. M. (Org.). **AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006. 144 p.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES. **Documento de Área: área 39: Ciência Política e Relações Internacionais**. Brasília: CAPES, 2019.

COELHO, G. B. **Os Programas de Pós-Graduação Interdisciplinares no Brasil: um Debate Sociológico**. Curitiba: Appris Editora, 2020.

DAGNINO, R.; CAVALCANTI, P. A.; COSTA G. (Orgs). **Gestão Estratégica Pública**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016. 496 p.

DAHL, R. **A moderna análise política**. São Paulo: Lidador, 1970.

DALLARI, D. de A. **O que é participação política**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DEMO, P. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas: Autores Associados, 1995.

DEMO, P. **Desenvolvimento e política social no Brasil**. Brasília: Tempo Brasileiro. 1978.

DRAIBE, S. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. **Tempo Social** [online]. V. 15, n. 2, p. 63-101, 2013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-20702003000200004>> . Acesso em: 31 ago. 2020.

_____. **As políticas sociais brasileiras: diagnóstico e perspectivas**. In: IPEA/IPLAN. Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas. Brasília: IPEA/IPLAN. 1989.

_____. (1989). O Welfare State no Brasil: características e perspectivas. **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo, ANPOCS/Vértice, p. 13-61. 1989.

ECO, U. **Como se faz uma tese**. Tradução. Gilson Cesar Cardoso de Souza. Estudos 85, 21 ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

FALEIROS, V. de P. **A política social do Estado capitalista: as funções da previdência e da assistência sociais**. São Paulo: Cortez, 1980.

FLEURY, S. **Estados sem cidadãos: a seguridade social na América Latina**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

FORJAZ, M. C. S. **A emergência da ciência política no Brasil: aspectos institucionais**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. V. 12, n. 35, p. 1-22, 1997.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 129 p.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 18 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 129 p.

FREY, K. (2009). Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**. V. 21. Disponível em: <www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89>. Acesso em: 30 jul. 2021.

FRIGOTTO, G. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Ideação**, [S. l.]. V. 10, n. 1, p. 41–62, 2010. DOI: 10.48075/ri.v10i1.4143. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4143>>. Acesso em: 14 nov. 2020.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

_____. **Questões epistemológicas**. Rio de Janeiro: Imago, 1981.

GAPI-UNICAMP. **Metodologia de análise de políticas públicas**. Disponível em: <www.campus-oei.org, 2002>. Acesso em: 17 jun. 2020.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008, 201 p.

GIDDENS, A. **O Estado-nação e a violência**. São Paulo: Edusp, 2005.

GOMES, L. S. **Dicionário Econômico e Financeiro**. Rio de Janeiro: Ed. Borsai, 1989, 178 p. Disponível em: <<https://cienciapolitica.org.br/web/index.php/system/files/documentos/eventos/2017/03/trabalhando-ciencia-politica-sala-aula-recursos-didaticos-e.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2020.

KANTOR, I; MACIEL, D.; SIMÕES, J. A escola livre de sociologia e política: anos de formação 1933-1953 - Depoimentos. [S.l: s.n.], 2001. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/001261345>>. Acesso em dez. 2020.

KEINERT, F. C.; SILVA, D. P. (2010, junho). A gênese da ciência política brasileira. **Tempo Social**. V. 22, n. 1, p. 79-98. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/S0103-20702010000100005>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

LAMBA, J.; SILVESTRE, H.; CORREIA, A. As teorias do processo político na avaliação das políticas públicas brasileiras: aplicações e agenda de pesquisa. **BIB.** N. 88, p. 1-31, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.17666/bib8804/2019>>. Acesso em: 18 dez. 2020.

LAMOUNIER, B. (1982). **A ciência política nos anos 80**. Brasília: Editora UnB.

LEITE, F.; CODATO, A. Autonomização e institucionalização da ciência política brasileira: o papel do sistema Qualis-Capes. **Revista de Discentes de Ciência Política** [S.l.]. V. 1, n. 1, 2013. DOI: 10.31990/10.31990/agenda.ano.volume.numero. Disponível em: <<https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/10>>. Acesso em: 28 dez. 2020.

LEO MAAR, W. **O que é política**. 20. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LESSA, R. **O campo da ciência política no Brasil: uma aproximação construtivista**. Revista Estudos Hum(e)anos. V. 2, p.3-31, 2011.

LESSA, R. O campo da Ciência Política no Brasil: uma aproximação construtivista. **Revista Estudos Hum(e)anos**, [s. l.], n. 2, p. 3-31, 2011/01. Disponível em: <<http://revista.estudoshumeanos.com/wp-content/uploads/2011/01/23-31.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2021.

LIMA, L. L.; D'ASCENZI, L. Implementação de políticas públicas: perspectivas analíticas. **Revista de Sociologia e Política**. V. 21, n. 48, p. 101-110, 2013. <<https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000400006>>. Acesso em: 20 dez. 2020

LIPSKY, M.. 2010. **Burocracia de nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos**. Brasília: ENAP, 2019. Tradução de Arthur Eduardo Moura da Cunha.

MAGALHÃES, A. S. Para além dos conceitos: pensando práticas e métodos de ensino de Ciência Política no Ensino Médio. In: 8º ENCONTRO DA ABCP, 1 a 4/08/2012, Gramado, RS. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/web/system/files/documentos/eventos/2017/02/pa-ra-alem-dos-conceitos-pensando-praticas-e-metodos-ensino_0.pdf>. Acesso em: 12 de set. 2021

MAGALHÃES, J. A. F. de. **Ciência Política**. Brasília: Vestcon, 2001.

MARENCO, A. (2016). Cinco décadas de ciência política no Brasil: institucionalização e pluralismo. In: AVRITZER, L., MILANI, C., BRAGA, M. do S. (Orgs.). **A CIÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL, 1960-2015**. P. 163-187. Rio de Janeiro: Editora FGV.

MARQUES, E.; SOUZA, C. Políticas públicas no Brasil: avanços recentes e agenda para o futuro. In: AVRITZER, L.; MILANI, C.; BRAGA, M. S. (Orgs.). A CIÊNCIA POLÍTICA NO BRASIL: 1960–2015. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016. p. 321-345.

MELO, M. A. Estado, governo e políticas públicas. In: MICELI, S. O QUE LER NA CIÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA (1970– 1995). São Paulo: Anpocs; Brasília, DF: Capes, 1999. (Ciência Política, 3).

MOLIN, Naiara; CIGALES, Marcelo. Trabalhando a ciência política em sala de aula: recursos didáticos e metodológicos. In: ENCONTRO DA ABCP-AT ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 9., 2014, Brasília. Anais [...] [s.n.], 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.4025/imagenseduc.v5i3.26492>>. Acesso em: 12 jun. 2021.

MORAES, L. F. et al. Os cursos de bacharelado em ciência política no Brasil: refletindo sobre a questão da docência. In: ENCONTRO DA ABCP - AT ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 9, 2014, Brasília. Anais [...] [s. n.], 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.33167/2184-2078.rpcp2018.9/pp.111-137>>. Acesso em: 12 jun. 2021.

MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M. B. Estado do Conhecimento. Educação Por Escrito. V. 5, n. 2, p. 154-164, jul.-dez. 2014. Porto Alegre: EDIPUCRS. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/porescrito/article/view/18875/12399>>. Acesso em: 12 jun. 2021.

NASCIMENTO, E.; SANTANA, L. Com que teoria? Aprendendo e ensinando sobre ontologia e epistemologia no estudo da Ciência Política. In: ENCONTRO DA ABCP - AT ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 8., 2012, Gramado. Anais [...]. Gramado: [s. n.], 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.7476/9788575415092.0006>>. Acesso em: 12 jun. 2021.

NOGUEIRA, M. A.; DI GIOVANNI, Geraldo. Dicionário de Políticas Públicas. (Orgs.) DI GIOVANNI, G., NOGUEIRA, M. A. 3 ed. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018, 1072 p.

PEREIRA, J. M. Ciência política no ensino médio: reconhecimento, diálogos e itinerários da institucionalização de uma área. **Em Debate**. Florianópolis, n. 13, p. 75-95, ago. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/view/1980-3532.2015n13p75>>. Acesso em: 28 jun. 2020.

PEREIRA, J. M. Ciência Política no Ensino Médio: reconhecimento, diálogos e itinerários da institucionalização de uma área. **Revista Em Debate (UFSC)**, Florianópolis. V. 13, p. 75-95, 2015. ISSN 1980-3532. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emdebate/article/view/1980-3532.2015n13p75/32240>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

PEREZ, J. R. R. Por que pesquisar a implementação de políticas educacionais atualmente?. **Educação & Sociedade**. V. 31, n. 113, p. 1.179-1.193, 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-7330201000040000>>. Acesso em 30 nov. 2020.

POLANYI, K. **A grande Transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro, Campus, 1980.

POLÍTICAS PÚBLICAS: conceitos e práticas. LOPES, B. (Super.). AMARAL, Jefferson Ney (Supervisão). CALDAS; R. W.. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

POWACZUK, A. C. H.; POSSA, L. B. (Orgs). **Pesquisa Aplicada e Implicada: políticas e gestão da Educação Básica e Superior**. Série I, V. 2 . São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. 489 p.

REIS, E. P. Política e políticas públicas. In: REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS. V. 12, n. 35, p. 7-28, out., 1987.

_____. Política e políticas públicas na Transição Democrática. In: MOURA, A. S. (Org.) O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA. São Paulo: Vértice, 1989.

ROMAGNOLI, R. C. O conceito de implicação e a pesquisa-intervenção institucionalista. *Psicologia & Sociedade*. 2014. V. 26, n. 1. p. 44-52. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100006>>. Acesso em: 19 jun. 2021.

RUA, M. das G. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. 2009. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/o/1635738>>. Acesso em: 19 jun. 2021.

RUA, M. das G.; ROMANINI, R. Para aprender políticas públicas. Brasília: IGEPP, 2013. Disponível em: <igepp.com.br/uploads/ebook/para_aprender_politicas_publicas_-_unidade_04.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2021.

SANSONE, L.; FURTADO, C. A. Dicionário Crítico das Ciências Sociais dos Países de Fala Oficial Portuguesa SANSONE, L. (Org.). 1 ed. Salvador: EDUFBA, 2014. 494 p.

SANTOS, W. G. (1967). A imaginação político-social brasileira. *Dados*, (2-3), 182-193.

SILVA, M. O. da S. Origem e desenvolvimento do Welfare State. *Revista Políticas Públicas*. UFMA. V. 1, n. 1 (1995).

SOUZA, C. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. *Caderno CRH*. V.16, n. 39, p. 11-24, 2003. Disponível: <<http://dx.doi.org/10.9771/ccrh.v16i39.18743>>. Acesso em: 20 set. 2020.

SILVA, A. A.; JACOMINI, M. A. Pesquisa em Políticas Educacionais: escolhas temáticas e fontes em debate (2000-2010) In REVISTA DE ESTUDIOS TEÓRICOS Y EPISTEMOLÓGICOS EN POLÍTICA EDUCATIVA. V. 4, p. 1-17, 2019.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*. V. 8, n. 16, a. 03, p. 1-45, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 15 out. 2020.

TREVISAN, A. P.; VAN BELLEN, H. M. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública - RAP**. Rio de Janeiro, V. 42, n. 3, p. 529-50, maio/jun. 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/bCWckwnwwrvF8Pb9kDtjDgy/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 23 out. 2020.

TRINDADE, H. Ciências Sociais no Brasil em perspectiva: fundação, consolidação e expansão. In: TRINDADE, H. (Org.). **AS CIÊNCIAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA EM PERSPECTIVA COMPARADA: 1930-2005**. P.71-170, 2007. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

TRIVIÑOS, A. N. S. Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. In: _____. **INTRODUÇÃO À PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. p. 30-79.

_____. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: MP, 2002.

TUDE, J. M. Conceitos gerais sobre políticas públicas. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/>>. Acesso em: 17 nov. 2020.

UECKER, T.; POSSA, L. B. **Cirandando pelos pareceres pedagógicos na educação infantil: a produção da infância e da criança**. Ijuí: Net. Copy, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO EDUCACIONAL**, 2015, UFSM. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/cursos/pos-graduacao/santa-maria/pppg/>>. Acesso em: 20 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**, 2014, UFSM. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/cursos/pos-graduacao/santa-maria/pppg/>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

VEIGA-NETO, A. **Foucault e Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016

VIANNA, A. L. Abordagens metodológicas em políticas públicas. *Revista de Administração Pública*. V. 30, n. 2, p. 5-46, 1996. Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/issue/view/854>>. Acesso em: 23 jun.2021.

WEBER, M. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo, Cultrix, 1985.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 QUESTIONÁRIO DOCENTE

16/11/2021 18:08

CONTRIBUIÇÕES DA CIÊNCIA POLÍTICA PARA O PPPG-UFSM (DOCENTES DO CEGE e PPPG)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para ser participante da Pesquisa intitulada "CONTRIBUIÇÕES DA CIÊNCIA POLÍTICA PARA O PPPG-UFSM" de responsabilidade da pesquisadora Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad (matrícula nº 201970183).

Leia cuidadosamente, caso se sinta esclarecido (a) sobre as informações que estão neste Termo e aceite fazer parte do estudo, peça que registre sua concordância respondendo as questões que seguem.

1. O trabalho tem por objetivo geral evidenciar a inter-relação entre Ciência Política e Políticas Públicas Educacionais, com base em seus conceitos introdutórios de sorte a perceber a Ciência Política como uma chave de leitura para as Políticas Públicas Educacionais e Gestão.
2. A participação nesta pesquisa consistirá em responder as questões que seguem, sendo uma das questões de resposta não obrigatória. O prazo estimado para resposta do questionário é 10 min.
3. Os benefícios com a participação nesta pesquisa dizem respeito ao fato que suas informações podem potencializar a disponibilização de materiais de apoio e/ou recursos na área de Ciência Política e/ou Teoria Geral do Estado, aplicados à educação, mais especificamente ao tema de Políticas Públicas e Gestão Educacional.
4. O nome dos participantes será mantido em sigilo, assegurando assim a sua privacidade, e se desejarem terão livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo.
5. Os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e os resultados poderão ser publicados.

Qualquer dúvida, peça a gentileza de entrar em contato com Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad, pesquisadora responsável pela pesquisa, telefone: 51-981168112, e-mail: profleomourad@gmail.com

Marcando as próximas perguntas, você concorda com a participação na pesquisa.

Após a leitura deste documento e ter tido a oportunidade de esclarecer dúvidas com o pesquisador responsável, você está suficientemente informado(a), ficando claro para que sua participação é voluntária.

Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo através do questionário online, o qual poderei salvar e guardar cópia deste termo.

2. Declaro que li o presente termo de consentimento, que compreendi todas as informações contidas no documento, que concordo voluntariamente com a participação na pesquisa. *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não *Pular para a seção 3 (Obrigada por participar!)*

QUESTÕES PARA DOCENTES DO CEGE e PPPG

16/11/2021 18:08

CONTRIBUIÇÕES DA CIÊNCIA POLÍTICA PARA O PPPG-UFSM (DOCENTES DO CEGE e PPPG)

3. 1. Qual o curso da sua formação inicial? *

Marque todas que se aplicam.

- Pedagogia
- Educação Especial
- Letras
- Educação Física
- Matemática
- Ciências Biológicas
- Química
- Física
- Ciências Sociais
- Geografia
- História
- Filosofia
- Administração

Outro: _____

4. 2) Na sua formação inicial você teve disciplinas de Ciência Política e ou Teoria Geral do Estado aplicada ou não à educação? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

5. 3) Qual a área de concentração do seu curso de Mestrado? *

6. 4) Qual a área de concentração do seu curso de Doutorado? *

7. 5) Em seu mestrado e/ou doutorado, foi ofertado disciplinas de Ciência Política e ou Teoria Geral do Estado geral ou aplicada à educação? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

8. 6) Você sente/sentiu falta, na sua formação continuada, de disciplinas/conteúdos específicos da Ciência Política / Teoria Geral do Estado aplicada a educação? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

9. 7) Você é capaz de identificar a importância de conceitos da Ciência Política / Teoria Geral do Estado para a compreensão da temática das Políticas Públicas e da Gestão Educacional? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

10. 8) Liste pelo menos 10 (dez) conceitos da Ciência Política / Teoria Geral do Estado que você julga indispensável para a compreensão do tema de Políticas Públicas e da Gestão Educacional?

16/11/2021 18:08

CONTRIBUIÇÕES DA CIÊNCIA POLÍTICA PARA O PPPG-UFSM (DOCENTES DO CEGE e PPPG)

11. 9) Os discentes do CEGE e PPPG dominam teoricamente os conceitos estruturantes de Ciência Política/Teoria Geral do Estado para a compreensão da temática das Políticas Públicas e da Gestão Educacional? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Parcialmene

12. 10) Na sua avaliação, a falta de entendimento dos conceitos estruturantes da Ciência Política / Teoria Geral do Estado compromete a compreensão da literatura específica das Políticas Públicas e da Gestão Educacional?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Parcialmente

13. 11) Durante suas aulas (especialização ou mestrado) como você se organiza para dar conta das questões de Ciência Política /Teoria Geral do Estado que aparecem nos materiais indicados para leitura nas diferentes disciplinas? *

Marque todas que se aplicam.

- Uso dos meus próprios conhecimentos sobre o tema
 Utilizo e indico materiais de apoio específicos da Ciência Política /Teoria Geral do Estado (dicionários, glossários, obras específicas, etc);

Outro: _____

14. 12) Na sua avaliação, uma disciplina específica de Ciência Política / Teoria Geral do Estado aplicada à educação contribuiria para articulação dos conteúdos ministrados no CEGE e/ou PPPG? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Parcialmente

Obrigada por participar!

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE 2 QUESTIONÁRIO DISCENTE

16/11/2021 18:09

CONTRIBUIÇÕES DA CIÊNCIA POLÍTICA PARA O PPPG-UFSM (DISCENTES E EGRESSOS DO CEGE e PPPG)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para ser participante da Pesquisa intitulada "CONTRIBUIÇÕES DA CIÊNCIA POLÍTICA PARA O PPPG-UFSM" de responsabilidade da pesquisadora Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad (matrícula nº 201970183).

Leia cuidadosamente, caso se sinta esclarecido (a) sobre as informações que estão neste Termo e aceite fazer parte do estudo, peço que registre sua concordância respondendo as questões que seguem.

1. O trabalho tem por objetivo geral evidenciar a inter-relação entre Ciência Política e Políticas Públicas Educacionais, com base em seus conceitos introdutórios de sorte a perceber a Ciência Política como uma chave de leitura para as Políticas Públicas Educacionais e Gestão.
2. A participação nesta pesquisa consistirá em responder as questões que seguem, sendo uma das questões de resposta não obrigatória. O prazo estimado para resposta do questionário é 10 min.
3. Os benefícios com a participação nesta pesquisa dizem respeito ao fato que suas informações podem potencializar a disponibilização de materiais de apoio e/ou recursos na área de Ciência Política e/ou Teoria Geral do Estado, aplicados à educação, mais especificamente ao tema de Políticas Públicas e Gestão Educacional.
4. O nome dos participantes será mantido em sigilo, assegurando assim a sua privacidade, e se desejarem terão livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo.
5. Os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e os resultados poderão ser publicados.

Qualquer dúvida, peço a gentileza de entrar em contato com Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad, pesquisadora responsável pela pesquisa, telefone: 51-981168112, e-mail: profleomourad@gmail.com

Marcando as próximas perguntas, você concorda com a participação na pesquisa.

Após a leitura deste documento e ter tido a oportunidade de esclarecer dúvidas com o pesquisador responsável, você está suficientemente informado(a), ficando claro para que sua participação é voluntária.

Diante do exposto e de espontânea vontade, expresso minha concordância em participar deste estudo através do questionário online, o qual poderei salvar e guardar cópia deste termo.

2. Declaro que li o presente termo de consentimento, que compreendi todas as informações contidas no documento, que concordo voluntariamente com a participação na pesquisa. *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não *Pular para a seção 3 (Obrigada por participar!)*

QUESTÕES PARA DISCENTES E EGRESSOS DO CEGE e PPPG

3. 1. Qual o curso da sua formação inicial? *

Marque todas que se aplicam.

- Pedagogia
- Educação Especial
- Letras
- Educação Física
- Matemática
- Ciências Biológicas
- Química
- Física
- Ciências Sociais
- Geografia
- História
- Filosofia
- Administração

Outro: _____

4. 2) Identifique seu vínculo atual com o PPPG/UFSM: *

Marque todas que se aplicam.

- Egressa(o) do CEGE
- Egressa(o) do MP
- Acadêmica(o) do CEGE
- Acadêmica(o) do MP

5. 3) Na sua formação inicial você teve a disciplina de Ciência Política geral ou aplicada à educação? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

16/11/2021 18:09

CONTRIBUIÇÕES DA CIÊNCIA POLÍTICA PARA O PPPG-UFSM (DISCENTES E EGRESSOS DO CEGE e PPPG)

6. 4) Você é capaz de identificar a importância de conceitos da Ciência Política para a compreensão da temática das Políticas Públicas e da Gestão Educacional? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

7. 5) Você sente/sentiu falta, na sua formação continuada, da disciplina/conteúdos específicos da Ciência Política aplicada a educação? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

8. 5) Liste pelo menos 7 (sete) conceitos da Ciência Política que você julga indispensável para a compreensão do tema de Políticas Públicas e da Gestão Educacional?

9. 6) Durante do curso (especialização ou mestrado) como você se organiza/ou para dar conta das questões de Ciência Política que aparecem nos materiais indicados para leitura nas diferentes disciplinas? *

Marque todas que se aplicam.

Usei dos meus próprios conhecimentos

Utilizei de materiais de apoio específicos da Ciência Política (dicionários, glossários, obras específicas, etc)

Busquei esclarecimentos com colegas da área

Busquei auxílio com os docentes que indicaram as leituras.

Outro: _____

16/11/2021 18:09

CONTRIBUIÇÕES DA CIÊNCIA POLÍTICA PARA O PPPG-UFSM (DISCENTES E EGRESSOS DO CEGE e PPPG)

10. 7) Na sua avaliação, uma disciplina específica de Ciência Política aplicada à educação contribuiria para articulação dos conteúdos ministrados no CEGE e/ou PPPG? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Parcialmente

Pular para a seção 3 (Obrigada por participar!)

Obrigada por participar!

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE 3 QUADRO DE AMARRAÇÃO

TABELA COM PRINCIPAIS ITENS DA PESQUISA/Matriz de Amarração

Mestranda: Leonice Mourad

Professora: Rosane Sarturi (orientadora)

Tema / Problema	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Sumário Referencial Teórico	Metodologia (abordagem / tipo)	Metodologia (técnicas de construção de dados e sujeitos)	Produto	Referências
Ciência política como chave de leitura para as Políticas Públicas Educacionais	Compreender a inter-relação entre Ciência Política e Políticas Públicas Educacionais, com base em seus conceitos introdutórios	<p>1. Sistematizar a constituição do campo da Ciência Política e sua relação com as Políticas Públicas.</p> <p>2. Descrever os cursos de pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional da UFSM, enfatizando a constituição do campo de conhecimento da Ciência Política</p>	<p>Conceitos estruturantes</p> <p>1. Ciência Política;</p> <p>2. Políticas Públicas e Políticas Públicas Educacionais.</p> <p>3. Ensino de Ciência Política</p> <p>4. Pós-graduação</p>	<p>Abordagem: Qualitativa;</p> <p>- Natureza: pesquisa aplicada</p> <p>- Objetivo: descritiva-explicativa</p> <p>-</p> <p>Procedimentos Bibliográfica e documental</p>	<p>- Observação direta participante;</p> <p>- Questionário (Google forms)</p>	Glossário de Ciência Política para o PPPG-UFSM	<p>AMORIM NETO, Octavio; SANTOS, Fabiano. La ciencia política en Brasil: el desafío de la expansión. Revista de Ciencia Política, Santiago, v. 25, n. 1, p. 101-110, 2005. https://doi.org/10.4067/s0718-090x2005000100007</p> <p>BARBERIA, Lorena Guadalupe et al. Novas experiências com o ensino de métodos em Ciência Política. In: ENCONTRO DA ABCP-AT ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 9., 2014, Brasília. Anais [...]. Brasília: [s. n.], 2014. https://doi.org/10.17951/al.2014.1.0.155</p> <p>BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política. Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998</p>

<p>Como a Ciência Política, através de seus conceitos basilares, subsidia a efetiva compreensão das Políticas Públicas Educacionais ?</p>		<p>3 Formular um glossário com os principais conceitos da ciência política, de sorte a contribuir para o melhor entendimento das Políticas Públicas Educacionais, nas pós-graduações em Políticas Públicas e Gestão Educacional da UFSM.</p>			<p>Técnicas de análise de dados</p>	<p>Impacto do Produto? Auxiliar na compreensão das temáticas de Ciência Política que são correlatas e permitem a efetiva compreensão do do campo de Políticas Públicas para os alunos da Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional da UFSM.</p>	<p>CAPES. Documento de área: área 39: Ciência Política e Relações Internacionais. Brasília: CAPES, 2019.</p> <p>SANSONE, Livio e FURTADO, Claudio Alves. Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa / org., Livio Sansone e Cláudio Alves Furtado ; prefácio, Lilia Moritz Schwarcz ; apresentação [feita pelos organizadores], com a colaboração de Teresa Cruz e Silva.- Salvador: EDUFBA,2014.</p> <p>LESSA, Renato. O campo da Ciência Política no Brasil: uma aproximação construtivista. Revista Estudos Hum(e)anos, [s. l.], n. 2, p. 3-31, 2011.</p> <p>MOLIN, Naiara; CIGALES, Marcelo. Trabalhando a ciência política em sala de aula: recursos didáticos e metodológicos. In: ENCONTRO DA ABCP-AT ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 9., 2014, Brasília. Anais [...]. Brasília: [s. n.], 2014. https://doi.org/10.4025/imagenseduc.v5i3.26492</p> <p>MORAES, Luiz Fernando et al. Os cursos de bacharelado em Ciência Política no Brasil: refletindo sobre a questão da docência. In: ENCONTRO DA ABCP - AT ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 9., 2014, Brasília. Anais [...]. Brasília: [s. n.], 2014. https://doi.org/10.33167/2184-2078.rpcp2018.9/pp.111-137</p>
---	--	--	--	--	-------------------------------------	---	---

							<p>NASCIMENTO, Emerson; SANTANA, Lucian. Com que teoria? Aprendendo e ensinando sobre ontologia e epistemologia no estudo da Ciência Política. In: ENCONTRO DA ABCP - AT ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 8., 2012, Gramado. Anais [...]. Gramado: [s. n.], 2012. https://doi.org/10.7476/9788575415092.0006</p> <p>NOGUEIRA, Marco Aurélio. DI GIOVANNI, Geraldo. Dicionário de Políticas Públicas/organizado por Geraldo Di Giovanni, Marco Aurélio Nogueira. - 3. ed. - São Paulo, SP: Editora UNESP, 2018.</p> <p>PEREIRA, Jesus Marmanillo. Ciência política no ensino médio: reconhecimento, diálogos e itinerários da institucionalização de uma área. Em Debate, Florianópolis, n. 13, p. 75-95, ago. 2016. ISSN 1980-3532. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/em_debate/article/view/1980-3532.2015n13p75>.</p> <p>Acesso em: 28 jun. 2020. doi:https://doi.org/10.5007/1980-3532.2015n13p75.</p>
--	--	--	--	--	--	--	---